UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FRANCESCO TOMEI

**Entre consultores e experts, empresariado e Estado: os professores da
EAESP-FGV**

Versão corrigida

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Entre consultores e experts, empresariado e Estado: os professores da
EAESP-FGV**

Francesco Tomei

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientação: Profa. Dra. Ana Paula Hey

São Paulo

2018

LICENÇA PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: TOMEI, Francesco

Título: Entre consultores e experts, empresariado e Estado: os professores da EAESP-FGV

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr.	Instituição :	
Julgamento:	Assinatura:	
Prof. Dr.	Instituição :	
Julgamento:	Assinatura:	
Prof. Dr.	Instituição :	
Julgamento:	Assinatura:	
Prof. Dr.	Instituição :	
Julgamento:	Assinatura:	

Agradecimentos

Ao CNPQ, eu agradeço o apoio financeiro fundamental para que me dedicasse a essa pesquisa.

Ao Kaio Diniz pelas inúmeras conversas, pelas inúmeras ajudas e pelos inúmeros conselhos. Ele e a Fernanda Zava foram fundamentais para que este pesquisador mantivesse a cabeça no lugar e terminasse esta dissertação. A eles agradeço a paciência e o bom humor.

À Isabel Furlan Jorge, companheira de uma graduação e muito mais, pela paciência, discussão e por sempre me apontar novos caminhos na vida e novos horizontes.

Ao Romulo Lelis Lima, colega e amigo de graduação e pós. Por sempre estar lá, na mesma mesa, na mesma cadeira e lembrar que “você deveria estar escrevendo”.

Aos amigos, gostaria de agradecer por todo o apoio e compreensão pelas ausências que este trabalho suscitou. Ao time de Basquete da FFLCH por ser muito mais que um time, mas um grupo de amigos onde sempre terei meu lugar e à rua Major Diogo, 865, por ser nosso abrigo e nossa Toca. Thiago Biscuola, Dani Brito, Matan Ankava, Orlando Salles, Panno Ribeiro, Renato Francisquini, Valentino Ruy e Victor Balint, obrigado por tudo: a vida seria muito menos divertida sem vocês.

Ao Yann, que mesmo distante está sempre por perto. E ao Bruce, por estar tão presente na reta final da dissertação.

Aos meus pais, Luília d’Almeida Andrade e Tarzio Marco Tomei, e ao meu irmão, Stefano Andrade Tomei, para quem dedico este trabalho. Só tenho a agradecer pela paciência em dias que não estava muito fácil, ao carinho irrestrito e a ajuda em todos os momentos da pesquisa.

A Luciana Borba Carvalho. Não saberia por em uma dissertação tudo o que esses anos significaram.

Aos colegas da pós: Ivo Paulino Soares, Natalia Otto, Eduardo Cornelius, Pedro Serra, Bruna Nicodemos, Gustavo Queiroz, Gustavo Higa, Ugo Rivetti e Anouch Kurkdjian, pelos inúmeros cafés, conversas e distrações no dia a dia fefelechento que permitiram que continuasse em frente. Gostaria de agradecer especialmente ao Eduardo Altheman e à Bruna Della Torre, casal que desde o primeiro dia na FFLCH me acolheu e com quem tive o prazer de conviver nesses quase três anos de mestrado e nesses já oito anos de USP.

Entre os colegas da pós, três se destacam: os queridos companheiros RDs, Karina Fasson, Lilian Krohn e Max Gimenes. Nossa gestão foi um dos maiores momentos políticos que tive o prazer de presenciar. Agradeço a eles por redefinirem a palavra “companheirismo”.

Junto com minha orientadora, o Grupo de Pesquisa em Educação Cultura e Conhecimento foi um espaço privilegiado de discussão do meu trabalho e para discussões dos temas que pretendia tratar nele e nos meus próximos projetos. Um muito obrigado a todos os integrantes dele: à Aline Chiaramonte, Camila Gui Rossati, Pedro Rodrigues, Gabriela Janini, Eduardo Vilar Bonaldi e aos novos Sandy Oliveira e Leonardo Paes Fernandes. Aos colegas de GPSECC, de turma de mestrado e de prazos, César Niemetz e Rafael Kruchin. Um agradecimento especial à Elisa Kluger, por ser uma interlocutora rigorosa, precisa e, recentemente, uma amiga que, apesar das críticas, ressalta todo o valor do trabalho. À Mariana, por todas as orientações acadêmicas e não acadêmicas dos intermináveis cafés.

Mesmo que participando ativamente do GPSECC, sinto-me obrigado a fazer uma menção à parte à Maria Caraméz Carlotto. Pela primeira leitura rigorosa do projeto, pelos comentários precisos e motivadores na banca de qualificação e por todo um exemplo de conduta que faz repensar as fronteiras entre essa “profissão acadêmica” e o intelectual.

A professora Sylvia Gemignani Garcia, minha primeira professora de Sociologia, por todo o apoio e pelas discussões que tivemos. Gostaria de agradecer imensamente sua presença na banca de qualificação e agora na banca de defesa e por todo o auxílio e exemplo desde a minha entrada na graduação.

E finalmente, à minha orientadora Ana Paula Hey, pela paciência extrema, pela orientação e pela ajuda. Esse trabalho não teria sido possível sem o cuidado, as leituras atentas, os diálogos provocadores e o carinho dela. Atenta desde o começo, me motivou a começar e terminar este projeto que espero, em sua homenagem, tenha muito de sua sociologia.

“Sabe, Fontanes, o que mais admiro no mundo? É a impotência da força para preservar alguma coisa. Há apenas duas potências no mundo: o sabre e o espírito. Com o tempo, o sabre sempre é vencido pelo espírito”.

Napoleão

TOMEI, Francesco. *Entre consultores e experts, empresariado e Estado: os professores da EAESP-FGV.* 196p. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Resumo: A pesquisa analisa as formas e estratégias de expansão da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), tanto em sua relação com o Estado brasileiro quanto com o mundo empresarial e educacional na atualidade. De início, apresentam-se alguns aspectos da trajetória histórica da FGV visando situar a criação da EAESP e, nela, os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública. Essa moldura permite demonstrar a construção simbólica do nome da FGV em relação aos cursos citados, inquirindo acerca de questões relativas à tradição desses cursos e dos grupos sociais que os frequentam como também a proximidade da instituição com outros campos sociais (estatal, empresarial, educacional). Os dados relativos aos professores atuais dos cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública constituem a base para a construção dos seus perfis profissionais, demonstrando a multiposicionalidade em esferas estatais e privadas, bem como a variação desses perfis no interior da instituição. Assim, a EAESP aparece como exemplo da vinculação entre o processo de formação universitária (mercado educacional), o setor profissional e as funções do Estado. Nesse sentido, acredita-se que a FGV reflete um modo de relação entre o Estado, o setor empresarial e o mercado educacional que constitui a fonte de seu valor simbólico.

Palavras-chave: EAESP-FGV; Administração; elites educacionais; empresariado; gestão.

TOMEI, Francesco. *Between consultants and experts, business community and State: the professors of EAESP-FGV*. 196p. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Abstract: This study aims to analyze the performance at Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) [School of Business Administration of São Paulo]. Our goal is to study the expansion forms and strategies of EAESP, school linked to FGV, both in its relation with the Brazilian State and with the business and educational world at the present time. In it, I reconstruct historically the location of Fundação Getúlio Vargas in the last decades and its position between the academy and the administrator and economist profession institutionalization and the rationalization discourse of Brazilian politics. The historiographical reconstruction of the FGV allows us to think about the issues of both the tradition of these study programs and the social groups that attend them, as well as the proximity of the institution with other social fields (state, business and education) and how this history directs the actual performance of the institution. Through a data survey on the trajectories and profiles of all EAESP professors and their partnerships with the three state spheres and with some private companies, we demonstrate the internal logic of the institution and how it intends to position itself against other education institutions, as well as in the business and state environment of São Paulo and Brazil.

Keywords: EAESP-FGV, Administration, educational elites, business community, management.

Sumário de documentos

Gráficos

Gráfico 1 – Número de alunos matriculados em cursos de educação continuada

Tabelas

Tabela I – Unidades-fim da FGV, ano de fundação e tipo de instituição

Tabela II - Número de alunos matriculados na FGV

Tabela III – Instituição de conclusão do Ensino Médio de alunos da turma de 2002 de Administração de Empresas

Tabela IV – Ocupação do pai de alunos da EAESP

Tabela V – Ocupação da mãe de alunos da EAESP

Tabela VI - Composição dos ingressantes dos cursos de administração da EAESP-FGV de 2012 segundo gênero e raça. Numero de alunos e proporção no total de alunos

Tabela VII - Composição dos ingressantes dos cursos de administração do município de São Paulo de 2012 segundo gênero e raça. Numero de alunos e proporção no total de alunos

Tabela VIII – Distribuição de renda dos alunos ingressantes da EAESP-FGV e do total dos alunos dos cursos de Administração de São Paulo

Tabela IX – Perspectivas profissionais de alunos da EAESP

Tabela X – Ano de ingresso na graduação de professores do curso de AE

Tabela XI – Formação de professores do curso de AE

Tabela XII – Instituição de origem de professores do curso de AE

Tabela XIII – Nível de formação de professores do curso de AE

Tabela XIV – Instituição de formação de professores do curso de AE

Tabela XV – Ano de conclusão da formação de professores do curso de AE

Tabela XVI – “Qualificações” de professores do curso de AE

Tabela XVII – Curso e ano de ingresso no ensino superior de professores do curso de AE

Tabela XVIII – Ano de ingresso no ensino superior e instituição onde realizou dita graduação de professores do curso de AE

Tabela XIX – “Outras” instituições cursadas por professores do curso de AE

Tabela XX – Instituição e ano de conclusão da pós-graduação de professores do curso de AE

Tabela XXI – Ano de ingresso e credenciais de professores do curso de AE

Tabela XXII – Ano de ingresso e engajamento de professores do curso de AE

Tabela XXIII – Ano de ingresso e respectivos professores do curso de AP

Siglas

AE – Administração de Empresas

ALESP –Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

ANPAD – Associação Nacional em Pós-Graduação em Administração

ARTESP – Agência Reguladora dos Transportes do Estado de São Paulo

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo

BGC – The Boston Consulting Group

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal

CEAG – Curso de Especialização para Graduados

CECOP – Centro de Estágios e Colocação Profissional

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CFSPC – Conselho Federal do Serviço Público

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo

CPDOC – Escola de Ciências Sociais

CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CTPDE – Curso de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico

DAPP – Diretoria de Análise de Políticas Públicas

DASP – Departamento de Administração do Serviço Público

DETRAN/RS – Departamento de Trânsito/ Rio Grande do Sul

EAESP – Escola de Administração de Empresas em São Paulo

EAESP-FGV – Escola de Administração de Empresas em São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública

EBAPE- RJ – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Rio de Janeiro

EBEF – Escola Brasileira de Economia e Finanças

EESP – Escola de Economia de São Paulo

ENA – École Nationale d'Administration

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EO – Engajamento Outro

EP – Engajamento Profissional

EPGE – Escola Brasileira de Economia e Finanças

ESPM – Escola de Propaganda e Marketing

FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado

FEA – Faculdade de Economia e Administração

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

FEI – Fundação Educacional Inaciana “ Padre Sabóia de Medeiros”

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIA – Fundação Instituto de Administração

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo

FUVEST – Fundação Vestibular

GV – Fundação Getúlio Vargas

GVA – Geração de Valor ao Acionista

GVCev – Centro de Excelência em Varejo

GVPEC – Programa de Educação Continuada

HEC – Haute École de Commerce

IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais

IBRE – Instituto Brasileiro de Economia

ICA – International Cooperation Administration

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

IEA – Instituto de Energia Atômica, atual IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

IES – Instituições de Ensino Superior

IGC – Índice Geral de Cursos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

MARE = Ministérios da Administração e Reforma do Estado

MBA – Master Business Administration

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MHS – Master of Health Sciences

ONU – Organização das Nações Unidas

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PNDE – Programa Nacional de Desenvolvimento de Executivos

PUC – CAMPINAS – Pontifícia Universidade Católica - Campinas

PUC – SP - Pontifícia Universidade Católica – São Paulo

SINDECON – Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo

TCE–SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

TJ-SC – Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Feral do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução.....	19
Capítulo I – Entre Estado, mercado e educação: uma reconstrução histórica da FGV	28
1.1 Dos primórdios da FGV aos centros de formação e divulgação: os anos 1930 e 1940	32
1.2 A expansão para as escolas de Economia e Administração: a expansão da FGV no auge do Estado desenvolvimentista (1950-1970).....	35
1.3 As décadas de 1980: um momento de inflexão.....	41
Capítulo II – A face paulista da FGV: A EAESP-FGV como escola de negócios	44
2.1 A Administração e a expansão do ensino superior brasileiro	45
2.2 As pesquisas sobre o perfil dos alunos de Administração de Empresas.....	49
2.3 As crenças na formação em Administração de Empresas na EAESP-FGV	57
2.4 Abilio Diniz e a representação de uma escola do empresariado moderno brasileiro.....	61
2.5 Entre ensino e prática: o perfil dos professores como reflexo da EAESP	66
2.5.1 Os cursos de graduação dos professores de AE.....	67
2.5.2 O tempo na EAESP	71
2.5.3 A titulação e a qualificação dos professores de AE.....	71
2.5.3.1 A titulação e o tempo médio de formação	72
2.5.3.2 A “Qualificação” dos professores de AE.....	75
2.5.3.3 A questão geracional no perfil dos professores contratados.....	80
2.5.4 Os professores formados em 1960 e entre 1990-2000.....	89
2.5.4.1 Os profissionais da década de 1960.....	89
2.5.4.2 As novas funções da EAESP: os professores dos anos 1990 – 2000	93
2.6 Algumas considerações.....	101
Capítulo III – A outra face da EAESP: A Administração Pública e a relação com o Estado	104
3.1 O curso de Administração Pública na EAESP: origens e contradições	105
3.2 A reforma de 2010 e o novo curso de AP da EAESP	111
3.3 Os professores do curso de AP.....	114
3.3.1 Os cursos de graduação dos professores de AP: Um recrutamento exterior da instituição	115
3.3.2 Tempo na EAESP.....	120
3.3.3 Credenciais e qualificações: Um perfil “acadêmico”	121
3.3.3 Os grupos de professores da AP	123

3.3.3.1 Os cientistas sociais	124
3.3.3.2 Os professores oriundos de cursos profissionalizantes.....	127
3.3.3.2.1 A geração dos anos 1960 e 1970: Os engenheiros	127
3.3.3.2.2 A geração dos anos 1980-1990: Os administradores públicos	129
3.3.3.2.3 Os professores das décadas de 1990 e 2000.	130
3.3.3 Os dois perfis dos professores de Administração Pública	133
3.4 Algumas considerações.....	135
Conclusão	138
REFERÊNCIAS	142
Apêndice A - Professores do curso de graduação de AE	149
Apêndice B - Professores do curso de graduação de AP.....	184
Anexo I – Orçamento da FGV por Unidade-fim do ano 2012.....	194
Anexo II – Linha do tempo da EAESP.....	195

Introdução

Em dezembro de 2016, com dois anos de mestrado transcorridos, fui a uma reunião de fim de ano de amigos da família. Em uma casa no Morumbi, projetada e construída por um sócio de uma firma de advocacia reconhecida internacionalmente no direito tributário. Em certo momento, a conversa encaminhou-se para as trajetórias dos filhos dos presentes. A anfitriã e uma convidada – aluna da Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos anos 1990 – começaram a conversar em torno de como “a GV é excelente”. Diante dessa afinidade eletiva, despertaram minha atenção afirmações como “a GV me ajudou” e “mesmo não sabendo muito o que quer fazer, meu filho adora a GV”. O filho da anfitriã, que segundo a mãe adora a Fundação onde estuda, ao se aproximar, expôs seus planos de intercâmbio para Barcelona, onde passaria o segundo semestre de 2017. A conversação sobre os professores da “GV” preferidos de ambos e as dificuldades nas disciplinas de cálculo seguia agradável. A amiga da anfitriã, profissional da área de consultoria econômica, começou a participar do assunto ao tecer comentários sobre a GV e as pesquisas que a instituição vem desenvolvendo para as empresas brasileiras, e de como ela propicia ótimas “oportunidades” para os alunos da instituição.

O relato acima apresenta uma primeira imagem do objeto deste trabalho: o valor simbólico da FGV, construído pela instituição nas últimas décadas, por meio de uma relação especial entre o mercado educacional, o mundo profissional e o Estado brasileiro. Nesse sentido, esta pesquisa insere-se na intersecção das sociologias das elites, da educação e da expertise. Toda essa intersecção é decorrente deste objeto “difícil” que é a Fundação Getúlio Vargas. Em 2014, em seu relatório de atividades anual, o presidente da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Ivan Simonsen Leal, afirmou que a história da Fundação:

[...] se entrelaça com a história do Brasil. Nessas sete décadas, o país refletiu as ideias que foram desenvolvidas na Fundação. Somos participantes da construção do moderno Estado nacional. Edificamos com o pensamento. Construimos com a razão crítica. E estimulamos o desenvolvimento com a educação. (FGV, 2014, p.7)

Tal afirmação dá a dimensão da importância da instituição atualmente. No mesmo documento, Leal afirma ainda: “A Fundação quer cada vez mais ser vista como um *think tank*; hoje, sem dúvida sua melhor definição” (FGV, 2014). O termo inglês *think tank* será utilizado para indicar uma organização de pesquisa e divulgação de resultados pela primeira vez no final da década de 1950, devido ao grande número de teóricos e técnicos que compõem os

quadros desse tipo de instituição¹ (MEDVETZ, 2009, p. 83). Nessa imbricação de concepções, como definir a FGV?

Em sua pesquisa intitulada *Think tanks in America*, Medvetz constata como instituições de pesquisa independentes produzem um novo campo de produção simbólica para a produção de “policy briefs” e “transitions manual”, documentos de avaliação e recomendação sobre questões e políticas públicas. Nesse sentido, o autor relaciona a aparição do “expert” à figura de um intelectual híbrido que combina as competências e as formas de percepção de espaços sociais distintos, uma vez que os *think tanks* tentam atravessar, juntar e sobrepor, o espaço universitário, o político, o empresarial e o midiático (MERDVETZ, 2009, p. 90). A descrição de um *think tank* como agente do debate público se aproxima das palavras de Leal, que no mesmo texto em que afirma esse novo modelo institucional da Fundação, assegura que ela também pretende “ocupar espaços essenciais para a democratização da sociedade. A FGV está se preparando para ser o centro independente de transparência dos dados nacionais” (FGV, 2014).

Deduzir a FGV a um *think tank*, entretanto, não apenas reduziria historicamente a instituição, como ocultaria funções já arraigadas de ensino e de pesquisa aplicada em setores públicos e privados. Atualmente a FGV tem doze unidades-fim (cf. Tabela 1) integradas em sete instituições de ensino que oferecem graduação em Administração de Empresas e Administração Pública, Economia, Ciências Sociais, Direito, História e Matemática Aplicada contando com quase quatro mil alunos matriculados em 2016, além de diversos cursos de educação continuada e educação executiva, que contabilizam mais de 103 mil alunos. Ademais, todas as escolas oferecem diversos mestrados (acadêmicos e profissionais) e doutorados, que contaram ao todo com mais de dois mil alunos em 2016 (FGV, 2017).

¹Segundo Medvetz (2009) a primeira referência ao termo *think tank* enquanto instituição aparece num artigo do dia 21 de setembro de 1958 no jornal *New York Times* ao tratar do Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences, instalado na Universidade de Stanford e financiado pela Fundação Ford.

Tabela I – Unidades-fim da FGV, ano de fundação e tipo de instituição

Nome	Ano de Fundação	Tipo de instituição
Editora FGV	1947	Editora
Instituto Brasileiro de Economia – IBRE-RJ	1946 (como Núcleo de Economia) 1951	Instituição de pesquisa
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE-RJ	1952	Instituição de ensino e pesquisa
Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP-SP	1954	Instituição de ensino e pesquisa
Escola Brasileira de Economia e Finanças – EPGE-RJ	1961	Instituição de ensino e pesquisa
Escola de Direito do Rio de Janeiro	2002	Instituição de ensino e pesquisa
Instituto de Desenvolvimento Educacional	2003	Instituição de ensino
Escola de Economia de São Paulo – EESP-SP	2004	Instituição de ensino e pesquisa
Escola de Ciências Sociais – CPDOC (Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil)-RJ	1974 (como centro documental) 2005 (como instituição de ensino)	Instituição de ensino e pesquisa
FGV Projetos	2005	Unidade de assessoria e pesquisa técnica
Escola de Direito de São Paulo-SP	2007	Instituição de ensino e pesquisa
Escola de Matemática Aplicada – EMapRJ	2011	Instituição de ensino e pesquisa

Dados: FGV Elaboração própria

Apesar de números impactantes de formação de alunos, a FGV também não pode ser definida apenas como uma rede de instituições de ensino superior. A produção de conhecimento, que no ano de 2016 alcançou 395 pesquisas² concluídas e contabilizou uma produção bibliográfica de mais de três mil artigos, também constitui seu diferencial. Não há dados acerca do número de professores que compõem hoje a FGV, devido ao regime de

² Em seu relatório de 2016, a FGV (2017, p.8) indica que realizou 395 “estudos e pesquisas: regulares e concluídas” não especificando a unidade de medida. Por isso, optamos para esta pesquisa precisar a produção bibliográfica dos professores.

contratações comportar múltiplas formas, porém há uma atividade de ensino e pesquisa constante, que ultrapassa a mera produção acadêmica e revela uma ligação muito forte com o setor público e privado no Brasil. Segundo seu relatório de atividades, em 2016, a FGV forneceu 301 consultorias, cooperações técnicas, científicas e acadêmicas. É nessa categoria de consultoria que reconhecemos a complexidade para apreender a instituição, pois é neste espaço que o modo de relação da FGV entre o setor público e o setor privado fica mais evidente.

A FGV foi fundada com base no diagnóstico da “necessidade social” de uma expansão do Estado brasileiro, tendo em vista a modernização da sociedade desde a década de 1930 (COSTA, 1985, p.17). A criação da Fundação responsável pelos cursos – e que viria a ser chamada Getúlio Vargas³ – foi autorizada pelo Decreto Presidencial nº6639, de 14 de julho de 1944, e formalmente criada em 20 de dezembro de 1944, com a assinatura da escritura por 275 instituidores. Entre eles estavam o presidente Getúlio Vargas, governadores de 19 estados, 39 instituições de previdência, 23 autarquias econômicas e sociedades de economia mista, entre outros (COSTA, 1984, p. 20-22). O decreto enfatiza a importância da FGV para o processo de racionalização da administração federal: “a criação de uma entidade que se propõe ao estudo e à divulgação dos *princípios e métodos da organização racional* do trabalho e ao preparo do pessoal qualificado para administração pública e privada” (BRASIL, 1944, grifos nossos).

Fernandes aponta as contradições existentes na criação da FGV enquanto ente privado fundado por um decreto-lei assinado pelo então presidente da República, citando um trecho de entrevista de Luiz Simões Lopes que escancara essa duplicidade:

Fiz uma instituição que era criada pelo Governo, com dinheiro do Governo, mas ao mesmo tempo, criei uma Assembleia geral [....]. Como eu não queria um organismo claramente estatal, dei uma forma dupla à instituição. Criei uma coisa um pouco esquisita: uma fundação que, finalmente é do governo, mas parece privada, já que seu órgão supremo é a Assembleia geral, (ARAÚJO, 1999, p.14).

A construção da FGV amparada numa miríade de discursos divergentes, a saber, o ideal desenvolvimentista, a institucionalização das ciências administrativas, a reforma e a burocratização do Estado brasileiro, e a importação de conhecimentos internacionais para

³ Lopes (1990) argumenta que nada mais justo que dar o nome do “patrono” e “responsável” pela criação da Fundação à instituição. Esse exemplo representa a importância pessoal do chefe de Estado, e não de um projeto nacional, para a organização dessas políticas.

auxiliar o desenvolvimento econômico do país, foram temas de trabalhos que serão discutidos primeiro capítulo da presente dissertação. Entretanto, as aproximações da instituição com o setor público e privado são temas ainda pouco estudados. Nesse sentido, as instituições de cooperação mais recentes, como a FGV Projetos demonstram ser locais privilegiados de análise dessa problemática acerca da natureza *sui generis* da FGV. Em seu relatório de atividades de 2016, a FGV Projetos diz:

A FGV Projetos tem investido constantemente em seus produtos e serviços para manter-se diferenciada pelos valores que agrega: a marca FGV; o conhecimento da realidade nacional; a credibilidade; e a tradição de seu corpo técnico. (FGV, 2016, p. 220).

O conceito de “a marca FGV” utilizada como argumento para justificar o perfil distintivo da FGV Projetos afirma, enquanto silogismo, o valor simbólico da instituição. Entretanto, mesmo que as principais parcerias e projetos estejam presentes nos relatórios anuais da FGV⁴, há poucas informações públicas sobre os projetos desenvolvidos e sobre as equipes que trabalham, além de um número extremamente grande de projetos (só em 2016, houve aproximadamente 300 projetos). Nesse sentido, não parecia exequível analisar a FGV Projetos, mesmo reconhecendo sua importância na atuação e no valor simbólico da instituição, além do prestígio e magnitude do perfil de seu corpo docente.

Para compreender essa instituição a partir de sua face de aproximação entre o setor público e privado definimos que como objeto de análise sua vertente ligada à sua função educativa. Ao observar a expansão das atividades das duas principais unidades da FGV nas últimas décadas – Escola Brasileira Administração Pública e de Empresas a (EBAPE) e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), nota-se claramente dois padrões de expansão distintos: um seguido pela EBAPE, outro pela EAESP. A filial carioca expande-se com a criação de novos cursos de graduação, intimamente ligados à proposta original da Fundação, relativa à constituição de uma elite do serviço público brasileiro e à narrativa sobre a burocracia e o Estado brasileiro. Nesse sentido, a expansão nas graduações e pós-graduações mantém um *numerus clausus* muito estrito, demonstrando o fechamento da instituição a um público mais amplo. A EAESP, por sua vez, expande-se de duas formas muito distintas: há apenas a criação do curso de Economia e de Direito na década de 2000,

⁴ Para evidenciar o local específico entre o Estado brasileiro, o mundo empresarial e instituições de representação e organizações intergovernamentais, no Anexo 1 mostramos a lista de parceiras e projetos segundo o Relatório de Atividades da FGV de 2016.

mas há uma enorme expansão por meio das formas mais distintas de pós-graduação e de educação continuada. Na prestação de contas do ano de 2016, a FGV como um todo conta com 103 mil estudantes nesses cursos de educação continuada em todo o Brasil.

Gráfico 1 – Número de alunos matriculados em cursos de educação continuada (em milhares)

Fonte: FGV, 2016, p.9.

Esses cursos de educação continuada, assim como os Masters of Business Administration (MBAs), mestrados e doutorados acadêmicos que cresceram imensamente do final da década de 1980 até a realização da presente pesquisa, constituem a maioria do público atendido pela EAESP, expandindo sua esfera de influência para diversas regiões do país e de cidades periféricas de São Paulo. Exatamente por essa expansão e tentativa de alcançar outros espaços sociais, que não apenas o campo do ensino superior, a EAESP configure-se como espaço privilegiado de análise. Além disso, segundo a prestação de contas da FGV de 2012⁵ (cf. Anexo 2), a EAESP representa a principal escola da FGV, somando no período uma receita de 89 milhões de reais, ou seja, quase 47 milhões a mais do que a segunda escola com maior receita de acordo com Instituto Brasileiro de Economia (IBRE).

Desse modo, esta dissertação se centrará na investigação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, tendo a análise de perfil dos professores que lecionavam nos cursos de graduação no ano de 2017. Tal escolha justifica-se pelo número de alunos de ambos os cursos (ingressam 600 alunos por ano nos dois cursos de Administração), há mais

⁵A prestação de contas de 2012 foi a última prestação pública que contém a descrição do número de funcionários de cada unidade.

de 330 funcionários, além de 300 professores. Além disso, as oposições entre os dois cursos de Administração da escola, Pública e de Empresas, permitem trabalhar os diversos vínculos de seus professores e alunos com o setor público e o privado. Dado que os professores de graduação estão mais diretamente vinculados a uma transmissão profissional (nesse tipo de organização institucional representada pela FGV, não há forçosamente a vinculação da docência na graduação e na pós-graduação), a análise do perfil dos docentes é um eixo constitutivo deste trabalho, uma vez que a formação voltada ao desempenho profissional de Administração dá o tom principal da organização institucional (tipos de cursos, assessorias e consultorias prestadas), de recrutamento dos professores e do caráter mercantil do ensino (satisfazer o mercado educacional em setores específicos). Componentes estes que garantem o valor simbólico da FGV.

A determinação dos grupos sociais que frequentam essa instituição, assim como o trabalho social de recrutamento pela instituição desses mesmos grupos sociais, perpassa a determinação precisa – porém relacionando-a à estrutura social mais ampla – dos tipos de capital, tanto econômico quanto cultural e social, das posições sociais e das trajetórias dos agentes que pertencem a essa instituição: tanto os alunos quanto os professores. Considerando, como Bourdieu (1986, p.254), os momentos de transmissão de capitais, como também o momento de sua reprodução e de sua legitimação pelo sistema de ensino, a análise de uma instituição de ensino superior de elite pode revelar não só as estratégias de reprodução de um grupo social, mas também os princípios de conversão e transmissão de capitais ou recursos simbólicos de maneira geral (KHAN, 2012, p.362). Desse modo, de acordo com Bourdieu (1993, p.22), na tentativa de compreensão de grupos dominantes não devemos procurar compreender indivíduos específicos, como as teorias das elites funcionalistas ou marxistas fazem, mas o espaço de posições presentes na instituição. Nessa abordagem, mesmo que lidemos com uma população de indivíduos, estudamos as propriedades que dão acesso às posições dominantes que os indivíduos ocupam. Para o sociólogo francês, a análise deveria focar:

As relações objetivas obtidas entre vários subespaços e os mecanismos que tendem a reproduzir essas relações pela contínua redistribuição dos agentes que ocuparão suas posições, de tal maneira a perpetuar as estruturas, e especialmente inculcando as propriedades e disposições apropriadas para esse fim. (WACQUANT, 1993, p.21, *tradução nossa*).

O estudo dos cursos de graduação em Administração de Empresas e Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo insere-se nessa linha de pesquisa. Tentar

definir os grupos sociais que frequentam a FGV, bem como suas trajetórias, práticas e representações, intencionando compreender não só as estruturas de distribuição de capitais em um grupo relativamente restrito da sociedade paulista, mas também as estratégias de reprodução de certo grupo social para a manutenção de sua posição no espaço social. Seguindo a metáfora de Bourdieu, as instituições, tais como corpos celestes exercem efeitos a distância entre si (BOURDIEU, 1989, 2013a, p.325). Todavia, tomar a instituição em sua totalidade, isto é, seus alunos, professores, funcionários e as relações daí advindas não seria exequível para uma dissertação. Assim, optamos pela análise dos professores dos cursos de Administração de Empresas (AE) e de Administração Pública (AP) da EAESP intencionando delimitar o perfil daqueles que formam estes grupos sociais destinados ao pertencimento às elites dirigentes, bem como demonstrar as interfaces destes professores com setores sociais que permitem a manutenção da posição de distinção da instituição.

Nesse sentido, realizamos a prosopografia de todos professores que lecionavam nos cursos de graduação de AE e AP, segundo listas do site da EAESP de novembro de 2016. No total, coletamos informações de 200 professores (164 professores que lecionam no curso de AE e 36 que lecionam no curso de AP). A partir desses nomes, coletamos nos currículos Lattes e nos perfis dos professores no site da EAESP e no site da GV Pesquisa dados sobre a trajetória profissional desses docentes, atuação na graduação e pós-graduação, atividades acadêmicas (instituições de ensino superior onde lecionaram), atividades dentro da FGV (formas de contrato e participação em atividades extradocência), atividades no mercado de trabalho (cargos ocupados e em quais empresas), atividades para o Estado brasileiro (cargos ocupados e em qual instituição), viagens internacionais (intercâmbios acadêmicos ou cargos de professor visitante), livros publicados, participações na mídia e, quando possível, prêmios. Uma versão compacta desses dados foi transformada em um banco de dados que consolidou o tratamento estatístico realizado nos capítulos 2 e 3⁶.

Essa breve introdução permite indicar como o estudo da EAESP pode ser representativo para entender o valor simbólico dessa instituição, compreendido enquanto soma de suas relações com o setor público, com o setor privado e com o mercado educacional. A definição da “marca FGV” em São Paulo passa por definir quais as inserções, imagens e concepções que a EAESP proporciona ao interagir com todos esses setores.

Para responder a essa questão, além do levantamento de dados das trajetórias e dos perfis de todos os professores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo,

⁶ Os dados presentes no banco de dados podem ser encontrados no Apêndice A e B.

coletamos materiais da própria instituição sobre suas parcerias com as esferas estatais e com algumas empresas privadas, nesse sentido utilizamos diversos relatórios públicos da FGV e da EAESP. Além disso, revisamos uma série de estudos sobre o perfil dos alunos e a história da instituição. No primeiro capítulo, reconstruímos historicamente a FGV e seus vínculos com o Estado brasileiro para poder compreender sua história e o contexto de fundação da EAESP. O segundo capítulo focaliza os alunos, os professores e o desenvolvimento do curso de Administração de Empresas. No terceiro capítulo, centraliza-se nos professores e no desenvolvimento do curso de Administração Pública.

Capítulo I – Entre Estado, mercado e educação: uma reconstrução histórica da FGV

Para a compreensão da instituição Fundação Getúlio Vargas (FGV) e sua vertente paulista, a EAESP, se reconstruirá três processos fundamentais que influenciaram e influenciam a instituição. Os dois primeiros, propostos pelos autores já canônicos que reconstroem sua história, são as configurações do Estado brasileiro e o estágio de desenvolvimento e legitimação do conhecimento administrativo no Brasil. O terceiro ponto, inédito a nosso ver, é o desenvolvimento do mercado educacional. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo realizar uma articulação da história da FGV e de sua filial paulista frente a esses três campos próprios.

Para as duas primeiras vertentes, que retraçam a história do ensino de Administração no país desde sua origem e a participação do Estado, as principais referências bibliográficas são pessoas diretamente vinculadas à FGV. Assim, a história retratada nessas vertentes é uma representação de um local específico: o da própria instituição. Mary Douglas (1998) nos alerta que tal história retrata mais o momento de escrita, o que implica a seletividade do presente histórico, do que uma desconstituição do passado, ao afirmar que:

As instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. Elas fazem com que outras áreas exibam detalhes muito bem discriminados, minuciosamente examinados e ordenados. A história surge sob uma forma não intencional, como resultado de práticas direcionadas a fins imediatos, práticos. Observar essas práticas estabelecerem princípios seletivos que iluminam certos tipos de acontecimento e obscurecem outros significa inspecionar a ordem social agindo sobre as mentes individuais. (DOUGLAS, 1998, p.75).

A vinculação da fundação da FGV ao esforço desenvolvimentista presente a partir da década de 1950 é um tópico frequente nos estudos sobre o tema. Nesse sentido, Wanderley (2015), em sua tese sobre a relação do ensino de Administração e o pensamento desenvolvimentista, resume bem essa linha de pensamento:

Destarte, a partir do conceito de desenvolvimentismo, percebe-se que a criação das escolas de ensino de administração e o surgimento dos cursos de pós-graduação ministrados por CEPAL e ISEB, a partir da década de 1950, são frutos do mesmo processo de vinculação da administração com o desenvolvimento econômico e da consequente necessidade de formação de técnicos e dirigentes. (WANDERLEY, 2015, p.78-79).

Essa visão de formação de técnicos e dirigentes baseia-se na institucionalização dos cursos de graduação. A preocupação com a formação do administrador moderno e com a

burocratização do estado brasileiro a partir dos primeiros anos do governo Vargas (1930-1945). Mesmo que a maior parte da bibliografia sobre essa temática considere o pós-guerra como momento que se inicia a exportação do conhecimento gerencial para o Brasil, com a década de 1950 como ponto de partida para o ensino formal na área de administração, em nível de graduação, e 1965 como momento da regulação da profissão de administrador, Bresser-Perreira (2007) considera que o início do período desenvolvimentista⁷ é anterior.

Para o autor, o surgimento de uma nova burocracia, a industrialização e a intervenção estatal na economia iniciam-se duas décadas antes com um processo mais amplo do qual tanto o Instituto de Racionalização do Trabalho (IDORT), criado em 1931 em São Paulo, como o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), precursor da FGV, fazem parte. Bresser-Perreira defende que a Revolução de 1930 marca a passagem para um Estado nacional-desenvolvimentista com uma política industrial muito forte. Esse período histórico que vai da década de 1930 até 1980, segundo o autor, é caracterizado “por uma forte aliança entre a burguesia industrial e a burocracia política” (BRESSER-PERREIRA, 2007, p.11) e um forte crescimento econômico que impulsionaram os cursos de Administração, visto a necessidade da “utilização crescente de técnicas” e “do treinamento dos profissionais” frente a uma maior “complexidade” e crescimento das estruturas produtivas (NICOLINI, 2003, p.46).

Mesmo que naquele momento a criação da FGV ainda estivesse distante (foi fundada apenas em 1944) e que o oferecimento das disciplinas de graduação ainda não fosse previsto (o primeiro curso de administração será oferecido apenas a partir de 1954), é importante retornar a esse período precursor do desenvolvimento dos saberes administrativos, pois a agenda de formação de administradores técnicos da década de 1930 e 1940 explicará o sucesso tanto da EBAP-RJ quanto da EAESP nas décadas seguintes.

A maior parte dos trabalhos que tentam reconstruir o ensino da Administração no Brasil considera seu surgimento como resultante do desenvolvimento econômico do Governo Vargas (FISCHER, 1984; NICOLINI, 2003; COELHO, 2006). Fischer chega a afirmar que “o ensino de administração pública no Brasil não é produto do acaso, mas – historicamente – um produto das conjunturas nacionais” (FISCHER, 1984). A industrialização brasileira e a consequente mudança na base administrativa do Estado brasileiro criaram a necessidade de uma mão de obra qualificada tanto na indústria como no serviço público; no entanto, o

⁷ Neste trabalho, mais do que discutir as propriedades do nacional-desenvolvimentismo como vertente da teoria econômica, nos interessamos pelos seus efeitos práticos, a saber: a ênfase nos saberes administrativo e econômico, a criação de postos de trabalho e as formas pelas quais se deu a expansão do Estado e das responsabilidades estatais entre as décadas de 1930 e 1980.

sistema educacional não atendia a tais demandas. Por um lado, a mudança do “centro dinâmico” da economia brasileira do campo para a indústria, na década de 1940, exige mais trabalhadores qualificados. Do outro, há um estado que contribui fortemente para esse processo e que deixa de ser um estado liberal para virar um estado desenvolvimentista, e, portanto, cria um aparelho público estatal para orientar o crescimento na forma de autarquias, sociedades mistas e novos ministérios (COELHO, NICOLINI, 2014, p.368-373). Os cursos de Administração e Economia surgiram com o auxílio estatal para suprir essa demanda por qualificação da mão de obra para esse setor nascente e, em certos casos, financiará essas instituições de ensino.

Sérgio Wanderley (2015) parte dessa premissa de descompasso entre as demandas da indústria e do Estado e a mão de obra qualificada para explicar o surgimento dos programas de formação de administradores, na década de 1950. Estudando o Curso Regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cujo objetivo era “a formação de quadros técnicos e dirigentes”, e o Curso de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico (CTPDE), que visava à formação de “um núcleo de economistas e administradores treinados na teoria e prática do desenvolvimento econômico”, o autor observa na década de 1950 o auge do desenvolvimento dessa formação em Administração, concomitante com o início do surto desenvolvimentista nacional. A criação de diversos programas e instituições federais, entre eles a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) em 1951, com o objetivo “de assegurar a existência de um quadro de técnicos, cientistas e humanistas suficiente para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento econômico e cultural do Brasil” (CAPES, 1952 apud WANDERLEY, 2015, p.70) é parte integrante desse processo que visa expandir os cursos e disciplinas oferecidas para favorecer o desenvolvimento do país. A fundação da CAPES parte do diagnóstico esboçado por Getúlio Vargas que

O sistema educacional brasileiro não atende às necessidades de mão de obra especializada do país. Carece o nosso ensino superior de institutos de ensino e pesquisas no setor de economia e das **ciências administrativas**, em número suficiente aos reclamos do meio e com equipamento adequado. (BRASIL, 1951, grifo do autor).

Assim, a constituição de um conhecimento “gerencial”, afirmado ao mesmo tempo como disciplina – portanto dotada de cientificidade – e exigindo assim uma formação (universitária) exclusiva para sua aquisição, é um ponto fundamental para a constituição de uma “nova elite burocrática”, composta por economistas e administradores, que construíram e legitimaram um novo saber de Estado que, no Brasil, foi aos poucos se tornando

predominante (MOTTA, 1994, p. 82). Antes da ascensão da Administração e da Economia, o conhecimento jurídico agia como grande diferencial para o acesso a posições de destaque. Sergio Miceli (1979) destaca o papel da Faculdade de Direito da São Francisco na reprodução das elites antes da década de 1930:

Até meados da República Velha, a Faculdade de Direito era a instância suprema no campo de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais. No interior do sistema de ensino destinado à reprodução da classe dominante, ocupava posição hegemônica por força de sua contribuição à integração intelectual, política e moral dos herdeiros de uma classe dispersa de proprietários rurais aos quais conferia uma legitimidade escolar. (MICELI, 1979, p.35).

A formação de grupos sociais dirigentes, para ocupação de cargos no Estado, se concentrava nos cursos de Direito, Engenharia e Medicina. No entanto, a partir dos anos 1950, a estrutura social se complexifica exigindo diversificações nas profissões que, forçosamente, dominavam os setores mais influentes da economia e do Estado. Essa organização social reproduz-se na estrutura dos cursos. Antes da década de 1930, o ensino de Administração no Brasil se dava em matérias complementares de outros bacharelados. Desde o século XIX, a disciplina de “Direito Administrativo” estava subordinada às cátedras das faculdades de Direito, logo não reconhecida como disciplina autônoma (FISCHER, 1984, p.37). Em 1925, por influência das ideias de Fayol e Taylor, dois autores clássicos da administração, a matéria “Organização e tráfego das indústrias, contabilidade pública e industrial e direito administrativo” torna-se obrigatória nos cursos de Engenharia (COELHO, 2006, p.13), mas só em 1964 haverá o reconhecimento de cursos superiores em Administração.

Engelmann (2008) dirá que todo esse processo de autonomização da disciplina de Administração, desde as décadas de 1940 até os dias de hoje, deve ser entendido como uma disputa entre *“elites pelo controle de recursos estatais e do saber legítimo sobre a gestão pública”*; ou seja, haveria uma contenda entre juristas com um saber humanista; e economistas e administradores que teriam um saber econômico (ENGELMANN, 2008, p.242). Em 1954, Roberto Campos critica as concepções que consideram as técnicas administrativas como *“ideias inatas, mais ou menos óbvias e de qualquer maneira insuscetíveis de exercer papel fundamental, quer na promoção quer no retardamento do desenvolvimento econômico.”* (CAMPOS, 1954, p.3). Tal visão está de acordo como uma série de medidas internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) que visam à

difusão do conhecimento administrativo para países subdesenvolvidos, em particular o “livro cinzento” ou “Technical Assistance for Economic Development”, de 1949, que afirma que “a maioria dos países subdesenvolvidos precisa de assistência externa para melhorar o funcionamento administrativo de seus governos”⁸ (ONU, 1949, p. 55, tradução nossa).

Segundo tal documento, a proposta das Nações Unidas (ONU) era auxiliar os países subdesenvolvidos por meio de programas de treinamento de funcionários, envio de experts e auxílio na criação de instituições e institutos para o planejamento econômico e treinamento administrativo (ONU, 1949, p.55). Ou seja, tanto o desenvolvimento nacional quanto o desenvolvimento do ensino da disciplina estaria sujeito à importação de uma série de conhecimentos que se constituem enquanto disciplinas dos países desenvolvidos. Nesse sentido, há dois processos muito importantes que são concomitantes à institucionalização dos cursos de Administração: a formatação de diversos conhecimentos sob o título disciplinar de Administração nos Estados Unidos e a exportação desse tipo de conhecimento para os países da América Latina visando o seu desenvolvimento.

1.1 Dos primórdios da FGV aos centros de formação e divulgação: os anos 1930 e 1940

Criada em 1944 e oferecendo seus primeiros cursos na década de 1950, as origens da Fundação Getúlio Vargas remontam ao começo da década de 1930 quando seu patrono, Getúlio Vargas, ascende ao poder. O trabalho de Wahrlich (1983) atesta que o problema da burocracia brasileira já estava na pauta de Vargas na época da Aliança Liberal. Segundo a autora, as modificações propostas por Getúlio pretendiam dar maior “eficiência” à gestão do Estado a partir do incremento da autonomia dos funcionários públicos, tanto em relação ao mercado (expresso em outros empregos) quanto em relação à influência política nas promoções, ou seja, a influência política na burocracia. Essas modificações propostas devem ser compreendidas enquanto um processo de racionalização da burocracia. Esse discurso de racionalização da burocracia nacional veio acompanhado de dois fenômenos não menos importantes: um aumento das responsabilidades estatais e uma centralização⁹ das funções burocráticas com a criação do DASP em 1938.

⁸ Do original: “most underdeveloped countries require outside assistance in improving their governmental administrative services.”

⁹ A diminuição do gasto público realizada pelo DASP foi diretamente vinculada a uma centralização das contratações e nomeações que ficavam a cargo desta, como expresso nesta entrevista de Luiz Simões Lopes: “Por que eu consegui reduzir os sessenta e tantos por cento do Orçamento que eram consumidos pelo funcionalismo público civil para 33%, mais ou menos? Porque não havia cargo sem ser o Dr. Getúlio que

O primeiro fenômeno da racionalização da burocracia nacional já é visível em 1930 com a criação dos Ministérios da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, evidenciando a preocupação do governo de Getúlio com o desenvolvimento nacional de maneira nunca antes visto no Brasil. O segundo, por sua vez, tentava normatizar uma série de regras de execução burocráticas fundamentais para executar as políticas em nível nacional e enfraquecer as oligarquias regionais. O principal exemplo desses processos ocorrerá em 1938 com a instauração do DASP, sucessor do CFSPC (Conselho Federal do Serviço Público), para regularização do serviço público e para a organização e fiscalização do orçamento do governo central junto ao Ministério da Fazenda. Partindo das ideias norte-americanas¹⁰, essa organização burocrática era inspirada no “Bureau of the Budget” estadunidense (LOPES, 1947, p.5) e já era prevista na Constituição de 1937, mas foi só efetivada em julho de 1938. Segundo o artigo 67 dessa Constituição:

Art.67. Haverá junto à presidência da República, organizado por decreto do Presidente em departamento administrativo, com as seguintes atribuições:

a) O estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, o ponto de vista de economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, na distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com outros e com o público. (BRASIL, 1937).

O DASP assumia assim não só um papel como instituição política envolvida diretamente na reforma, mas também como um *órgão de estudo* sobre a burocracia em um tipo de conhecimento que estava se constituindo na época: a Administração Pública. A função do DASP como centro de estudos, aliado a um diagnóstico da falta de mão de obra qualificada para todas as posições burocráticas, fez com que rapidamente este assumisse o monopólio público no financiamento de bolsas de estudo e de cursos de aperfeiçoamento profissional nesse novo tipo de conhecimento. Um editorial da Revista do Serviço Público¹¹ de 1943 indica bem essa nova forma de conhecimento que surgia e ganhava cada vez mais

nomeasse ou demitisse. Agora cada ministro que entra traz um bando de gente nova para o ministério, aquela gente fica lá definitivamente; vem outro ministro, novo bando.” (LOPES, 1990, p.15).

¹⁰ No nono capítulo de seu livro, Wahrlich (1983, p.279-322) levanta as principais influências para as reformas administrativas da época Vargas, e assinala a decisiva importação de modelos norte-americanos. Da mesma maneira, Braum (2009) mostra como Eugênio Gudim utilizou imensamente a importação de modelos e conhecimentos norte-americanos para a criação de cursos de Administração no Brasil.

¹¹ Como nota Wahrlich (1983), a *Revista do Serviço Público*, ligada ao DASP, será um dos porta-vozes da reforma administrativa de Vargas durante o Estado Novo e defenderá arduamente a racionalização do serviço público brasileiro.

importância, principalmente a partir de 1939, com a institucionalização da carreira de técnico em Administração:

A função precípua de um técnico de administração não é dirigir, mas auxiliar a dirigir – na qualidade de membro de estado-maior. Auxiliar a dirigir e coordenar – planejando, organizando, opinando, informando; em suma, exercendo junto aos chefes aquela espécie de autoridade que decorre do conhecimento profundo dos fatos – a autoridade das ideias. (REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1943 apud WAHRLICH, 1983, p. 245).

Acompanhado dessa institucionalização, houve um processo de cientificação¹² desses conhecimentos: em 1940 institucionaliza-se os cursos de Administração para promover o aperfeiçoamento e a especialização dos servidores do Estado. Por consequência, foi permitido que o DASP, pelo Decreto-Lei Federal nº2804 de 21 de novembro de 1940, oferecesse cursos de extensão para “divulgar conhecimentos relativos à administração pública”. Entretanto, foi só em 1942 que esses cursos finalmente foram regulamentados. Por vontade de Luiz Simões Lopes, entende-se que a melhor maneira de oferecer esse tipo de formação seria por meio de uma fundação autônoma que fornecesse a formação técnica necessária para a população, mas com financiamento estatal.

A criação da FGV aparece, então, como realização desse ideal de formação de profissionais voltados tanto para as administrações públicas quanto para administradores privados, que ajudariam o desenvolvimento brasileiro¹³ sob a égide de “*um corpo de doutrina administrativa suficientemente coerente para ser sistematicamente ensinado e aprendido, e [...] transmitido internacionalmente*” (CAMPOS, 1962, p.2). Tal propósito evidencia-se em 1944, em uma carta enviada aos “possíveis” doadores da Fundação assinada por Manoel Ferreira Guimarães, Arnaldo Guinle, Herbert Moses, Paulo de Assis Ribeiro e Mario Paulo de Brito:

¹² Esse processo de cientificação é muito bem visto em um editorial da *Revista do Serviço Público* de 1946, na afirmação que o DASP deve ser “um laboratório silencioso, onde os trabalhos e pesquisas que se forem realizadas se convertam em conselhos, ponderações e sugestões destinados a auxiliar o Presidente da República na coordenação e supervisão dos assuntos administrativos do país” (REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1946 apud WAHRLICH, 1983).

¹³ A criação em 1946 do Núcleo de Economia, que se preocuparia com a medição de índices de preços da balança de pagamentos e da renda nacional, é fundamental para a produção científica das ciências econômicas que estavam crescendo no Brasil naquele momento, mas também para a própria intervenção estatal nesses setores. Os primeiros membros da direção técnica do Núcleo foram Eugênio Gudín e Octávio Gouveia de Bulhões, professores da Faculdade Nacional de Economia, Jorge Kafuri, professor da Faculdade Nacional de Engenharia e Jorge Kingston, professor da Faculdade Nacional de Filosofia. Os dois primeiros participaram da burocracia na década de 1930 e ambos foram ministros da Fazenda.

Uma das maiores dificuldades que se apresentam ao nosso administrador, seja na indústria, na lavoura, no comércio ou em serviços públicos, reside na falta de pessoal habilitado para as diversas funções especializadas que asseguram o maior rendimento em qualidade e em quantidade a produção e a circulação da riqueza nacional. [...]

Como podemos fundar grandes fábricas e usinas ou desenvolver e modernizar as já existentes, como mecanizar a produção agrícola ou extrativa, como aparelhar as organizações comerciais e os transportes [...] para atender às crescentes necessidades desse novo tipo de economia nacional, como, enfim, dotar a administração pública de serviços que *regulem e coordenem* essas atividades, estimulando-as em vês de entorpecê-las, se nos faltar o elemento humano com o imprescindível domínio da técnica. (Carta aos doadores da FGV apud SILVEIRA, 2009, p.126, grifos nossos).

Até a segunda metade da década de 1940 tanto o DASP quanto a FGV forneciam apenas cursos de treinamento voltados principalmente para o setor público, não obstante os discursos que enfatizavam a importância da Administração tanto para o setor público quanto para o privado passaram a ser dominantes no período, como demonstra a carta aos doadores da FGV. Como exposto no anexo I, além dos treinamentos técnicos, a Fundação investirá principalmente na divulgação de conhecimento com a criação da Editora FGV, fundada em 1947, e com seu Núcleo de Economia, o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), fundado em 1951. Até 1946, o ensino de Administração estava vinculado a cursos de treinamento de servidores públicos para a racionalização do Estado. Só após o fim do Estado Novo é que se desenvolveria a crença que a administração poderia auxiliar no desenvolvimento nacional por meio da planificação econômica e da criação de autarquias e de novas instituições estatais para o desenvolvimento nacional (FISCHER 1984, p.30; KEINERT, 1994, p.43; COELHO, 2006, p.7).

1.2 A expansão para as escolas de Economia e Administração: a expansão da FGV no auge do Estado desenvolvimentista (1950-1970)

É nesse novo contexto da crença na formação em nível superior de administradores e economistas para o desenvolvimento brasileiro que a formação de técnicos dará lugar a uma formação de tipo universitário, para a qual será necessária a criação de “escolas” que ofereçam cursos de graduação. Porém, concomitante à criação da FGV, há uma disputa em relação ao conteúdo dessa nova formação. O Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo (Sindecon) propõe, em carta, “um curso único, em que se enquadrem as especializações de economia, administração e finanças” (apud SCHWARTZMAN et al., 2000, p.238). Porém,

a proposta que virá a ser aprovada foi influenciada por economistas como Eugênio Gudim e Otávio Bulhões, e prevê a separação entre administração e economia, deixando a sua “natureza genérica” e se concentrando nos “altos estudos econômicos” (COELHO, NICOLINI, 2011, p.380). Assim, há um diagnóstico presente nos trabalhos historiográficos sobre essa disputa de concepção, conforme atesta Coelho:

Enquanto o ensino superior da economia revestia-se de status universitário com a sua oficialização e decorrente implementação nas duas mais importantes instituições acadêmicas brasileiras na ocasião – a USP e a Universidade do Brasil –, o ensino de administração se mantinha como área de ‘estudo complementar’, nesses cursos e como política estratégia de formação de pessoal no âmbito das empresas privadas e do setor público. (COELHO, 2006, p.24).

Nesse cenário, tendemos a concordar com Coelho (2006), que considera com surpresa a criação da EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública) da FGV, pois essa estaria “alheia às normas (e ao modelo) da educação superior brasileira” (COELHO, 2006, p.25). A criação dessa instituição só pode ser compreendida por meio de sucessivos esforços de funcionários do DASP para a institucionalização de um curso de Administração Pública. A publicação do relatório JUBE, em 1947, pela própria Fundação Getúlio Vargas, nos moldes do curso francês da ENA (École Nationale d’Administration) e do trabalho de Luiz Alves de Mattos que, com o apoio da ONU, recebe uma bolsa para estudar 22 instituições norte-americanas de ensino.

Desde sua fundação, a FGV havia se posicionado como uma instituição privada com estreitos laços com o Estado brasileiro. Além disso, tal aproximação entre o Estado e a Fundação criou uma “forma mista”, uma instituição privada com proventos ou verbas provenientes do governo federal, que facilitaria sua função na melhoria da formação dos funcionários brasileiros e no desenvolvimento de pesquisa. Em um texto homenageando a instituição, Armando Cunha afirma que a vertente econômica da FGV sempre esteve muito presente na mídia e sua importância na administração é ainda maior (ORIGENS, 1999, p. 288-89). Mesmo reconhecendo o aspecto parcial de tal afirmação, é difícil contestá-la vendo a proeminência, no período e a posteriori, da instituição para o debate público sobre administração e economia nacional.

Essa constatação é reforçada por Dezalay e Garth (2002, p. 98-103), ao narrarem a importância da FGV para a criação pioneira de um curso de Economia, em 1946, que formaria quadros importantíssimos para os primeiros presidentes do regime militar. Essa influência da

Fundação é mais forte no curso de Economia do Rio de Janeiro, polo de formação de várias das equipes econômicas dos governos militares até hoje. Em sua introdução ao compêndio de entrevistas com economistas brasileiros, Biderman, Cozac e Rego (1996) mostram como, além da importância das instituições, houve um desenvolvimento desigual das diversas disciplinas oferecidas pela instituição segundo sua região, deixando o saber administrativo principalmente para São Paulo e o desenvolvimento do núcleo de Economia e de Administração Pública para o Rio de Janeiro. Assim afirmam os autores:

Em comparação ao desenvolvimento histórico do mestrado em Economia no Rio de Janeiro (que culmina com a criação da EPGE), o desenvolvimento deste no âmbito paulista da FGV esteve, desde os seus primórdios, mais atrelado ao desenvolvimento do saber administrativo. (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 27).

Essa oposição entre o saber econômico desenvolvido principalmente no Rio de Janeiro e o saber administrativo na capital econômica do Brasil pode ser vista também nas escolas de Administração. O diagnóstico exposto na comunicação “Formação Acadêmico-Profissional do Administrador”, em 1968, na III Conferência de Administração Pública, por Bruno Guerreiro, Carlos Malferrari, Claude Malchine e Orlando Figueireido expõem uma divisão fundamental:

Quiseram as circunstâncias que as primeiras escolas de administração instituídas no país fossem claramente orientadas, umas para o ensino da administração de empresas, outras para o ensino de administração pública, numa bipolaridade que acompanhava a divisão das atividades administrativas em privadas e públicas, norteadas geograficamente, as privadas em torno de São Paulo, o grande estado produtor, as públicas, em torno do Rio de Janeiro, na ocasião, capital da República (p.298).

Em 1954, com a EBAP já consolidada e oferecendo o seu curso de “Formação”, a Fundação Getúlio Vargas abre a EAESP (Escola de Administração de Empresas em São Paulo) com seu curso de Administração de Empresas voltado para o ensino de “modernas técnicas empresariais”.

Na literatura de ambos os períodos, considera-se respectivamente a EAESP como um centro de “vanguarda” (COUVRE, 1991, p.95) e as duas escolas como “um dos polos de um complexo de instituições criadas nas décadas de 1950 e 60 em apoio à política desenvolvimentista de então” (FISCHER, 1984, p. 3). A posição delas deriva de um fator primordial que diferencia as escolas associadas à FGV das demais: a legitimidade social

atribuída ao conhecimento das novas técnicas administrativas importadas dos Estados Unidos, além da pesquisa e da consultoria produzidas em seu interior. Tal capacidade da instituição de vincular-se a esses princípios está ligada diretamente tanto à sua clientela quanto à imagem que a instituição passa de si através de seus professores e dos papéis de formação, pesquisa e consulta que ela pode realizar.

A posição de destaque de ambas as instituições fica clara nos convênios internacionais como o Programa de Ensino em Administração Pública e de Empresas (PBA-1), assinado em 9 de março de 1959 firmados pelo Ministério da Educação (MEC), o DASP, a FGV, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e o International Cooperation Administration (ICA). O PBA-1 propõe “a intensificação e gradual ampliação dos recursos educacionais”, através da vinda de professores americanos, treinamento de professores bolsistas tanto no exterior como na EBAP e na EAESP e o financiamento da pesquisa em Administração de Empresas e Administração Pública. Assim, ele resulta na criação de cursos de Administração na UFBA e na UFRGS e no aperfeiçoamento dos cursos vigentes da EAESP e do EBAPE. Segundo Fischer (1984, p.113), a EBAP e a EAESP são consideradas “centros de treinamento inicial desse projeto” e os “centros de treinamento e difusão” tanto para os professores americanos como para os professores bolsistas, ou seja, ambas as instituições terão papel decisivo na formação dos professores brasileiros em suas respectivas áreas. Em texto mais recente, Alcadipani e Bertero (2014, p.154) argumentam que tais escolas servem de inspiração, ainda hoje, para os cursos de Administração (tanto Pública quanto de Empresas) da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade de São Paulo e para diversos cursos latino-americanos¹⁴.

Não obstante, a história da Administração no país a partir da década de 1950 revela que seu ensino estaria voltado primordialmente para a capacitação das elites dirigentes brasileiras frente aos desafios impostos por um Estado desenvolvimentista. Fischer cita:

O problema central visualizado é de ordem administrativa: no seu entendimento, as elites dirigentes que até então exerceram o poder no Brasil, já haviam dado provas suficientes de sua incompetência e incapacidade para enfrentar e resolver os problemas nacionais (BRUM, 1982 apud FISCHER, 1984, p.41).

¹⁴ Além da posição de liderança nacional, Carvalho (1968) e Fischer (1984) reconhecem que muitos dos convênios firmados pelo governo norte-americano fortaleciam a EBAP e a EAESP como centros nacionais e latino-americanos de formação de funcionários especializados. Nesse sentido, ambos os autores narram que o governo americano deu bolsas para funcionários latino-americanos virem fazer parte das primeiras turmas do curso de Formação.

Assim, temos como hipótese para o desenvolvimento desta pesquisa constata-se que haveria uma divisão das funções de cada instituição da Fundação: a EBAP, na capital política do país preparando uma elite burocrática, e a EAESP, visando formar “classes dirigentes para servir a então pungente industrialização brasileira, um desenvolvimento industrial e capitalista” (ALCADIPANI; BERTERO, 2014, p.161). Essa hipótese comprova-se plausível, visto que na história da EAESP Alcadipani e Bertero (2014) retomam a entrevista de um antigo professor que afirma:

Vinha, nesses cursos, ou os herdeiros ou ainda os titulares das grandes empresas. Isso é uma medida, isso é uma métrica. Não havia gente que não tivesse uma responsabilidade, ou de dono ou de mando, nas empresas da época. Nós tivemos aí alguns herdeiros ilustres, não é? Não eram empregados, *ok*? Eles eram filhos de donos ou donos. Isso foi o modo de a Escola intervir nesse processo [de desenvolvimento nacional]. (ALCADIPANI; BERTERO, 2014, p.161).

Se o patrono da EBAP era o governo brasileiro, que financiava parte dos custos dos seus cursos de Formação, a EAESP planejava uma forma alternativa de suporte da sociedade. Os primeiros cursos de graduação, ambos chamados de “Formação”, começaram em 1955, tanto na EAESP como no EBAPE. Ainda segundo Alcadipini e Bertero (2014):

A audiência que se buscava, formada por empresários e executivos, tinha como finalidade abrir caminho para administradores profissionais e, também, buscar uma aproximação com uma comunidade da qual se esperava, no futuro, apoio financeiro para sustentar a escola. (ALCADIPANI; BERTERO, 2014, p.159).

Essa ligação com o Estado e com as empresas constitui-se em um diferencial para a EAESP a partir dos anos 1980. Até aquele momento, a expansão do ensino de Administração de Empresas e de Administração Pública crescia exponencialmente graças milagre brasileiro das décadas de 1960 e 1970. Nesse período, a EAESP tinha um papel importante na formação de mão de obra para as empresas brasileiras e para o Estado. Coelho (2006) afirma que:

A estruturação (e a expansão) do mercado de trabalho público-estatal, sobretudo na administração direta, ensejou a origem e irradiação [...] do ensino de graduação em administração pública no país, o qual precedeu e, inclusive, impulsionou o encetamento e propagação do bacharelado em administração de empresas. (COELHO, 2006, p.41).

Além da importância do desenvolvimento do Estado como fonte de empregos, a economia crescia enormemente, assim como as oportunidades de emprego para os administradores de empresa. Guido Mantega dirá:

Era a época do ‘milagre brasileiro’ do Delfim Netto, quando os economistas da USP e os administradores da FGV eram ‘caçados a laço’ pelas empresas que proliferavam nos rastros de um PIB que crescia a mais de 10% ao ano. (MANTEGA apud REGO, 1999, p.34).

Porém, tanto Keinert (1998) quanto Coelho (2006) relatam que o reconhecimento do bacharelado em Administração, em 1964, trouxe problemas para os bacharelados de AP que, naquele momento, formavam a maioria dos administradores brasileiros. O currículo mínimo exigido pelo governo só previa uma matéria diferente para os bacharelados em AP. Os editais dos concursos estatais exigiam “técnicos em administração”, título conferido por ambos os cursos de administração. Além disso, naquele momento, frente à ditadura, a mediação do administrador público era deixada de lado em favor do conhecimento dos economistas. Finalmente, em decorrência da industrialização, as instituições de ensino preferiam investir nos cursos de AE. O auge dessa crise será a Reforma Universitária de 1968 que proibirá “a duplicação de meios para fins idênticos” o que obrigará que em todas as universidades públicas os cursos de AE e AP se fundam (COELHO, 2006, p.47-61).

Essa situação criará um fechamento progressivo dos cursos de AP por todo o Brasil, entre os quais o próprio curso da EBAP será fechado. Sob a égide da “modernização da administração pública paulista”, a EAESP abrirá, em 1969, com um convênio com o governo do Estado de São Paulo, um bacharelado gratuito de Administração Pública. Em um contexto de tentativa de integração dos cursos de Administração Pública e Administração de Empresas, esse curso será mantido com o apoio do governo estadual e da FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos), enquanto a própria mantenedora, a FGV, pressionava pelo seu fechamento. Mesmo que o bacharelado em Administração Pública da EAESP nunca tenha tido a “magnitude e a liderança” que detinha o da EBAPE, ele se constituirá como um dos únicos cursos de Administração Pública ofertado na década de 1980, junto aos da UNESP e da Fundação João Pinheiro-MG. Apesar da abertura do bacharelado em Administração de Empresas e uma extensão da escolaridade para o nível da pós-graduação (tema que não poderemos abordar nesta pesquisa), a EBAP parece ter uma posição mais secundária frente à importância que a EAESP e São Paulo terão nas décadas seguintes.

1.3 As décadas de 1980: um momento de inflexão

Entre as décadas de 1970 e 2000, não haverá a criação de nenhuma nova instituição pela FGV, mantendo apenas seu núcleo de Economia, sua editora e as três faculdades (EERJ-RJ, EBAPE-RJ, EAESP-SP). A diminuição do crescimento econômico brasileiro e a crise do Estado na década de 1980 explicam esse cenário, visto que o governo federal auxiliava financeiramente a instituição. Nesse contexto, as parcerias com os governos estaduais foram fontes importantes de ajuda para a instituição. Apesar de não se expandir como nas décadas anteriores, a instituição ainda exercia grande influência pública.

Ao tentar estabelecer conexões entre o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos e as estratégias de expansão da Fundação, questiona-se como uma instituição que tem origem no período Vargas e se estabelece e se expande durante as décadas de 1950 a 1970, sob um forte desenvolvimento industrial e econômico do Brasil, reage à crise econômica e à estagnação da década de 1980 em diante. Em análise sobre o contexto, sociólogos e cientistas políticos sustentam que as formas de atuação econômica e administrativa do “estado varguista”¹⁵, que o regime militar reforçou entram em crise no começo da década de 1980 e rearticulam as alianças e as estratégias dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, Bresser-Pereira, professor emérito da Fundação, dirá em entrevista em 2007 que, desde 1985, a Fundação está perdida.

A escola conseguiu até 85, mais ou menos [manter-se unida como expressão da aludida aliança de classes]. A partir de 85 ela fica desarvorada completamente, porque aí o Brasil fica desarvorado e ela também. Porque ela [...] é uma escola de elite de empresários. Se ela tivesse [...] [condições e um Projeto] que [...] pudesse fazer a aliança, continuar com essa aliança e aprofundar etc. [poderia ser diferente], mas [a Escola] não sabe o que fazer, está perdida, porque toda a sociedade está na escora, o Brasil inteiro está perdido nesse processo. (FONSECA, 2008, p.46).

Frente a esse “diagnóstico”, esta dissertação procurará compreender as formas e estratégias de expansão dessa instituição – centrando-se na investigação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) – tanto em sua relação com o Estado brasileiro quanto com o mundo empresarial e educacional. Se a

¹⁵ Em sua tentativa de entender as formas que os regimes autocráticos e desenvolvimentistas da periferia do capitalismo, Brasílio Sallum (2003) define o estado varguista como aquele que é “núcleo organizador da sociedade, deixando pouco espaço para a organização e mobilização autônomas dos grupos sociais [...] funcionou como alavanca para a construção de um capitalismo industrial, nacionalmente integrado mas dependente do capital externo, por meio de uma estratégia de substituição de importações” (SALLUM, 2003, p. 35).

imagem da instituição esteve muito associada, nas décadas de 1960 e 1970, ao projeto desenvolvimentista, na formação dos economistas responsáveis pela política econômica e em “administradores profissionais” (tanto para o setor público quanto para o setor privado), quais as novas funções da instituição e o que ela considera sua missão após a ruptura do pacto desenvolvimentista? Como é enunciado por Carlos Ivan Simonsen Leal, seu presidente, no balanço de 2014:

Nos seus 70 anos de existência, a missão da Fundação Getúlio Vargas foi uma só: estimular o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Foram sete décadas de lutas dedicadas ao interesse nacional. *Educando, pesquisando, projetando, difundindo informações e ideias*, participando intensamente do debate nacional, sobretudo sobre políticas públicas. (FGV, 2014, p.5, grifos nossos).

De fato, constatamos duas formas distintas de compreensão do que ocorre com a FGV e com a EAESP a partir do fim da década de 1980. Retomando a discussão sobre o nacional-desenvolvimentismo, Bresser-Pereira atesta a contribuição da EAESP e da FGV para uma concepção de desenvolvimento, visão essa que será analisada do terceiro capítulo deste trabalho. Ivan Simonsen Leal, por sua vez, defende uma relação distinta, na qual a FGV não possui um projeto de nação, mas contribui para o debate público. Constatamos que a FGV sofreu um período de estagnação e retração nas décadas de 1970 e 1980, fechando os cursos de graduação em Administração Pública. Nas décadas de 1990 e de 2000, há uma expansão enorme dos braços da Fundação, com a criação de duas novas Escolas em São Paulo (a Escola de Economia e a Escola de Direito) e a Escola de Direito no Rio de Janeiro, a institucionalização da maioria dos programas de pós-graduação e o surgimento de cursos de especialização e MBAs específicos. Não obstante, há uma tentativa muito forte de expansão da instituição no viés educacional e no mundo da consultoria por meio da criação do Instituto de Desenvolvimento Educacional, em 2003, e com a FGV Projetos, em 2005.

Na formulação do presidente Carlos Ivan Simonsen Leal (2014), a FGV atual tem três objetivos: expandir-se; transformar-se num mediador entre o pensamento estrangeiro sobre o Brasil para o Brasil e do pensamento brasileiro sobre o exterior e, finalmente; tornar-se um centro de sociologia aplicada e de criação de dados para o debate público. Nesse sentido, vemos que o termo *think tank* é cada vez mais adequado para a instituição.

Considerando essa nova função que a FGV se propõe nas últimas décadas, cabe investigar como o ideal expresso por Leal é atualizado nos dois cursos da EAESP: a

Administração de Empresas e a Administração Pública. Se durante as décadas de 1940 a 1970 a separação entre ambas representava uma aparente divisão do trabalho social na construção de um projeto nacional no qual Estado e Empresariado/Mercado cooperavam, tal separação deve ser repensada a luz de novos fenômenos. Nesse sentido, o que nos propomos nos próximos dois capítulos, é tentar sair do léxico nacional-desenvolvimentista, no qual a FGV foi pensada e desenvolveu-se até a década de 1980, refletindo como sua imagem e seu valor simbólico modificam-se.

Capítulo II – A face paulista da FGV: A EAESP-FGV como escola de negócios

Pelo menos em todas as sociedades estratificadas, “a oportunidade de grandes realizações” individuais, que atrai os olhares dos historiadores, dependeu durante muito tempo do fato de um indivíduo pertencer a grupos de elite específicos, ou da possibilidade de encontrar uma via de acesso a esses grupos. Sem a análise sociológica que leva em conta a estrutura de tais elites, praticamente não é possível julgar nem a grandeza nem o mérito das figuras históricas. (Norbert Elias, Sociologia e História, 2001, p. 42).

A EAESP oferece, atualmente, um dos cursos mais prestigiosos de Administração de Empresas do Brasil. No momento de constituição do curso de Administração, em 1955, havia unicamente duas escolas de Administração no país: a EBAPE e a Fundação Educacional Inaciana “Padre Sabóia de Medeiros” (FEI), e o diploma de ensino superior carregava forte valor social, permitindo o acesso a posições de destaque na sociedade brasileira. Em 2015, 41 anos depois de sua primeira turma, o curso ocupava a 11^a posição no Índice Geral de Cursos (IGC) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que considera na avaliação todos os cursos ofertados no Brasil¹⁶. Com mensalidades elevadas, acima de quatro mil reais e com a entrada de 250 alunos por semestre, o curso é o mais visível da EAESP que, além deste, oferece a graduação em Administração Pública e diversos cursos de pós-graduação.

Ao tratar da cisão da FGV expressa por Bresser-Pereira no fim do capítulo anterior, entre grupos rentistas e grupos industriais com o fim do pacto desenvolvimentista devemos nos interrogar como a FGV, principalmente a EAESP, lidou com a expansão do ensino superior durante todo esse período. Além de uma discussão própria sobre um “pacto de classes” (tema que retomaremos no próximo capítulo), esta investigação focará no papel do ensino superior na reprodução da estrutura do espaço social (BOURDIEU, 1989), na tentativa de empreender as funções distintas que a instituição assume no momento atual.

Para compreender o valor simbólico atribuído à FGV, assim como as suas estratégias enquanto instituição de ensino e *think tank*, acredita-se ser pertinente seguir as recomendações de Broady, Borjesson e Palm (2002, p. 193-195), que reconhecem três maneiras de analisar a

¹⁶ Quatro outras escolas da FGV estão à frente da EAESP na classificação geral. São elas, respectivamente, EBEF (Escola Brasileira de Economia e Finanças), em primeiro lugar, a EESP (Escola de Economia de São Paulo) em segundo lugar, a Escola Superior de Ciências Sociais, em 7^o e a EBAPE (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas), em 10^o.

posição de estabelecimentos no campo de instituições de ensino superior e pesquisa. A primeira passaria por uma análise histórica das tradições e histórias da instituição, aqui no caso do curso de Administração (item 2.1); a segunda maneira tenta analisar o curso de AE e as classes que o frequentam pelo seu perfil de recrutamento (itens 2.2, 2.3 e 2.5) e, finalmente, a terceira pelo estudo da proximidade da EAESP, e principalmente do curso de AE, com outros campos sociais (item 2.4). Esses três níveis, longe de serem excludentes, permitem ver a constituição do valor social do diploma, assim como o capital simbólico e as estratégias de desenvolvimento do curso de Administração de Empresas (AE) e da EAESP como um todo.

2.1 A Administração e a expansão do ensino superior brasileiro

A importância do diploma universitário para o acesso a posições dominantes permite compreender melhor outro processo que também estava em jogo na década de 1960 e que se estende até o começo dos anos 2000: a expansão do ensino superior brasileiro, tanto no número de ingressantes quanto na forma das instituições. Para Martins (2000, p.42), no início da década de 1960, a maioria dos estabelecimentos era de pequeno porte, preocupados principalmente com o ensino e com um corpo docente pouco profissionalizado. Eles eram “estabelecimentos vocacionados para a reprodução de quadros da elite nacional, em geral cultivando um *ethos* e uma mística institucional” (MARTINS, 2000, p.42). Já nos anos seguintes, há um incremento e uma complexificação muito grande da estrutura do ensino superior por meio de um processo de diferenciação tanto vertical, com a extensão dos cursos de pós-graduação, como uma diferenciação horizontal com novas formas de instituições e uma pluralidade de objetivos. Martins dirá que, nesse período, se formará um “campo acadêmico extremamente complexo” em virtude das diferentes posições que cada instituição ocupa (MARTINS, 2000, p.42). Isso já seria um sintoma de uma expansão do ensino superior e do público que ele recebia. Grun afirma que anteriormente a este processo de expansão:

As possibilidades estatísticas de membros das classes dominadas terem acesso aos níveis mais elevados do ensino eram praticamente lotéricas e, assim, o meritocratismo agia só no interior dos círculos já previamente privilegiados como um legitimador de segunda instância, que ‘apurava’ a seleção já realizada através da herança (GRUN, 1990, p. 38).

Desde os primórdios da expansão do ensino superior, após a Reforma Universitária de 1968, há a criação de uma pluralidade de modelos institucionais para as universidades, sendo que os cursos de Administração servem como um local privilegiado para observar a expansão

e a segmentação variada do ensino superior. Diferentemente das universidades públicas que ofereciam formações tradicionais¹⁷, como as carreiras científicas e as “profissões tradicionais” (Direito, Medicina e Engenharia), as novas faculdades de Administração eram, sobretudo, ações “empreendedoras de entidades privadas”, muitas delas consideradas unicamente como “fábricas de diploma” que legitimavam certos grupos a assumir posições de “administradores e profissionais liberais”. Martins (2000) diz que o fenômeno de elitização, antes caracterizado por poucas vagas e poucas instituições, agora age através de “novos mecanismos de discriminação social” (MARTINS, 2000, p.57). Os recortes público/privado, universidade/instituição isolada, curso dominado por camadas privilegiadas/ cursos socialmente heterogêneos são novas maneiras de compreender a estruturação do campo de ensino superior, principalmente nos cursos de Administração.

O processo de seleção do ensino universitário narrado por Grun (1990) tem nas últimas décadas acirrado a diversificação ainda maior do sistema, criando novas formas de organização e, portanto, novas estratégias de reprodução dos grupos sociais envolvidos. Como o próprio autor admite, naquele primeiro momento de expansão dos cursos de Administração, não havia no imaginário social referências claras sobre as possibilidades profissionais abertas por esses diplomas nem sobre o conteúdo dessas novas disciplinas (1990, p. 9). Assim, com a sedimentação desses cursos é mais provável a existência de estratégias que são geradas pela própria frequência a esses cursos, atraindo grupos sociais mais bem definidos.

Porém, a expansão desse sistema não significa necessariamente sua democratização, muito menos o acesso a grupos dominados. O acesso a posições de prestígio no mercado de trabalho passa não somente pela posse do diploma de ensino superior, mas de qual instituição provém esse diploma e por uma extensão dos “circuitos de legitimação” (BOURDIEU, 1989, p. 550), com a demanda por outras habilidades e competências “extraescolares”, o que envolve o aprendizado de línguas estrangeiras, intercâmbios precoces, contato com setores de ponta da profissionalização e a entrada na pós-graduação (HEY, 2015, p.238).

Frente a essa expansão, nas décadas de 1970 e 1980, em seu livro *A revolução dos gerentes brasileiros*, Roberto Grun (1993, p. 29) afirma que a Fundação Getúlio Vargas e seus cursos estavam numa posição intermediária dentro do sistema de ensino que se ampliava. Na época, o vestibular da FGV era considerado fácil pelos alunos bons em matérias mais humanistas, indicando a posse de recursos linguísticos e de estilo próprios dos “herdeiros das posições burguesas ou pequeno burguesas bem estabelecidas”, porém difícil de ser resolvido

¹⁷ Para uma análise precisa de como se dá a expansão dos cursos na USP, cf. CARLOTTO, 2014.

apenas mediante o sistema escolar, diminuindo a concorrência dos filhos de imigrantes e de outros grupos sociais na entrada no sistema universitário. Entretanto, ele também reconhece que os cursos de Administração, por serem novos no Brasil, não tinham “referências claras e bem sedimentadas no imaginário social”, sendo suas possibilidades profissionais ainda pouco evidentes. Assim, não haveria um perfil definido de quem estudava nessa instituição de elite que servia de modelo na época. Os estudantes eram desde herdeiros de dinastias burguesas (que já viam a necessidade de legitimar-se através de um título universitário) até pessoas que seguiriam carreiras intelectuais (GRUN, 1993, p. 5-9). Nesse sentido, é interessante lembrar o que Bourdieu expõe acerca dos valores distintos que o diploma de ensino superior pode ter ao relacionar-se com os diferentes grupos sociais:

Enquanto que, para alguns, o título escolar fornecido pelas instituições mais escolares [...] constitui-se como condição sine qua non para a entrada no campo do poder, os outros pedem a instituições cada vez menos escolares e seletivas, que reforçam as disposições herdadas mais do que inculcam novas competências, de lhes fornecer o mínimo de consagração necessária para consagrar as situações adquiridas. Em um caso, a instituição de ensino afirma sua autonomia pela natureza dos conhecimentos inculcados e exigidos que só podem ser adquiridos através de um aprendizado específico e especificamente escolar e que tem pouco valor nos mercados mundanos. No outro caso, a instituição – muito próxima daquelas instituições que a aristocracia de berço e de dinheiro confiam tradicionalmente a seus filhos – [...] fornece uma consagração que, mesmo que seja conferida por uma das instituições escolares menos ‘escolar’, continua revestida das aparências de neutralidade social que confere à Escola sua autonomia mais ou menos afirmada em relação às exigências mundanas. (BOURDIEU, 1989, p. 419).

O trecho acima revela dois pontos importantes: as universidades ou instituições de ensino superior constituem-se por meio de públicos específicos e que têm interesses diversos no uso do diploma. Ao mesmo tempo elas são transmissoras de conhecimentos particulares que delimitam o valor do curso e o acesso a posições dominantes. O comentário de Grun (1993) sobre o vestibular da FGV deve ser entendido frente a instituições mais tradicionais, como a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), que na época também formava administradores no seu curso de Engenharia da Produção¹⁸. Nela o acesso era

¹⁸ É importante notar a oposição era entre a FGV e a Escola Politécnica. Essa última sendo reconhecida como escola responsável pela formação de quadros dirigentes e de políticos desde antes da criação da USP (HEY; CATANI, 2006; CARLOTTO, 2014, p.443-452). O discurso da produção da “liderança” é o que une ambas as instituições. A Faculdade de Economia e Administração da USP possuía uma posição muito mais secundária. Ela seria “frequentada especialmente por alunos provenientes de um estrato social mais baixo, que haviam cursado escolas técnicas de Comércio e, sem condições de frequentar as escolas de Direito ou Engenharia, aproveitavam a Faculdade de Economia para ascender socialmente” (BIDERMAN, COZAC, REGO, 1996, p. 18).

mediante um vestibular muito mais exigente, que tentava manter uma homogeneidade para a produção de uma elite dirigente e política.

O estudo de Covre, intitulado “A formação e a ideologia do administrador de empresas”, de 1981, afirma que a EAESP possuiria uma posição de “vanguarda”, visto que se associava com o grande capital estrangeiro em detrimento da indústria média, que era principalmente nacional (COVRE, 1981, p.111). Esses laços com o capital estrangeiro favoreceriam a difusão de uma ideologia “neocapitalista”, presente na década de 1960, com o grande desenvolvimento de uma estrutura oligopolista que privilegiaria as empresas estrangeiras.

Em uma análise posterior, Vasconcellos (1998, p.64) chega a conclusões semelhantes, afirmando que a diferença seria principalmente a internacionalização da formação, que fazia que a maior parte dos diplomados da EAESP (60%) conseguissem empregos em grandes empresas privadas inseridas no mercado internacional ou em empresas nacionais de ponta (nos setores de informática e de telecomunicações). Além disso, seus alunos, em oposição aos de outras universidades, proviam principalmente da alta burguesia paulista, expressa principalmente pela posse de títulos acadêmicos dos pais (VASCONCELLOS, 1998, p.24). Em oposição, muitos dos alunos da Escola Politécnica eram descendentes de imigrantes, considerados grupos sociais que “tentam recuperar seus handicaps sociais por uma dedicação a toda prova à escola, principalmente nas disciplinas mais ‘duras’” (GRUN, 1993, p.29).

Assim, a homogeneidade social proposta pela EAESP parece ser um atrativo a mais para essa formação. Mensalidades altas¹⁹ e alunos oriundos da alta burguesia reforçam a homogeneidade social que, segundo Bourdieu (1989), é uma das principais características das escolas de quadros dirigentes. Segundo ele, as escolas de elite:

Tem por efeito a produção de um grupo social muito homogêneo, cuja homogeneidade acaba sendo ainda mais reforçada pela socialização mútua que resulta do contato contínuo e prolongado dos condiscípulos. Ao limitar assim o espaço social de outras frequentações possíveis, a reclusão seletiva contribui para limitar as chances de más alianças [mésalliances] (no sentido amplo) e isso de modo durável, porque através das ligações afetivas que se formam com uma força particular durante a adolescência, ela predetermina os atos posteriores de cooptação. (BOURDIEU, 1989 apud CARLOTTO, 2014, p.420).

O conceito de homogeneidade proposto para explicar a constituição de um espaço neutro deve ser repensado à luz da expansão do sistema de ensino, em geral, e da

¹⁹ As graduações de Administração de Empresas e de Administração Pública tem a mesma mensalidade de 4.100 reais por mês, segundo os dados de 2017 da FGV.

Administração e da FGV, em particular. Há uma escassez de estudos sobre os alunos do curso de Administração de Empresas da EAESP na década de 1990 em diante. Há mais de uma década vem ocorrendo uma expansão significativa do número de alunos formados pela EAESP-FGV e que não tem sido tratada pela literatura sociológica, o que compõe uma lacuna do período mais atual.

Se na década de 1960, estudos relatavam turmas de 40 alunos, os processos seletivos hoje para o curso de Administração de Empresas em São Paulo na EAESP²⁰ contam com mais de 600 vagas por semestre. Ao analisarmos a tabela a seguir, veremos como uma faculdade de elite expandiu-se e atualmente forma quase 600 alunos por ano.

Tabela II - Número de alunos matriculados na FGV

Fonte: Elaborado por FGV, 2016.

2.2 As pesquisas sobre o perfil dos alunos de Administração de Empresas

Essa expansão do ensino superior reconfigura as estratégias dos grupos sociais que frequentam a EAESP. Se nos anos 1960 e 1970 ainda o perfil dos alunos podia ser definido

²⁰ Entre 2015 e 2017, o curso de Administração Pública da EAESP abriu processos seletivos com respectivamente 50 vagas (2015-2016) e 150 (2017).

em termos de elites empresariais e de proprietários buscando uma legitimação para assumir os negócios da família e constituir um capital social dentro de um espaço reduzido de socialização, os estudos de Ferreira (2002) e Dell Agli (2004) nos permitem vislumbrar mudanças nas características desses grupos sociais ao assinalar sobre as representações desses alunos acerca de suas carreiras e, portanto, sobre os postos que gostariam de alcançar. Ambas as pesquisas entrevistaram cerca de 100 alunos de graduação, o que para a época era uma parcela considerável do alunado de Administração de Empresas.

A pesquisa de Ferreira parte de um esquema teórico bourdieusiano para afirmar que, no começo dos anos 2000, a EAESP-FGV “ocupava um papel fundamental nas estratégias educacionais de agentes sociais que, em sua maioria, eram originários do Estado de São Paulo, particularmente da cidade de São Paulo” (FERREIRA, 2002, p.103-104). Apesar de limitar-se à apenas uma turma de Administração de Empresas (a do último ano em 2002), Ferreira percebe uma forte hegemonia nas trajetórias desses agentes. Quase a totalidade deles nasceu no Estado de São Paulo (93%), sendo três de cada quatro na cidade de São Paulo (73%). Além disso, há uma forte semelhança entre o alunado em relação aos colégios por ele frequentados. Ferreira (2002, p.105-106) argumenta que os alunos vinham em sua maioria dos colégios privados mais prestigiosos, e caros, da cidade de São Paulo. Reproduzimos abaixo a tabela exposta por Ferreira:

Tabela III – Instituição de conclusão do Ensino Médio de alunos da turma de 2002 de Administração de Empresas

Além disso, haveria no próprio discurso dos agentes uma distinção social entre os “grandes colégios”, no qual se incluiria Bandeirantes, Porto Seguro e Santa Cruz²¹, e os “colégios de bairro”, muito menos prestigiosos. Um entrevistado por Ferreira assume:

Eu estudei em um colégio de bairro, pequeno se comparado com os grandes colégios de freiras. Logo que entrei na GV, tive um choque. Eu me sentia muito diferente das pessoas... Não sei se é porque eu vim de uma escola muito pequena... Eu sentia que as pessoas que entravam aqui eram assim: eram as melhores pessoas das escolas medíocres e as pessoas de escolas de primeira linha – Santa Cruz, Bandeirante... (apud FERREIRA, 2002, p.107).

Apesar dessa oposição, há uma enorme internacionalização precoce dos alunos: 73% deles tendo cursado, ao menos, um ano do ensino médio no exterior. Essa internacionalização precoce, que tem como destino principal os Estados Unidos (44%) e a Inglaterra (24%), o que reforça a ideia de classes dotadas de um alto capital econômico que investem no aprendizado de línguas estrangeiras²² (FERREIRA, 2002, p. 107-110).

Na pesquisa de Ferreira, essa internacionalização precoce, assim como a “pertença” a colégios de elite da capital, tem como base estruturas familiares privilegiadas, caracterizadas por pais que, em sua ampla maioria detém pelo menos o ensino superior completo (86% dos pais e 76% das mães). Mesmo não havendo perguntas sobre a renda da família nem acerca da especificidade dessa escolaridade, nota-se que nas funções que os pais afirmam ocupar há a necessidade de um diploma de ensino superior, ou seja, tendencialmente haveria uma remuneração alta. Nesse sentido, a imagem média do aluno da EAESP que o trabalho de Ferreira (2002, p. 113-30) atesta é de uma família já estabelecida no Brasil que possui um negócio médio, gerido pelos homens da família, ocupa uma profissão liberal e cargos de

²¹ Se pensarmos nessa relação de colégios de elite a partir do trabalho de Almeida, *A Escola dos dirigentes paulistas* (1999), no qual ela tenta compreender as bases sociais do discurso da excelência escolar pela análise de três colégios de elite e seus públicos, podemos identificar colégios de ambas as frações das classes dominantes: o Bandeirantes, representando a elite econômica e sua valorização das matérias científicas, e o colégio Equipe, representante da fração mais cultural e, do conjunto de escolas “humanistas”, referenciada por determinado público como “o vale encantado do Rio Pinheiros”, tem-se o Santa Cruz. Não deixa de ser interessante que, geograficamente, a EAESP se encontre a meio caminho do Paraíso e dos Jardins (região principal dos estudantes do Bandeirantes, elite econômica estabelecida) e da Vila Madalena, região desses colégios e das elites culturais e artísticas da cidade.

²² Ferreira (2002, p.112) aponta que as estratégias de escolha da universidade variam segundo essa internacionalização. Em um trecho de entrevista citado, um aluno que afirmava ser fluente em inglês, francês e espanhol se ressentia de não ter feito a graduação no exterior e reclama da qualidade do curso da EAESP.

gerentes (executivos) enquanto suas mães detêm formação igual ou superior²³. Podemos conferir esse perfil nas tabelas que seguem:

Tabela IV – Ocupação do pai de alunos da EAESP

Fonte: FERREIRA, 2002, p.113.

Tabela V – Ocupação da mãe de alunos da EAESP

²³ O trabalho de Ferreira (2002) apresenta inúmeras outras dimensões dignas de nota. Nesse sentido, o perfil dos alunos da instituição é traçado a partir das formas de sociabilidade dentro da EAESP, das formas de lazer, das viagens internacionais, das expectativas quanto ao futuro e das tomadas de posição no mercado de trabalho.

Fonte: FERREIRA, 2002, p.113-30

As características apresentadas no trabalho de Ferreira levam-nos à conclusão de que a produção de gerentes marca a instituição. Como essa análise traça o perfil de alunos antigos da Escola, a questão que nos concerne nesta pesquisa é saber que tipo de gerentes são produzidos pela EAESP-FGV desde a virada do milênio. Visto a diversidade de trajetórias profissionais possíveis e a heterogeneidade da profissão de “gerente”, temos que procurar traços secundários que nos permitam reconhecer instituições de elite. As propriedades secundárias de uma profissão são aqueles traços que associamos a uma dada posição no espaço social que, embora não estejam relacionados ao total de capital acumulado nem aos tipos de capital propiciam a concepção da imagem dessas profissões (BOURDIEU, 2008 [1797], p. 97-98). Assim, as posições de gerentes, ou no mínimo das posições administrativas mais altas, estão relacionadas a homens, brancos, paulistas enquanto posições mais baixas dessa categoria muito ampla dos gerentes podem ter perfis diferentes. Critérios de gênero e raça dos ingressantes junto à renda familiar permitirão constatar se a EAESP-FGV tem ou não um perfil de aluno médio distinto dos outros cursos de administração paulistas, além de sua constituição ou não em uma instituição dominante. Assim, pretendo analisar aqui critérios que permitem diferenciar a Escola de Administração de Empresas da população geral dos ingressantes dos cursos de Administração de São Paulo.

Tabela VI - Composição dos ingressantes dos cursos de administração da EAESP-FGV de 2012 segundo gênero e raça. Número de alunos e proporção no total de alunos

	Mulheres	Homens	Total
Branco(a)	145 (31%)	264 (56,4%)	87,4%
Negro(a)	0 (0%)	2 (0,4%)	0,4%
Pardo(a)/Mulato(a)	4 (0,9%)	9 (1,9%)	2,8%
Amarelo(a) (de origem oriental)	19 (4,1%)	16 (3,4%)	7,5%
Indígena ou de origem indígena	0 (0%)	0 (0%)	0%
Total	37,2%	62,8%	100%

Fonte: Microdados do Enade 2012 (INEP, 2012). Elaboração própria.

Tabela VII - Composição dos ingressantes dos cursos de administração do município de São Paulo de 2012 segundo gênero e raça. Número de alunos e proporção no total de alunos

	Mulheres	Homens	Total
Branco(a)	5281 (37,8%)	4169 (29,9%)	67,7%
Negro(a)	521 (3,7%)	374 (2,7%)	6,4%
Pardo(a)/Mulato(a)	1739 (12,8%)	1190 (8,5%)	21,4%
Amarelo(a) (de origem oriental)	255 (1,8%)	226(1,6%)	3,4%
Indígena ou de origem indígena	30 (0,2%)	24 (0,2%)	0,4%
Total	56,8%	43,2%	13957 (100%)

Fonte: Microdados do Enade 2012 (INEP, 2012). Elaboração própria.

Ao comparar as tabelas I e II com a composição dos ingressantes na EAESP-FGV e com o total dos cursos do município de São Paulo, veem-se diferenças notáveis. Uma população majoritariamente feminina dos cursos de Administração (56,8%) é minoritária na EAESP-FGV, atingindo pouco mais de um terço dos ingressantes (37,2%). Além disso, os negros e pardos, tipicamente sub-representados na população universitária brasileira, são praticamente inexistentes na EAESP-FGV. Assim, vemos um grupo extremamente homogêneo de homens brancos que compõem mais da metade dos ingressantes do curso. Além deles, há uma sobre-representação de amarelos.

Tabela VIII – Distribuição de renda dos alunos ingressantes da EAESP-FGV e do total dos alunos dos cursos de Administração de São Paulo

	Nenhum a	Até 1,5 salários mínimo s	Entre 1,5 e 3 salários mínimo s	Entre 3 e 4,5 salários mínimo s	Entre 4,5 e 6 salários mínimo s	Entre 6 e 10 salários mínimo s	Entre 10 e 30 salários mínimo s	Acima de 30 salários mínimo s
EAESP- FGV	4,2%	0,9%	3,9%	4,2%	4,9%	10,4%	24,1%	47,5%
Total dos alunos de Administraçã o de São Paulo	0,9%	3,5%	16,4%	19,7%	16,5%	20,2%	14,9%	7,1%

Fonte: Microdados do Enade 2012 (INEP, 2012). Elaboração própria.

Além de apresentar um perfil de estudantes bastante homogêneo, os alunos da EAESP-FGV têm um poder econômico muito maior que os alunos de outros cursos de administração. Enquanto temos como valor modal 20,2% dos ingressantes em todos os cursos de administração da cidade de São Paulo com renda familiar entre 6 e 10 salários mínimos, o valor principal da EAESP-FGV é de praticamente metade dos alunos (47,5%) que tem renda familiar superior a 30 salários mínimos. Essa discrepância é ainda maior se pensarmos que mais da metade dos alunos (57,8%) de Administração da cidade de São Paulo tem renda familiar inferior a 10 salários mínimos. A homogeneidade do grupo da EAESP-FGV também pode ser vista pelas duas faixas de renda mais elevadas que concentram quase três quartos de seus ingressantes (71,6%) e que representam apenas 22% dos alunos dos cursos de Administração de São Paulo.

A última pesquisa realizada com alunos da EAESP que revisamos é de Viana (2016). Ela realizou uma investigação com 168 alunos da FGV, ingressantes no segundo semestre de 2011 e os resultados variam pouquíssimo em relação ao estudo de Ferreira (2002). Comparando os dados do relatório de Curso do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2012 com o Censo Demográfico de 2010, Viana (2016, p.87) consegue definir os ingressantes da FGV como oriundos de famílias das classes altas brasileiras, afirmando que 71,6% deles pertence ao 1,2% da população brasileira que possui renda familiar acima de 10 a 20 salários mínimos. Esses alunos em sua grande maioria têm todas as suas despesas bancadas pelas famílias (77%).

A partir da pesquisa de Viana (2016), constatamos que as profissões dos pais também continuam semelhantes aos do trabalho de Ferreira, os administradores sendo a categoria mais frequente (22,2%) enquanto engenheiros (14,8%), médicos (14,8%), empresários (11,1%) e economistas (11,1%) figuram com grande recorrência. Por parte da mãe, a surpresa é no empate entre as categorias de “Professora”²⁴ (10,5%) e “Donas de Casa” (10,5%), seguidas pela categoria “Empresárias” (7,8%). Assim, parece ter havido um ligeiro deslocamento dos pais para uma fração ligeiramente mais intelectualizada.

De um modo geral, os trabalhos que tratam do perfil desses alunos desde os meados dos anos 1950 evidenciam que a EAESP, sediada num andar do Ministério do Trabalho, onde Abilio Diniz e seus 20 colegas tiveram aula, expande-se e começa a abarcar públicos muito mais diversos. Nesse sentido, de uma escola de proprietários, passamos para uma escola de gerentes e profissionais liberais. A expansão da escola deve-se a um desenvolvimento do mercado e do controle das empresas no qual a forma de reprodução de seus dirigentes não se faz mais só pela posse da propriedade, mas pelo acesso a diplomas e títulos específicos. Nesse sentido, a FGV ocupa um papel central num “modo de reprodução estatístico” (WACQUANT, 1993, p. 36) como demonstra uma reportagem da revista EXAME no cinquentenário da EAESP:

Formaram-se na GV empresários como Abilio Diniz, dono do Pão de Açúcar, o senador e economista Eduardo Suplicy, a secretária de Cultura do Estado de São Paulo, Cláudia Costin, e José Ermírio de Moraes Neto, do grupo Votorantim. A lista é enorme. Uma pesquisa interna, realizada há cerca de seis meses, revela que 26% dos principais executivos das 1 000 maiores empresas brasileiras estudaram na EAESP. Guardadas as proporções, a escola tem no Brasil uma relevância semelhante à ocupada pela Harvard Business School nos Estados Unidos. Segundo levantamento da Universidade Harvard, cerca de 20% dos executivos que ocupam atualmente os três principais postos nas 500 maiores empresas americanas fizeram MBA na instituição. (EXAME, 2004).

A constatação do lugar único da EAESP provém de sua clientela original e especial²⁵ (a referência constante a Abilio Diniz) que se reproduz com frequência e de se manter mais ou

²⁴ Viana não especifica onde essas professoras lecionam. Entretanto, é notável que pela primeira vez o relatório do Censo apresenta uma porcentagem maior de mães com diplomas do Ensino Superior do que de pais dos alunos (87,9% das mães contra 85,9% dos pais).

²⁵ Tal fato pode ser comprovado, ainda, pela edição consagratória que a própria FGV lançou, em 2011, com depoimentos de empresários paulistas, tomados como essenciais no desenvolvimento político e econômico do país. São eles: Olavo Setubal, Boris Tabacof, Jacks Rabinovich, Abilio Diniz, Paulo Cunha, João Guilherme Ometto e Paulo Skaf. Cf. CPDOC, Escola de Ciências Sociais, FGC. *Elites empresariais paulistas: depoimentos à FGV*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.

menos estável, apesar da expansão dos cursos de graduação. O uso desses grupos sociais pela GV ao mesmo tempo favorece grupos, que veem nela uma oportunidade de legitimação social através do diploma, compreendido como:

une attestation publique et officielle octroyée par une autorité collectivement reconnue, d'une compétence dont il n'est jamais possible de démêler et de mesurer dans quelle mesure et dans quelles proportions elle est technique ou sociale, (celle du détenteur lui-même ou de ses proches, par exemple). (BOURDIEU, 1989, p.539).

Mas também legitima a própria instituição que consegue ser associada simbolicamente às trajetórias de sucesso dos indivíduos que a frequentaram. Ao diferenciar três períodos históricos do público da EAESP, no próximo item abordaremos o porquê da frequência constante desses grupos no interior da instituição, além de quais as representações e os valores que eles atribuem à instituição e de que maneira ela serve aos interesses de seus alunos.

2.3 As crenças na formação em Administração de Empresas na EAESP-FGV

Aqui retorno à pesquisa de Ferreira (2002) utilizando as últimas duas questões relativas à percepção dos alunos acerca das vantagens da FGV para a obtenção de um emprego. Nelas, os alunos responderam que seus maiores trunfos são, respectivamente: características pessoais (64%), diploma de escola de 1ª linha (49%) e cultura geral (23%). Como a própria Ferreira analisa:

É importante ressaltar que essa ênfase em características pessoais, fundamentalmente associadas a traços de personalidade cuja gênese não é de maneira alguma problematizada, cumpre um papel de naturalização das distinções que são propriamente sociais, ao mascarar vantagens culturais que são na verdade herdadas, ou, ditas de outra forma, socialmente produzidas. (FERREIRA, 2002, p.182).

Essas informações são ainda mais interessantes ao compararmos com o fato de que 74% dos entrevistados considera o “desempenho acadêmico” como o trunfo menos importante para sua busca de uma boa posição no mercado de trabalho. O diploma, enquanto

forma de capital cultural institucionalizado, garante uma série de características culturais e sociais muito mais duradouras que as próprias competências técnicas ensinadas (BOURDIEU, 1999 [1979], p.79). Bourdieu e Boltanski (2001) assim afirmam:

As propriedades pessoais, como o diploma, são adquiridas de uma só vez e acompanham o indivíduo durante toda a sua vida. Resulta daí a possibilidade de uma defasagem entre as competências garantidas pelo diploma e as características dos cargos, cuja mudança, dependente da economia, é mais rápida. (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2001, p.132).

O trabalho de Dall Aglia (2004) retoma essas questões analisando o sentido que os alunos do último ano do curso de Administração de Empresas da EAESP, em 2004, conferiam a suas carreiras. Para tal, ela analisa as escolhas de carreira no vestibular e o motivo da escolha pela EAESP-FGV. No primeiro caso, a maior parte dos estudantes vislumbra a autorrealização por meio do trabalho, seguido de um lugar no mercado de trabalho e, finalmente, colocações que tenham perspectivas de ganhos financeiros. Nesse sentido, é interessante ver como o “status do lugar”, a influência familiar ou dos amigos tem pouco peso, sendo respectivamente as quintas, sextas e sétimas respostas mais citadas (DALL AGLIA, 2004, p.97-100).

Entendemos esse resultado como fruto de um feixe de trajetórias muito distintas. A posição privilegiada desses alunos, no que concerne tanto ao capital econômico como cultural, permite que eles almejem qualquer carreira, havendo uma multiplicidade de escolhas que, às vezes, aparece nas suas falas como confusão. Essa impressão é reforçada por Ferreira (2002, p. 110), ao afirmar que: *“a administração não aparecia no discurso desses agentes como uma vocação, mas sim como uma solução de compromisso em um quadro onde imperavam interesses difusos e divergentes.”*. Nesse sentido, a autora cita diversos trechos de entrevistas nos quais há dúvidas sobre a escolha de uma carreira. Retomamos dois excertos nos quais os entrevistados afirmam:

Uma das variáveis que pesaram na hora de eu tomar a minha decisão entre administração na GV e medicina na PUC-Campinas foi o fato de que a GV tem um nome muito mais forte em administração do que a PUC-Campinas tem em medicina. Então, não interessava, eu me achava competente e acreditava que me daria bem em qualquer profissão. Eu queria alguma coisa assim, que fosse forte, que fosse a melhor. A melhor formação, a mais sólida, a mais reconhecida. (FERREIRA, 2002, p. 111).

A GV é cara com relação à USP, onde não se paga nada, mas meu pai falou: - Não, faça a GV, porque eu sei que vale a pena o investimento, eu sustento.

No começo era difícil pagar - eu tive bolsa e tudo. Mas ele falou: - Faça a GV porque a gente sabe que isso vai ter reflexo no futuro. (FERREIRA, 2002, p.111).

Nos trechos citados fica evidente o discurso de excelência da FGV como faculdade de Administração de ponta, aquela reconhecida tanto por agentes especializados como nas hierarquias sociais cotidianas como a melhor faculdade de Administração, a referência na área²⁶. Apesar desse reconhecimento da EAESP como a melhor faculdade, que tentaremos caracterizar em seguida, há por parte dos alunos, um investimento cognitivo e afetivo com a instituição, uma compra dos valores e da imagem dela. Mas quais seriam exatamente esses valores? No que exatamente a EAESP é a “melhor”?

Por meio de um questionário com alunos da instituição, Viana (2016) constata que 60% dos alunos entrevistados também prestaram a Fuvest, Fundação que seleciona os alunos para USP, para ingressar na FEA, 36% prestaram o vestibular para o INSPER, 25% só prestaram o vestibular da EAESP, 15% prestaram para o IBMEC e 13% para a UNICAMP. Nesses discursos aparece sempre uma “tríade” das escolas mais tradicionais e mais prestigiosas que seriam a FEA, a EAESP e o INSPER.

A autora também analisa as justificativas dadas pelos alunos para terem prestado a GV, sendo que a maioria dos discursos expõe a GV como “é a melhor” (30,2%), o “reconhecimento” (22%) e a “valorização profissional” (12,5%) dada pela instituição²⁷. A própria escolha dos vestibulares é um indicativo forte dos horizontes e dos esquemas classificatórios agindo em estado prático.

Essa entrada, como Ferreira (2002) afirma, não é resultado de uma cisão cultural: há um tom de manutenção ou ascensão de sua posição social, compreendida neste trabalho como o acúmulo de diversas formas de capital cultural e, pelos agentes como novas “experiências”. Nesse sentido, é comum ver alunos cujos pais possuem empresas, mas que gostariam de

²⁶ Na cidade de São Paulo, podemos ver apenas duas outras instituições com perfis semelhantes na área de Administração. O INSPER, faculdade situada na Zona Sul da capital com um curso muito prestigioso, voltado, sobretudo, às Finanças e que atualmente também têm diversos núcleos de pesquisa que lhe dão um valor distintivo forte, e a ESPM, faculdade de Propaganda e Marketing que, em 2012, inaugura seu curso de Administração de Empresas. Analisando os dados de INEP de 2012, constatamos um perfil social muito semelhante entre os alunos da EAESP e do INSPER (a ESPM ainda não havia participado da avaliação do ENADE, portanto não haviam dados sobre seus alunos).

²⁷ Dall Aglia (2004, p. 101-102) enumerou os motivos dos alunos de 2004 para a escolha da EAESP: em primeiro lugar, “a fama da EAESP no mercado” com 59,7% das respostas, seguido pela opção “lugar de aquisição de conhecimento”, e as duas últimas opções que foram respectivamente “sempre houve desejo de estudar na GV” e “pressão dos pais”. É interessante notar como a carreira profissional tem um aspecto preponderante da decisão das famílias para a entrada na FGV.

adquirir novas experiências antes de trabalhar com a família, ou mesmo almejam novas oportunidades:

Gostaria de ter experiência em algumas outras empresas antes: ter uma visão de outros setores, me expor mais para me testar também. Vejo a perspectiva de assumir o negocio do meu pai a médio prazo com baixa probabilidade, mas no longo prazo, com altíssima. (FERREIRA, 2002, p. 126).

Não está nos meus planos imediatos trabalhar na rede de lojas da minha família. A evolução na minha família está sendo muito boa, meu pai até me ouve mais. No entanto, o sócio dele – que é seu irmão mais velho – é completamente arraigado à cultura armênia. Seria simplesmente inconcebível para ele uma menininha de 23 anos chegar na empresa e falar qualquer coisa. Não é nada formal, mas é mais ou menos como ele deixou no ar: se eu quisesse trabalhar como vendedora da loja eu poderia, mas a minha expectativa depois de quatro anos de ter me matado de estudar não é essa. [...] Um dia eu pretendo trabalhar lá, mas agora não. Agora está fora de questão. (FERREIRA, 2002, p. 127).

Em seu estudo sobre as concepções de carreira dos alunos, Dall Aglia (2004) reconhece que uma carreira de sucesso geralmente é atribuída a dois perfis principais²⁸: “o executivo de sucesso” (25,8% das respostas), profissionais que entraram em uma organização e foram ascendendo a cargos hierárquicos maiores e o “self made man” (43%), entendido como um profissional que passa por dificuldades, mas tem uma mudança no seu padrão de vida. Mesmo não tendo acesso à totalidade das respostas, é interessante notar como os trechos citados pela autora sempre revelam uma terceira pessoa, um sujeito distante que não é aquele que enuncia a frase: no máximo há referência à geração passada (“*Meu pai. Passou de um menino muito pobre a um empresário de sucesso*” ou “*Meu pai, uma vez que teve poucas oportunidades mas mesmo assim obteve mais sucesso em seu negócio do que muitos diplomados da GV*” (DALL AGLIA, 2004 , p.97). Logo, podemos assumir que o conjunto das expectativas é mais ou menos uniforme, porém muito pouco concreto.

Nesse sentido, o discurso da busca por novas experiências por meio da inserção no mercado de trabalho ganha muita força. É pertinente pensar os grupos sociais presentes nesta investigação mediante o conceito de “nova elite” expresso por Shamus Khan (2015 [2011]) em sua etnografia sobre o colégio St. Paul, um internato estadunidense. Ao contrário das antigas elites que se definiam pela pertença às famílias e a certos colégios e universidades, essa nova elite atribui seu sucesso a suas habilidades e competências num discurso eminentemente meritocrático e individualista. Nessas instituições, os alunos desenvolvem

²⁸A última categoria relevante estatisticamente é a “realização pessoal e profissional”, com 22,6% das respostas.

habilidades relacionais que consistem na “*aisance*”, ou seja, num ténue equilíbrio entre o respeito às hierarquias e, ao mesmo tempo, a familiaridade e a descontração nessas interações que mascaram essas hierarquias. A variedade de hierarquias, tanto entre as diversas categorias como entre os próprios alunos (entre os alunos de primeiro ano e os seniors) fornecem ao mesmo tempo o aprendizado dessas hierarquias como as habilidades para lidar e escamoteá-las nas interações cotidianas. Isso, aliado a uma forte ética de trabalho, permite criar uma crença fortíssima no mérito individual e uma visão do mundo onde só há possibilidades e não constrangimentos (KHAN, 2015, p.332). Essa autoestima, associada ao valor simbólico dos diplomas obtidos, faz com que os objetivos dos alunos recém-formados sejam extremamente ambiciosos em relação ao mundo profissional.

O “sucesso” é compreendido, então, como o acesso a posições de destaque nas diversas organizações. No caso dos alunos entrevistados em todos esses estudos, o sucesso assume o nome do aluno mais famoso da EAESP-FGV: Abílio Diniz (DALL AGLIA, 2004, p.121; VIANA, 2016, p.22-23).

2.4 Abilio Diniz e a representação de uma escola do empresariado moderno brasileiro

Abilio Diniz é sem dúvida um dos empresários mais conhecidos e influentes do Brasil, tendo sido eleito pela Revista Exame, em 2014, como um dos líderes mais admirados pelos jovens²⁹. Ademais, ele (CPDOC, 2011; CANAL FGV, 2013³⁰) sempre salienta sua passagem pela EAESP como definidora da sua formação e de seu sucesso: “As noções todas que eu recebi [...] vieram da EAESP” (CPDOC, 2011, p.122). Essa atenção que o empresário tem para com a EAESP faz com que ele sempre ressalte o quanto aprendeu na instituição, reforçando seu prestígio, como também propicia que ele participe ativamente de seus quadros, como por exemplo ao ministrar um curso intitulado “Liderança 360 – Abílio Diniz”.

²⁹ Informação do ranking publicado pela Revista Exame a respeito dos líderes mais admirados pelos jovens do Brasil em 2014. Disponível em: <http://tinyurl.com/mypf49q>. Acesso em: 23 set. 2017.

³⁰ O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IYsnq-oAPLQ>. Acesso em 23 set. 2017

Abilio dos Santos Diniz nasceu em São Paulo, em 28 de dezembro de 1936, filho de imigrantes portugueses. Formou-se em Administração de Empresas, em 1959, na segunda turma da EAESP e, logo em seguida, junto ao pai, abriu o Pão de Açúcar, que viria a ser o maior grupo de vendas a varejo do Brasil. Em 1965, cursou Marketing na Universidade de Ohio e Economia na Universidade de Columbia, ambas nos Estados Unidos. Entre 1979 e 1989, integrou o Conselho Monetário Nacional a convite do então ministro, na época vice-presidente da FGV, Mario Henrique Simonsen. No governo Lula (2003-2011) foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CPDOC, 2011, p.109). Atualmente é presidente do conselho de Administração da BRF, uma das maiores companhias de alimento do mundo, formada pela fusão das empresas Perdigão e Sadia.

Se o nome de Abilio Diniz é o mais famoso dentre os ex-alunos, há inúmeros executivos de sucesso que passaram pela EAESP ao longo dos seus 63 anos de história. Viana (2016, p. 151-153) levanta algumas trajetórias exitosas, de empresários ou gerentes de grandes multinacionais, tais como Pricewaterhouse e Coopers – PwC, PepsiCo – Brasil, Johnson & Johnson, Natura, Pirelli, M. Officer e diversos outros grupos financeiros. Essas trajetórias exitosas que não conseguiríamos por si só enumerar, são acompanhadas do reconhecimento institucional, como prêmios para os melhores CEOs (Chief Executive Officer) brasileiros em cada ramo econômico. No prêmio Executivos Valor, nos últimos três anos, em média metade dos executivos (que detém uma grande porcentagem de estrangeiros) passou em algum momento de sua formação pela EAESP- FGV (cf. Anexo 3). Finalmente, a própria instituição vangloria-se dessa proximidade com a classe empresarial. Nesse sentido, é muito interessante pensar na atuação do CPDOC, da FGV carioca, em recolher depoimentos das elites empresariais paulistas e publicá-los em livro, desempenhando a função consagratória desses nomes de sucesso (cf. nota 23)

Essa aproximação é duplamente benéfica para ambos, como podemos notar em artigo publicado no dia 25 de maio de 2017 pelo Valor Econômico (e devidamente reproduzido na página da EAESP). Nele, noticia-se o primeiro “DBA” (Doutorado em Business Administration) do Brasil pela EAESP que contou, entre outros, com o CEO do Magazine Luiza, o líder de Recursos Humanos na América Latina da Cargill, a vice-presidente de Recursos Humanos da Avon no Brasil. Em trecho da entrevista, a repórter afirma:

O DBA faz parte da estratégia de Brito de aproximar ainda mais a Eaesp do mercado. A primeira turma, de dez pessoas, foi formada após uma divulgação ‘cautelosa’ à rede de contatos da escola e no boca a boca. ‘Cada executivo tem 20 anos de experiência e grande destaque, possui um conhecimento diferente, sem o formalismo acadêmico. Estou mais interessado na contribuição que esses alunos vão dar para a escola do que o que vamos dar para eles’, diz Brito. Segundo o diretor, esses profissionais atuam nos centros de estudo da escola, fazem palestras e até dão aulas nos outros cursos da FGV, interagindo com os professores e ‘ajudando a escola como um todo a se conectar com a prática’. (VALOR ECONOMICO, 2017).

Esse trecho indica diversos fenômenos relevantes: uma vontade de aproximação ainda maior com o mercado, um acesso privilegiado a altos executivos por meio da “rede de contatos da escola e no boca a boca”, o interesse dos próprios executivos na procura de outros cursos e a participação desses executivos na EAESP. Mas revela também a negação do acadêmico puro, aquele produtor e professor de conhecimento científico.

A afirmação da tentativa de se aproximar ainda mais do mercado pode ser compreendida enquanto vontade de ser ainda mais dominante e interligada ao setor empresarial e alcançando setores produtivos emergentes. De fato, com a expansão dos cursos de administração, há tanto nas palavras dos alunos quanto nas dos entrevistados uma divisão de funções entre as escolas. Em entrevista com um vestibulando, Viana (2016, p.28-29) cita:

[...] a FGV possui um curso de Administração mais amplo que dialoga bastante com as áreas de Humanas, enquanto a formação no Insper é muito mais voltada para um estudo quantitativo, privilegiando as Finanças. A FEA-USP, apesar de ser muito boa, não possui a articulação com o mercado de que dispõe a FGV, sendo uma opção mais competitiva para quem deseja seguir a área acadêmica. Já a ESPM, por exemplo, é conhecida como a mais renomada nas áreas de Marketing, Publicidade e Propaganda. (Giovani, 24, aluno de ensino médio e aspirante a aluno da EAESP).

Assim, Viana atesta que apesar de concorrerem entre si, essas instituições dão ênfases distintas aos seus cursos: a FEA-USP assumiria um polo mais acadêmico e menos integrado ao mercado, o INSPER privilegiaria as Finanças, a ESPM concentraria-se no Marketing e na Propaganda e a EAESP ficaria com a área específica de Gestão de Empresas (VIANA, 2016, p.30). A questão seria, portanto, dentro dessa área, haveria algum tipo de setor econômico melhor representado? A EAESP possui um Centro de Estágios e Colocação Profissional (CECOP) que auxilia os alunos a acharem estágios e a efetivarem-se³¹. Os trabalhos de

³¹O sucesso do CECOP e dessa proximidade é afirmada em todas as pesquisas consultadas. Dall Agli (2004, p.81) afirma que 28% dos alunos exercendo atividade profissional, conseguiram a colocação através do CECOP. Ferreira (2002, p.78) indica que dos alunos que trabalham 44% ficou sabendo da empresa por meio de algum anúncio.

Ferreira (2002) e Dall Agli (2004) apresentam dados muito interessantes acerca das colocações profissionais dos alunos.

No trabalho de Ferreira (2002, p.239), olhando para a lista dos maiores empregadores nos anos estudados (1999-2001), observa-se que a grande maioria dos empregadores são bancos, notadamente os bancos Itaú e Unibanco. Esse predomínio do setor financeiro da pesquisa de Ferreira deve ser relativizado em face do período do trabalho, pois Viana (2016) aponta o INSPER, criado em 1987, entrando na disputa pelo setor bancário-financeiro que antes era dominado por ex-alunos da EAESP. Contudo, nota-se um amplo domínio do setor de serviços (marketing, recursos humanos, inovação e setor financeiro, considerados setores modernos das empresas).

Tabela IX – Perspectivas profissionais de alunos da EAESP

		1 Jun/2000	2 Dez/2000	3 Jun/2001
Estágios por alunos	1	23%	26%	34%
	2	44%	39%	39%
	3	28%	25%	22%
	4	5%	10%	5%
Índice de efetivação	Efetivados	77%	88%	74%
	Em seleção	20%	11%	20%
	Viagem	3%	1%	6%
	Pós	-	-	-
Setores que mais contrataram recém-formados	Bancos	27%	32%	41%
	Indústria	15%	17%	7%
	Consultoria	25%	18%	14%
	Outros Servs.	29%	33%	38%
	Negócio próprio	4%	-	-

Fonte: FERREIRA, 2002, p. 239.

No que concerne ao tamanho das empresas, Dall Agli (2004, p.89) aponta que os alunos da FGV de 2004 dividiam-se nos dois extremos: 34% dos alunos trabalhavam em empresas com menos de 60 funcionários e 52% em empresas com mais de 500 funcionários.

Quanto à nacionalidade, haveria uma ligeira vantagem das empresas com capital nacional (51%) frente às empresas com capital estrangeiro (47%).

Em ambos os resultados, a primeira vista pouco coerentes, há uma lógica subjacente para a qual consideraremos os conceitos de “experiência” e as possibilidades e os feixes de trajetórias individuais dos alunos como os das empresas em questão. Conforme analisado, a maior parte dos alunos tem pais administradores ou empresários e para eles essas empresas tendem a ser de pequeno ou médio porte, visto as quantidades de capitais necessárias para a formação de uma grande empresa com mais de 500 funcionários. Nesse sentido, a gestão dos negócios da família após anos de estudo parece uma estagnação ou um ligeiro declínio social para um grupo tão fortemente socializado no discurso de um mundo sem barreiras, no mínimo de reproduzir o sucesso dos pais. Retomemos uma entrevista recolhida por Ferreira:

Se eu voltasse para lá, eu estaria desistindo de várias coisas que ainda não consegui e que eu quero. Eu acho que preciso ter experiência fora para depois voltar e falar assim: - "Ah, agora eu sou capaz de gerir um negócio 100%." O que é 100% você nunca vai saber, mas, se eu voltasse agora, eu tenho dúvidas se iria realmente agregar alguma coisa. Eu não sei se quatro anos de preparação só na teoria funcionam. Eu acho que tem de existir um pouco mais de prática, e eu quero muito fazer MBA – talvez dentro de uns quatro anos. [...] Eu sempre falei para o meu pai que eu queria fazer algo mais, sempre fui muito clara nos meus planos. E tudo o que eu quis até hoje, eu consegui – até fiquei um pouco mal-acostumada... Acho que eles já sabiam que eu não ia voltar. (FERREIRA, 2002, p. 126).

Desse, se uma “carreira de sucesso” é compreendida principalmente como o “executivo de sucesso” e o “self-made man” torna-se natural que esses alunos tentem ora entrar nas grandes empresas nacionais e transnacionais, nas quais os antigos alunos da FGV trabalham, ora tentem começar um negócio no qual as categorias de liderança e inovação aparecem fortemente. Nesse último caso, é importante citar Viana (2016, p.59-60) que indica diversas entrevistas de ex-alunos da instituição que reconhecem o papel fundamental do networking proporcionado pela FGV para constituir os primeiros clientes de uma empresa de venda de softwares: “Sem a GV, a empresa que criaram não existiria” (VIANA, 2016, p.59). Nesse sentido, apesar de mudanças de inserção no mercado de trabalho, as trajetórias médias dos alunos continuam as mesmas do final dos anos 1990, conforme apontado por Vasconcelos (1998, p.64), com os alunos procurando principalmente as grandes empresas privadas

pertencentes ao mercado internacional ou as empresas nacionais de ponta como os destinos mais prováveis de inserção profissional (VASCONCELOS, 1998, p.64).

2.5 Entre ensino e prática: o perfil dos professores como reflexo da EAESP

Nos itens anteriores tentamos reconstruir a imagem do curso de Administração de Empresas da EAESP a partir tanto de sua história, do perfil e das visões de mundo e de carreira dos seus alunos como das proximidades que a instituição tenta estabelecer com o grande capital paulista, tanto financeiro quanto empresarial. Como última etapa dessa análise do valor simbólico do curso de Administração de Empresas, investigaremos os perfis dos professores de graduação da instituição. A partir do conjunto das trajetórias desses professores, podemos vislumbrar a incidência de certas características que contribuem para a imagem que a FGV tenta passar de si, assim como as funções que ela se propõe. Coletando o conjunto de títulos escolares e posições ocupadas nas carreiras desses professores, podemos nos aproximar do que Boltanski assevera: “Expressando assim sob que condições ela recruta seus agentes, a instituição fornece um dos indicadores mais poderosos da imagem que ela tem e quer dar dela mesmo”³² (BOLTANSKI, 1973, p.6, tradução nossa). Assim, interrogar-se sobre o perfil dos professores dos cursos de Administração da Fundação é pensar a imagem que a instituição tenta passar para os seus alunos, assim como talvez o que imprime para trajetórias possíveis de seu alunado³³.

Coletamos informações do perfil de 164 professores por meio dos currículos Lattes e dos dados fornecidos nos sites da EAESP e da GV Pesquisa. Consultando o site do curso de Administração de Empresas, há uma lista dos professores que ministram aulas para o curso de graduação. A tabela do site fornece para cada professor o nome, o departamento ao qual está vinculado, a titulação, o número de anos de profissão não acadêmica, os anos de EAESP (contando, no caso dos professores que estudaram lá, os anos como alunos) e a “qualificação”. A última coluna indica uma classificação nativa que contém duas categorias: “credenciais

³² Do original: “En exprimant ainsi à *quel titre* elle recrute ses agents, l’institution fournit un des indicateurs les plus puissants de l’image qu’elle a et cherche à donner d’elle-même”. A tradução não dá conta do fato que a palavra “*titre*” aqui significa tanto as condições para seu recrutamento quanto os títulos escolares e posições profissionais ocupadas que são necessários para esse recrutamento.

³³ Como constata Abrahams (2007), nem sempre há uma unidade entre os grupos sociais dos professores e alunos de certas instituições. Ao analisar uma escola de negócios (“*école de commerce*”) suíça, Abrahams (2007) mostra como os alunos são originários de famílias de elite e têm como trajetória média o mundo das finanças, enquanto os professores provêm de instituições de ensino mais tradicionais e tendem a se dedicar exclusivamente à docência.

iniciais” e “engajamento” que podem ser de três tipos: “acadêmica”, “profissional” ou “outros”, que analisaremos no item 2.5.4 do presente trabalho. Complementamos essas informações com os dados sobre graduação, atividades acadêmicas (instituições de ensino superior onde lecionaram), atividades dentro da FGV (formas de contrato e participação em atividades extra docência), atividades no mercado de trabalho (cargos ocupados e em quais empresas), atividades para o Estado brasileiro (cargos ocupados e em qual instituição), viagens internacionais (intercâmbios acadêmicos ou cargos de professor visitante), livros publicados, participações na mídia e, quando possível, prêmios. Como nos baseamos nas informações públicas desses professores, há alguns dados não informados visto que o currículo Lattes deles nem sempre está atualizado, ademais esse modelo de currículo não cadastra diversas formas de contratação do mercado de trabalho. Como mostraremos abaixo, a atualização do Lattes é mais comum entre os professores que estão principalmente voltados para a docência ou são os mais acadêmicos da instituição.

2.5.1 Os cursos de graduação dos professores de AE

Não podendo saber com precisão a idade de todos os professores, preferimos utilizar como critério para indicar as gerações a entrada no ensino superior (na primeira graduação). Analisando-a constatamos que a maioria dos professores (60,1%) inicia suas graduações nas décadas de 1980 e 1990. Esse dado indica que os professores que hoje lecionam na EAESP são, em sua maioria, pessoas com menos de 55 anos. Ademais, entre as cinco décadas citadas, a com menor frequência de ingresso é a dos anos 2000.

Tabela X – Ano de ingresso na graduação de professores do curso de AE

Ano de ingresso na graduação	Frequência	Porcentagem
1960-1969	13	8,0
1970-1979	29	17,8
1980-1989	48	29,4
1990-1999	50	30,7
2000-2009	12	7,4
Não informado	11	6,7
Total	163	100,0

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Quanto ao curso de graduação, o mais citado é o de Administração de Empresas, com 55 professores tendo cursado ele como primeira formação. O segundo curso mais citado, com 34 professores, é Engenharia. Entretanto, há um recorte temporal muito forte entre as duas disciplinas: dos 34 professores formados em Engenharia, 15 entraram na graduação após 1980 (44%), 46 dos 55, ou 83% dos professores formados em Administração de Empresas entraram na graduação após 1980. Essa diferença confirma os perfis geracionais distintos da Administração, sendo que, tendencialmente, os engenheiros são substituídos pelos administradores de formação. No caso dos professores com outras formações, o choque geracional não é tão forte, pois geralmente são especialistas em suas áreas que dão matérias introdutórias no curso de AE.

Tabela XI – Formação de professores do curso de AE

Curso de graduação	Frequência	Porcentagem
Administração de Empresas	55	33,7
Administração Pública	6	3,7
Engenharia	34	20,9
Economia / Ciências Contábeis	19	10,6
Direito	11	6,7
Ciências Sociais	8	4,9
Matemática/ Estatística	7	4,2
Psicologia	5	3,1
Outros	7	4,2
Não informado	11	6,7
Total	163	100,0

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Tabela XII – Instituição de origem de professores do curso de AE

Instituição	Frequência	Porcentagem
USP	40	25,7
EAESP-FGV	33	20,2
Universidades públicas fora de São Paulo	28	17,2
Instituições Privadas da cidade de São Paulo	15	9,0
PUC-SP	9	5,5
UNICAMP/ UNESP/ UFSCAR	7	4,3
Exterior	5	3,0
ITA	3	1,8
Outros	7	4,3
Não informado	13	8,0
Total	163	100,0

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Ao analisarmos a instituição de origem dos professores do curso de AE constata-se que há uma enorme variação, com 47 instituições. Entretanto, há uma forte concentração de instituições paulistas e, principalmente, da USP, com 40 casos, e um pouco mais de um quarto dos professores tendo feito nela a sua primeira graduação, seguida da própria EAESP, com 33 professores (ou 20,2%) graduados na instituição. Novamente, alguns cruzamentos dos dados analisados chamam a atenção. Dos 55 professores formados em Administração de Empresas, 29 (52%) fizeram a graduação na EAESP. Isso não ocorre com nenhuma outra instituição, sendo que a USP aparece em segundo lugar com professores das mais diversas formações: um terço cursou Engenharia, sete Administração de Empresas, sete economia, cinco Direito e cinco Ciências Sociais. Nesse sentido, é interessante notar que entre os professores não formados em Administração, a USP, instituição de maior renome acadêmico no Brasil, é a faculdade que mais formou os professores atuais do curso de Administração de Empresas,

sendo responsável, por exemplo, por formar mais da metade dos professores oriundos do Direito e 5 dos 8 professores oriundos das Ciências Sociais.

2.5.2 O tempo na EAESP

Ao analisar o tempo médio dos professores na EAESP, constatamos que eles tinham, em média, 14 anos de permanência na instituição no começo de 2017. Entretanto há uma imensa disparidade entre os perfis dos professores: enquanto 6 (3,6%) professores tem mais de 40 anos de casa, 42 professores (25,7%) tem menos de 5 anos na EAESP. Esse número é ainda mais impressionante se considerarmos que essa categoria nativa também comporta os anos de estudo na instituição. A meu ver, essa desigualdade expõe uma separação entre os professores que ocupam posições distintas: enquanto uns se preocupam unicamente com o ensino, outros se dedicam a outras atividades extradocência e representam o ideal que a instituição tenta transmitir. Esse segundo perfil de professor seria muito mais estável do que o primeiro que se constitui como um “proletário do ensino”, ministrando aulas em diversas instituições de ensino ao mesmo tempo. Essa disparidade seria favorecida pelo estatuto da FGV enquanto instituição de ensino privada, que oferece diversos regimes de trabalhos distintos, podendo dispor de professores horistas, professores de meio- turno ou até de dedicação exclusiva. Interrogar-se sobre o perfil desses professores, pode concretizar a imagem que ela produz de si própria e o apelo direcionado a públicos específicos conforme o curso oferecido.

Notamos, como investigaremos a seguir, que há uma dupla função expressa na EAESP na atualidade que pressupõe uma hierarquia dupla (entre o ensino profissional e a pesquisa) que não permite afirmar que o professor melhor inserido no mercado de trabalho seja aquele melhor posicionado na instituição.

2.5.3 A titulação e a qualificação dos professores de AE

Quais são os critérios para a contratação dos professores de AE? Neste item abordaremos duas categorias expostas no site da EAESP e que indicam o título “acadêmico”³⁴

³⁴ Temos de relativizar o uso da expressão “acadêmico”. Os títulos citados aqui são de fato acadêmicos (graduações, mestrados, doutorados, MBAs ou pós-doutorados), entretanto há uma lógica classificatória interna

mais elevado do professor (“titulação”) e a “qualificação”, ou seja, as credencias e o engajamento que justificam o pertencimento ao quadro de professores da EAESP.

2.5.3.1 A titulação e o tempo médio de formação

Quanto à titulação, vemos que de cada quatro professores de AE três têm o doutorado completo. Essa extensão da formação é a nova regra para a entrada no ensino universitário de alto nível, entretanto cabe ressaltar como o número é expressivo se comparado a outras instituições privadas de ensino superior. O Censo do Ensino Superior de 2016 constata que apenas 25% dos professores de instituições de ensino superior privadas do Sudeste (região com maior número proporcional de doutores) tem essa titulação, sendo que esse número sobe para 52,8% sem a distinção entre instituições públicas ou privadas. Assim, a EAESP tem proporcionalmente um número muito maior de professores com doutorado que a média do Sudeste e dos outros cursos de Administração de Empresas particulares.

Tabela XIII – Nível de formação de professores do curso de AE

	Frequência	Porcentagem
Graduação	3	1,8
Mestrado	10	6,1
Doutorado em andamento	7	4,3
Doutorado concluído	122	74,8
Pós-doutorado	16	9,8
MBA	1	,6
Total	159	97,5

à instituição que a diferencia dos espaços considerados “mais acadêmicos”. Não há nenhuma menção à livre-docência, por exemplo, último título acadêmico possível. Todos esses diversos diplomas são compreendidos enquanto títulos distintivos no sentido da especialização, mas não necessariamente na produção de um acadêmico: aquele que produz conhecimento científico voltado à área de Administração. Como observaremos adiante, são poucos os professores do curso de Administração de Empresas da EAESP que podem ser enquadrados nessa categoria.

	Frequência	Porcentagem
Graduação	3	1,8
Mestrado	10	6,1
Doutorado em andamento	7	4,3
Doutorado concluído	122	74,8
Pós-doutorado	16	9,8
MBA	1	,6
Total	159	97,5
	163	100,0

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Tabela XIV – Instituição de formação de professores do curso de AE

	Frequência	Porcentagem
EAESP-FGV	84	51,2
USP	40	24,4
Exterior- Reino Unido	4	2,4
Exterior - Estados Unidos	7	4,3
Exterior – Outros	5	3,0
Outras Universidades públicas brasileira	8	4,9
PUC-SP	11	6,7
Outras Universidades privadas brasileiras	1	,6
Total	164	100,0

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Quando analisamos o local de realização dessa última etapa da formação, contatamos uma concentração em instituições específicas: a FGV tem maioria absoluta de casos, com 84 professores tendo realizado sua pós-graduação na instituição (ou 51,2% de todos os professores), a USP representa um quarto da pós-graduação dos professores (com 40 casos ou 24,4% do total), enquanto os demais casos procedem quase integralmente da PUC-SP (11 casos ou 6,7% do total) e de instituições estrangeiras (16 professores ou 9,7% do total).

Essa concentração em determinadas instituições evidencia-se quando constatamos que de uma variedade de cursos de graduação surge um número relativamente estrito de formações em pós-graduação. Entre os professores, eles cursaram 19 tipos de graduação distintas, as mais frequentes sendo Administração de Empresas (55 casos ou 33,7%), Engenharia (34 casos ou 20,9%), Economia (16 casos ou 9,8%) e Direito (11 casos ou 6,7%). Se observarmos, no entanto, as áreas de pós-graduação nota-se que a Administração de Empresas ou correlatos equivale a 56,4% das pós-graduações ou 92 dos casos³⁵. Outros cursos frequentes são Economia (15 casos ou 9,2% dos casos) e Ciências Sociais (14 casos ou 8,6%).

Outra característica importante, que podemos notar na tabela XV, é que os professores do curso de AE terminaram sua formação após o ano de 2000. Levantando os anos que eles concluíram a formação, vemos que 74% dos professores terminaram sua formação depois de 2000, sendo que apenas 14 professores (8,6%) concluíram suas formações entre 1969 e 1989. Essa discrepância não é meramente fruto de um efeito estatístico. Constata-se que 67,5% dos professores de AE entraram no ensino superior a partir da década de 1980, ou seja, há de fato um movimento pela ampliação da titulação por meio de doutorado para composição no quadro docente da EAESP, movimento fruto da expansão do sistema de pós-graduação em Administração nas décadas de 1990 e 2000, como analisado por Engelmann (2008).

³⁵ É importante lembrar que desses 92 casos, 84 foram na EAESP-FGV e 2 no exterior. Esse dado reforça a ideia que a EAESP é o grande centro de AE do país.

Tabela XV – Ano de conclusão da formação de professores do curso de AE

	Frequência	Porcentagem
1969-1989	14	8,6
1990-1999	24	14,7
2000 em diante	121	74,2
Não informado	4	2,5
Total	163	100,0

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Para analisarmos melhor essa questão, construímos um dado que indica o tempo entre a entrada no ensino superior e o último título adquirido pelo professor. Constatamos que, em média, o professor da EAESP demorou 18 anos entre sua entrada no ensino superior e a conclusão de seu último título. Sem poder contar com nenhum tipo de dado comparativo de outras instituições, consideramos essa média altíssima, considerando quatro ou cinco anos de graduação, dois ou três anos de mestrado e quatro anos de doutorado (o que contabilizaria de dez a doze anos de período necessário para a formação). Essa média mais elevada, nos leva a crer que, para a maioria dos professores, não há um encadeamento entre graduação e pós-graduação, sendo normal um período no mercado de trabalho antes do regresso à academia. Se retomarmos o dado que mais da metade dos professores do curso (51,2%) fez sua última etapa de formação na EAESP, podemos afirmar que os professores realizaram as pós-graduações na instituição e começaram a lecionar como “proletários do ensino” ou foram contratados por sua experiência profissional e, para se legitimar, realizaram a pós-graduação na EAESP.

2.5.3.2 A “Qualificação” dos professores de AE

Como afirmado anteriormente, essa classificação de “Qualificação” é dada pela própria EAESP ao seu corpo docente. Por se tratar de uma categoria nativa, precisamos compreender como e porque ela é atribuída a cada professor. Ao termo “acadêmico”

geralmente associamos o professor universitário que leciona e produz conhecimento científico na disciplina que leciona. Por “profissional” comumente compreendemos os professores que tem um emprego no mercado de trabalho como principal forma de subsistência e ministram aulas no contraturno de suas profissões. O que podemos interpretar dessas categorias? As duas trajetórias³⁶ a seguir nos ajudam a esclarecer essa questão:

Adalberto Belluomini (CP; EP) é professor extracarreira da EAESP desde 1993, sendo também doutorando nessa instituição. As credências profissionais ficam claras quando notamos que após formar-se em Engenharia pelo ITA em 1978, entra direto no mercado de trabalho, atuando em diversos ramos, de trainee a gerente de produto no grupo Alpargatas (1979-1984), gerente de novos negócios no Grupo Heublein (1984- 1985), executivo na Editora Nova Cultural (1984-1989), gerente de Marketing na Equipamento Villares (1985-1986) e diretor comercial na Aries Representações e Comércio (1986-1989). Desde 1991, é diretor da NOB Consulting, empresa de consultoria em marketing.

Em 1993, Belluomini torna-se professor extracarreira da EAESP em disciplinas da graduação e dos cursos de educação continuada para empresas (não discriminando as turmas). Além da docência na FGV, trabalha há 18 anos na FGV Projetos e, como consta no currículo, teve como cliente diversas empresas, nacionais e internacionais, como Construtoras Matec Engenharia e Jaceguava, Hering, American Express, Motorola, Vivo, Telerj Celular, Off, Colégio Humboldt, Revistas Newsweek e Pesca & Cia, e outras, além de diversas empresas públicas, como SC Parcerias, Codasp, SEBRAE, TCE-SC, TJ-SC etc.

Na década de 2000, atuou durante quatro anos como coordenador de Comunicações da Comissão de Concessões – Agência Reguladora dos Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) (2000-2004) e lecionou, sempre como professor visitante, em faculdades privadas como a FIA (2000-2002) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) (2002-2008) e num curso de Administração certificado pela FGV em Santa Catarina (2006-2007). Obteve seu mestrado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP apenas em 2002.

³⁶ Nas trajetórias dos agentes indicamos os nomes em negrito e, logo em seguida, reproduzimos, de forma abreviada, a classificação da instituição sobre a qualificação do professor. As credências serão sempre expressas primeiro e entre parênteses no formato CA (Credenciais Acadêmicas), CP (Credenciais Profissionais) e CO (Credenciais Outras). Da mesma forma, as formas de engajamento serão expressas como EA (Engajamento Acadêmico), EP (Engajamento Profissional) e EO (Engajamento Outro).

Richard Saito (CA; EA) é professor da EAESP desde 1996. Após formar-se em Engenharia pelo ITA, em 1985, trabalhou como engenheiro para o Grupo Promon na área de Telecomunicações enquanto cursava um mestrado em Engenharia de Produção pela USP (1986-1988). Realizou outro mestrado em Stanford (1988-1989) e o doutoramento em Stanford (1989-1994). Após a conclusão do doutorado, trabalhou para o Banco Mundial, analisando projetos de *agrobusiness*, sobretudo na China e no Brasil. Recentemente trabalhou como consultor para a A.T.Karney em estratégia e operações e em finanças corporativas.

Foi contratado pela FGV em 1996, com credenciais acadêmicas pelo seu doutorado realizado numa instituição prestigiosa do exterior. Saito leciona Estratégias de Investimento e Educação Financeira na graduação, em MBAs e especializações diversas, assim como no CEAG. É coordenador do Centro de Estudos de Mercado de Capitais.

Saito foi presidente da Sociedade Brasileira de Finanças (2009-2011) e é coordenador da área de Economia e Administração da FAPESP, desde 2007.

Os casos de Belluomini e Saito são interessantes, pois ambos fizeram a graduação na mesma instituição, na mesma época, mostrando duas trajetórias possíveis que se reencontram na EAESP e atuam lá de formas distintas. Enquanto Belluomini volta-se para o mercado de trabalho, ascendendo rapidamente na área de marketing de empresas nacionais, Saito trabalha em uma empresa de engenharia e continua seus estudos, realizando a última etapa de sua formação no exterior. As contratações de ambos, com uma diferença de três anos (1993 e 1996) se dá por credenciais totalmente distintas: Belluomini tem ampla experiência profissional na área de Marketing, porém nenhuma pós-graduação, Saito por sua vez tem um doutorado em Stanford e experiência profissional distintiva, tendo trabalhado no Banco Mundial. Não obstante, há também formas de atuação distintas: ambos trabalham com consultorias, Belluomini sendo sócio de uma empresa de consultoria e lecionando como atividade secundária. Sua inserção na FGV aparece muito mais pelo seu trabalho na FGV Projetos que pela sua atividade didática. Por sua vez, Saito centra sua atividade na FGV, lecionando tanto na graduação como na pós-graduação, atuando em cursos de especialização e coordenando um grupo de pesquisa. A consultoria é apenas uma atividade secundária, que indica o reconhecimento profissional, aliado ao reconhecimento acadêmico.

Ambos os casos, mostram relações complementares entre o mercado de trabalho e a academia, uma centrada dentro na instituição (Saito) e outra que se foca no mercado profissional fora e pela FGV (Belluomini). Para entender o perfil desses professores, assim como a imagem da EAESP, devemos ver qual o perfil mais geral dos docentes da instituição. Observemos as frequências das qualificações dos professores:

Tabela XVI – “Qualificações” de professores do curso de AE

	Frequência	Porcentagem
Credencias Iniciais Acadêmicas - Engajamento Acadêmico	93	56,7
Credencias Iniciais Acadêmicas - Engajamento Profissional	29	17,7
Credencias Iniciais Profissionais - Engajamento Profissional	23	14,0
Credencias e Engajamento Outros	16	9,8
Credencias Iniciais Profissionais - Engajamento Acadêmico	3	1,8
Total	164	100,0

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Assim, ao notar as “qualificações” dos professores para o ensino no curso de AE da EAESP notamos o predomínio de credenciais acadêmicas, presentes em 121 professores, ou seja, 74,4% dos professores analisados. Em comparação, credencias profissionais respondem a apenas 15,8% dos professores. A categoria de “outros” representa os demais, com 9,8%.

Dois matemáticos, dois engajamentos

Cleber da Costa Figueiredo (CA; EA) é professor da EAESP desde 2009. Formado em Matemática pela USP (1998-2001), sendo mestre (2002-2004) e doutor (2004-2009) em Estatística pela mesma instituição. Salvo um estágio de dois anos na FIPE (2003-2004), não há nenhuma outra atividade profissional de Figueiredo desvinculada à docência, desde a monitoria nas disciplinas da graduação durante o mestrado, até cursos de Estatística Básica na Sociedade Brasileira de Profissionais de Pesquisa. Durante o doutorado, começa a lecionar em faculdades privadas de São Paulo como na Faculdade Tecnológica de São Paulo (2006-2007). Atualmente ministra aulas de Estatística na ESPM (2006-atual) e na EAESP. Na EAESP, ministra cursos de Estatística para a graduação e de Análise Mercadológica e Regressão para MBAs e especializações.

João Luiz Chela (CA; EP) é professor da EAESP e da EESP desde 2014. Chela possui graduação em Matemática Pura pela UNESP (1997-1999), mestrado em Matemática também pela UNESP (2000-2001) e doutorado em Matemática Aplicada pela UNICAMP (2002-2006). Após o fim do doutorado, trabalha como executivo no mercado financeiro com passagens no Itaú-Unibanco, BM&F Bovespa (2007-2013), Banco Safra (2010-2011) e Banco Panamericano (2011-2013), como gerente de risco e com a criação de produtos bancários. Concomitante, leciona no Mackenzie no curso de graduação e em cursos de especialização (2006-2014). Em 2014, ingressa na FGV onde leciona na graduação de Administração de Empresas, no Mestrado Profissional em Economia (EESP-SP) e nos cursos de Educação Continuada (não discriminando as turmas).

Os perfis de Figueiredo e Chela servem como extremos para aproximar o que significa o “engajamento acadêmico” (Figueiredo) e o “engajamento profissional” (Chela) na classificação docente da instituição. Ambos têm formações qualificadas em universidades públicas consagradas e na mesma época, porém um decide seguir a docência e a pesquisa enquanto o outro se encaminha para o mercado financeiro. A categoria de engajamento nos dá indícios fortes do tipo de inserção com o mercado que a instituição quer transmitir.

Ao analisarmos o “engajamento” dos professores, novamente temos o critério acadêmico como principal, caracterizando 96 professores ou 58,5% dos professores da graduação em AE. Entretanto, é possível notar um equilíbrio maior entre o engajamento profissional e o engajamento acadêmico (58,5% acadêmico contra 31,7% profissional) do que entre as credenciais, que são majoritariamente acadêmicas (74,4% acadêmicas contra 15,8% profissionais). Acreditamos que tal diferença, mesmo que pequena, indica como é fundamental a posse de títulos acadêmicos para a entrada no quadro de professores, ainda que o curso mantenha um caráter profissionalizante: não se trata de formar acadêmicos na ciência administrativa. Porém, suponho que o quase equilíbrio entre as duas formas de engajamento

indica uma modalidade precisa e distintiva de inserção e engajamento no mercado de trabalho, exposta, como investigaremos adiante, na figura do expert e do consultor.

Estudando a HEC (Haute École de Commerce), a escola de negócios mais prestigiosa da França, Pavis (2003) afirma que a Administração necessita de uma dupla legitimidade social para existir: uma legitimidade acadêmica e uma legitimidade empresarial (PAVIS, 2003, p.4), embora o registro do acadêmico seja totalmente distinto ao de outras áreas. Ao tratar do desenvolvimento da pós-graduação em Administração no Brasil, Engelmann (2008) afirma:

o *ethos* acadêmico dos docentes em Administração, calcado na posse de títulos de doutorado e autoridade do ensino universitário, é posto permanentemente em jogo na oposição entre ‘teóricos’ e ‘práticos’ no caso de um campo disciplinar extremamente heterônomo. Portanto, o capital científico certificado pelo Estado não é por si só, argumento de autoridade e sim a capacidade de fazer valer o conhecimento produzido na esfera das práticas, inerente a qualquer conhecimento tecnológico ou ‘aplicado’. (ENGELMANN, 2008, p.249).

Ao afirmar a dependência das escolas ao mercado e às empresas, ou seja, à forte heteronomia do campo de ensino em Administração de Empresas, Engelmann assume que as credenciais acadêmicas não são outra coisa que uma “*certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido*” de autoridade para a criação de práticas novas no mundo empresarial. Assim, não é estranha a informação de que apenas 14 professores do nosso universo de 163 professores (incluindo 93 acadêmicos) nunca realizaram nenhuma atividade remunerada não acadêmica. Segundo os dados e categorias da instituição, os professores do curso de AE trabalharam, em média, 17,9 anos em profissões “não acadêmicas”.

2.5.3.3 A questão geracional no perfil dos professores contratados

Acreditando que o primeiro aspecto a ser estudado é a diferença geracional como um traço determinante para compreender o perfil dos professores, cruzamos os cursos de graduação, as instituições de graduação e a instituição de realização da pós-graduação com a data de entrada na graduação³⁷. Ao analisarmos as tabelas XVII e XVIII percebemos como há

³⁷ Como vimos acima (item 2.5.2), o tempo de permanência na EAESP varia bastante. Outro ponto fundamental é que pela diversidade dos regimes de trabalho é muito difícil precisar o momento em que o indivíduo torna-se “professor”. Preferimos utilizar a entrada no ensino superior, pois isso permite verificar como as concepções

uma mudança, entre o período de 1960 a 2009, tanto nas graduações dos professores quanto nas instituições que eles frequentam.

Tabela XVII – Curso e ano de ingresso no ensino superior de professores do curso de AE

	Curso de graduação					
	Administração	Engenharia	Economia	Direito	Ciências Sociais	Outros
1960-1969	2 (15,4%)	5 (38,5%)	1 (7,7%)	1 (7,7%)	2 (15,4%)	2 (15,4%)
1970-1979 Count	6	13	1	3	0	6
%	20,7%	44,8%	3,4%	10,3%	,0%	20,7%
1980-1989 Count	21	7	9	3	1	7
%	43,8%	14,6%	18,8%	6,3%	2,1%	14,6%
1990-1999 Count	19	9	4	4	3	11
%	38,0%	18,0%	8,0%	8,0%	6,0%	22,0%
2000-2009 Count	5	0	1	0	1	5
%	41,7%	0%	8,3%	0%	8,3%	41,7%
Não informado Count	0	0	0	0	0	11
%	0%	0%	0%	0%	0%	100,0%
Total Count	53	34	16	11	7	42
%	32,5%	20,9%	9,8%	6,7%	4,3%	25,8%

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

nativas de credenciais e engajamento “acadêmico” e “profissional” variam ao longo das décadas de 1960 até 2010, variando também o recrutamento da instituição.

Quanto à graduação, nota-se um decréscimo fortíssimo do curso de Engenharia, de 38,5% dos professores na década de 1960 para apenas 19% na década de 1990, e finalmente para nenhum professor com esta graduação na década de 2000. Por outro lado, o fortalecimento da Administração fez com que professores com esta graduação sejam cada vez mais frequentes. Se a Administração foi cursada por apenas 2 professores na década de 1960 (15,4% do total), ela ficará em torno de 40% entre os professores que a cursaram nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

Quanto às instituições não se observa muita distinção. Apesar de uma queda nas décadas de 1970 e 1980, a USP continua sendo um polo constante de formação de professores, sendo a instituição onde 24,5% dos professores de AE fizeram a sua graduação. O interessante é um crescimento numérico importante dos formados na própria EAESP. Se na década de 1960, apenas um professor cursou sua graduação na instituição, na década de 1990, 12 professores (ou 24% do efetivo de professores daquela década) cursaram o curso de Administração de Empresas.

Tabela XVIII – Ano de ingresso no ensino superior e instituição onde realizou a graduação de professores do curso de AE

Ano de ingresso na graduação	Instituição onde realizou a primeira graduação		
	USP	EAESP-FGV	Outras
1960-1969 Count	5 (38,5%)	1 (7,7%)	7 (53,8%)
1970-1979 Count	5 (17,2%)	5 (17,2%)	19 (65,5%)
1980-1989 Count	9 (18,8%)	15 (31,3%)	24 (50,0%)
1990-1999 Count	15 (30,0%)	12 (24,0%)	23 (46,0%)
2000-2009 Count	5 (41,7%)	0 (0%)	7 (58,3%)
Não informado Count	1 (9,1%)	0 (0%)	10 (90,9%)

Total	Count	40 (24,5%)	33 (20,2%)	90 (55,2%)
-------	-------	------------	------------	------------

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

A categoria “Outras” que usamos para agrupar todas as outras instituições sempre é responsável por metade das graduações dos professores, mas nela também há diferenças notáveis. Decompondo as instituições que agrupamos na categoria “Outras”, por décadas, obtemos a seguinte tabela³⁸:

Tabela XIX – “Outras” instituições cursadas por professores do curso de AE

Década de realização da graduação	Instituições (graduação cursada)
1960 – 1969	UFRJ (Química e Ciências Econômicas) PUC- SP (Direito) UFBA (Administração de Empresas) UNESP (Engenharia)
1990 – 1999	UFMG (Ciências Contábeis, Estatística) UFSCAR (Engenharia) Universidade São Judas Tadeu (Administração) Universidade de Sorocaba (Economia) UNICAMP (Engenharia (3)) ESPM (Comunicação Social) PUC-SP (Direito, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Economia) Universidade Católica de Pernambuco (Administração) Universidade Federal de Juiz de Fora (Administração) PUC-Campinas (Administração) UFRN (Direito) Faculdade de Direito de Franca (Direito) Centro Universitário Newton Paiva (Comunicação Social) Mackenzie (Administração) FEI (Engenharia)
2000 – 2010	Universidade de Maringá (Psicologia) PUC-Minas (Relações Internacionais) UNISINOS (Administração) Universidade de Montes Claros (Administração)

³⁸ Por uma questão de espaço, reproduzimos apenas a primeira e as duas últimas décadas. A tabela completa com a lista de instituições e as graduações pode ser observado no Apêndice II.

	UNINOVE (Administração) UNESP (Ciências Sociais) UFRGS (Matemática Aplicada)
--	--

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Na tabela XIX é clara a mudança nos quadros da instituição de professores que não se graduaram na USP e na EAESP. Se antes os professores de Universidades públicas consagradas e de cursos tradicionais como Direito, Economia e Engenharia predominavam nesses cargos, atualmente professores oriundos de instituições privadas não confessionais ou públicas não tão prestigiosas e vindo de outros cursos ocupam uma parcela considerável do corpo docente. Se considerarmos o prestígio das instituições, há uma diminuição do peso da instituição da graduação no recrutamento dos professores. Isso fica evidente também ao compararmos as décadas de formação dos professores com a instituição onde foi realizada a pós-graduação³⁹.

Tabela XX – Instituição e ano de conclusão da pós-graduação de professores do curso de AE

	Instituição de realização da pós-graduação			
	EAESP- FGV	USP	Exterior	Outras BR
1960-1969 Count	5 38,5%	4 30,8%	2 15,4%	2 15,4%
1970-1979 Count	15 51,7%	7 24,1%	4 13,8%	3 10,3%
1980-1989 Count	30 62,5%	6 12,5%	8 16,7%	4 8,3%
1990-1999 Count	28	16	1	5

³⁹ Nessa tabela consideramos todas as instituições.

	56,0%	32,0%	2,0%	10,0%
2000-2009 Count	2	6	0	4
	16,7%	50,0%	,0%	33,3%
Não informado Count	4	2	2	3
	36,4%	18,2%	18,2%	27,3%
Total	84	41	17	21
	51,5%	25,2%	10,4%	12,9%

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Há uma constância na realização da pós-graduação na própria FGV e na USP com concentração forte até 1999, chegando a 88% para os ingressantes no ensino superior entre 1990 e 1999. A variação mais acentuada ocorre para os ingressantes entre 2000 e 2009, com a USP monopolizando 50% da formação. Ainda que a pós-graduação em outras instituições concentre um terço dos professores⁴⁰, mas há de se levar em conta que o número de agentes é bem menor que o constatado nos demais intervalos. A formação no exterior é outro dado a ser enfatizado, com a constância aproximadamente de 15% dos professores ingressantes no ensino superior entre 1960-1985.

A formação no exterior também se torna inexistente de acordo com os dados em análise. Enquanto os professores mais velhos realizavam pós-graduações completas ou até mesmo graduações no exterior, o número de professores que ingressou na graduação após 1990 e realizou pós-graduação no exterior é quase nulo.

Cruzamos os dados de qualificação (“credenciais” e “engajamento” fornecidos pela instituição) com a data de entrada no ensino superior. Ao comparar os dados das tabelas XXI torna-se evidente como as “credenciais acadêmicas” ganham cada vez mais peso: a nomenclatura de “credenciais acadêmicas” é sobre representada (86% e 83% frente a uma média de 74%) para qualificar os professores mais recentes, aqueles que entraram no ensino

⁴⁰A categoria “outras instituições brasileiras” foi a melhor forma de ordenar os dados tratando de uma diversidade muito grande de instituições de ensino (são 26 instituições diferentes citadas) e para manter uma homogeneidade com o tratamento dos cursos de graduação. Entretanto, devemos reconhecer sua limitação, pois implica na consideração das dimensões inerentes ao prestígio acadêmico e social das instituições. No caso específico dos professores da década do período 2000-2009, as pós-graduações foram realizadas na UNICAMP (3) e na UFMG (1), universidades públicas extremamente prestigiosas. O padrão se repete nas décadas anteriores, com instituições muito prestigiosas sendo a maioria das respostas.

superior nas décadas de 1990 e 2010. Esse movimento indica uma mudança no campo das instituições de ensino que cada vez exigem mais doutores para lecionar, principalmente em estabelecimentos de elite, situados em grandes capitais e em carreiras de negócios, como a EAESP.

Tabela XXI – Ano de ingresso e credenciais de professores do curso de AE

		Credencias		
		Profissionais	Acadêmicas	Outros
1960-1969	Count	3 (23,1%)	9 (69,2%)	1 (7,7%)
1970-1979	Count	6 (20,7%)	21 (72,4%)	2 (6,9%)
1980-1989	Count	9 (18,8%)	32 (66,7%)	7 (14,6%)
1990-1999	Count	4 (8,0%)	43(86,0%)	3 (6,0%)
2000-2009	Count	1 (8,3%)	10 (83,3%)	1 (8,3%)
Não informado	Count	3 (27,3%)	6 (54,5%)	2 (18,2%)
Total	Count	26 (16,0%)	121 (74,2%)	16 (9,8%)

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Tabela XXII – Ano de ingresso e engajamento de professores do curso de AE

		Engajamento		
		Profissional	Acadêmico	Outro
1960-1969	Count	5 (38,5%)	7 (53,8%)	1 (7,7%)
1970-1979	Count	14 (48,3%)	13 (44,8%)	2 (6,9%)
1980-1989	Count	21 (43,8%)	20 (41,7%)	7 (14,6%)
1990-1999	Count	7 14,0%	40 80,0%	3 6,0%
2000-2009	Count	1 8,3%	10 83,3%	1 8,3%
Não informado	Count	4 36,4%	5 45,5%	2 18,2%
Total	Count	52 31,9%	95 58,3%	16 9,8%

Fonte: Currículo Lattes/ site institucional. Elaboração própria.

Constatamos por meio das tabelas acima que os professores mais novos do curso de AE apresentam um engajamento cada vez mais acadêmico. Os professores que entraram no ensino superior na década de 1960 eram principalmente acadêmicos (53, 8%), ainda ligeiramente abaixo da média de 58,3% de engajamento acadêmico. As décadas de 1970 e 1980 constituem-se no momento de formação da maior parte dos professores com engajamento profissional (48,3% e 43,8% respectivamente) e, nas duas décadas seguintes (1990 e 2000) registra-se uma formação quase que exclusivamente de professores com engajamento acadêmico (80% e 83,3%). Sendo assim, como conciliar essas duas informações?

Não podemos reduzir a oposição entre professores com engajamento profissional e professores com engajamento acadêmico somente à atuação (concomitante ou não) no mercado de trabalho. Ao analisarmos a duração do exercício de uma profissão não acadêmica, apenas 21 professores dos 163 estudados, ou seja, 13% nunca trabalharam fora da academia. Desse modo, os conceitos de “engajamento acadêmico” e “engajamento profissional” tem que ser repensados à luz do aspecto geracional que dimensiona as oportunidades e as estratégias possíveis desses professores e também das instituições onde eles se graduaram.

A partir desses dados observamos que há cada vez mais duas dimensões organizadoras do perfil dos professores do curso de AE. A primeira e principal é de um corte geracional entre os professores. Há uma distinção muito grande entre os professores mais antigos, que iniciaram suas graduações até a década de 1980 e que eram muito mais engajados profissionalmente (em torno de 40% dos professores), para as últimas décadas, quando professores com esse mesmo perfil representam apenas 11% que realizaram a graduação nas décadas de 1990 e 2000. Essa diferença vem de uma mudança de critério na contratação dos professores ou de um efeito de miopia? Melhor dizendo, as credenciais profissionais e o engajamento profissional ficam mais visíveis à medida que os agentes progridem na carreira, portanto, afirmar que há uma mudança de critério da instituição seria deixar de perceber esse critério?

O engajamento profissional, compreendido enquanto participação ativa no mercado de trabalho e a dedicação unicamente como professor horista cai fortemente como critério de seleção das últimas gerações para a graduação. Esse padrão é reforçado pelo tempo de EAESP. Há 6 professores com mais de 40 anos de EAESP, 4 deles tem um engajamento dito profissional e apenas 2 tem um engajamento acadêmico. Enquanto isso, se olharmos os 42 professores com tempo de EAESP inferior a cinco anos, 33 são classificados como tendo um “engajamento acadêmico”, 6 “profissional” e 3 “outro”.

Entretanto, além dessa oposição geracional há outra sobre o perfil dos professores: há cada vez mais fortemente a presença de professores oriundos da USP e da própria FGV que realizaram (ou ainda realizam) sua pós-graduação e entraram diretamente na instituição e professores de fora (desse circuito e muitas vezes de São Paulo) que ingressaram na EAESP após um período muito maior de tempo em outras atividades (ou uma inserção no mercado de trabalho, ou a docência em diversas outras faculdades privadas). Essa oposição parece nos indicar uma divisão entre professores que apenas lecionam na EAESP realizando a função de

“instituição de ensino” e aqueles que trabalham na instituição e pesquisam, logo, contribuindo para as produções da FGV como *think tank*.

2.5.4 Os professores formados em 1960 e entre 1990-2000

Para dar conta de perfis tão distintos, decidimos nos interessar pelos extremos: os professores que cursaram a graduação na década de 1960 e os que cursaram nas décadas de 1990 e 2000. Com os primeiros, teremos uma fotografia de um momento anterior da FGV a qual poderemos contrapor com as estratégias atuais da instituição. Com os últimos, demarcaremos as recentes contratações da EAESP e o novo perfil dos professores que ela tenta contratar.

2.5.4.1 Os profissionais da década de 1960

Há 13 professores que começaram suas graduações na década de 1960, cinco engenheiros, dois administradores de empresas, duas cientistas sociais, um bacharel em Direito, um agrônomo, um economista e uma química. Oriundos quase que exclusivamente de São Paulo, nota-se uma formação em instituições de prestígio como a USP (5 casos). Eles apresentam forte multiposicionalidade, ocupando cargos de gerência em empresas privadas ao mesmo tempo que lecionam na EAESP. Ao estudar os professores do Institut d'Études Politiques de Paris, Boltanski (1973, p, 3-6) constata na multiposicionalidade um traço fundamental dos professores da instituição francesa, que se dividem entre funções no setor privado, na política e no ensino, que é uma atividade secundária. Para Boltanski, tal multiposicionalidade no caso francês permitiria o controle de diversas posições de prestígio social entre poucos membros de uma classe dominante, que produziria também um trabalho de integração desta. Podemos afirmar isso quanto ao caso dos professores mais antigos do curso de AE? Analisemos dois casos de professores classificados como tendo “engajamento profissional”:

Claudio Vilar Furtado (CA; EP) representa uma geração anterior dos professores da FGV. Tendo entrado no curso de Ciências Econômicas da UFRJ, em 1968, virou professor da EAESP já em 1974. Seu currículo nos dá poucas informações sobre suas atividades profissionais e acadêmicas durante a década de 1970, mas ao final desta década vai aos Estados Unidos e obtém o MBA em Business Administration na Universidade de Chicago e um primeiro doutorado em Finanças na mesma instituição (1982). A partir da sua volta, ao mesmo tempo que leciona na EAESP-FGV, assume posições de gerência em empresas como ABC-Bull do Grupo Algar (TIC, agronegócios, serviços e turismo).

No começo da década de 1990, parece abdicar do universo da grande empresa para virar sócio-diretor da CVF Finanças e Investimentos assim como se dedicar mais à FGV. Desde então, participou de consultorias através da FGV Projetos assim como assume, no começo da década de 2000, cargos nos comitês financeiros dos grupos Gerdau e Perdigão e do conselho de Administração da Holding Inversiones y Teleservicios (atual).

Dagoberto Hélio Lorenzetti (CA; EP) formou-se no ITA em 1973 e logo depois trabalhou como pesquisador junto ao IEA (Instituto de Energia Atômica, atual IPEN), entre 1975 e 1976. Em 1977, vai ao Japão estudar a dispersão de produtos químicos. Conseguimos poucas informações sobre sua atuação durante a década de 1980, mas exerceu funções executivas em empresas nacionais e multinacionais, entre elas na qualidade de gerente de marketing do grupo ASA/ALCISA (atual ALCOA) e diretor da ALCON (empresa do Grupo Nestlé Internacional). Em empresas e órgãos públicos, além de ter prestado consultoria a prefeituras e a empresas através da FIA (Fundação Instituto de Administração), atuou como Pesquisador Docente Nuclear junto ao IEA, Instituto de Energia Atômica da USP (atual IPEN), e como Engenheiro, Chefe de Divisão e Gerente de Departamento na CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

Mesmo tendo realizado seu doutorado em Administração de Empresas apenas em 1998, já havia realizado diversos cursos de pós-graduação em Engenharia Nuclear (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo & Instituto de Energia Atômica), Análise de Sistemas (pós-graduação FAAP, Fundação Armando Álvares Penteado), Environmental Health Sciences (M.H.S., Master of Health Sciences - The Johns Hopkins University). Em 1987 começa a lecionar no Instituto Mauá de Tecnologia, prestigiosa faculdade de Engenharia no ABC paulista e, em 1996 entra na EAESP, onde atua até hoje. Também atua em cursos de pós-graduação Lato Sensu na FIA e no convênio SteinbeisUniversity Berlin - Instituto Mauá de Tecnologia. Atua em consultorias, coaching e treinamento em organizações nacionais e multinacionais.

Juracy Gomes Parente (CA; EA) começa sua graduação em Administração de Empresas em 1964 na UFBA, uma das universidades auxiliadas pelo PNDE (Programa Nacional de Desenvolvimento de Executivos). Após a graduação, vai aos Estados Unidos onde obtém um MBA na universidade de Cornell (1970). Em 1972, começa a lecionar na EAESP-FGV como professor adjunto, realizando o doutorado em Administração em Londres em 1978.

Sem conseguir obter as datas precisas, sabemos que Juracy atuou como executivo do grupo Pão de Açúcar, dirigindo as áreas de Pesquisa de Mercado e de Administração Mercadológica e fundou a empresa Parente -Varejo & Pesquisa.

Atualmente, Juracy é chefe do Departamento de Marketing da EAESP e pesquisador do GVcev - Centro de Excelência em Varejo, assim como professor visitante na University of Florida.

O caso de Claudio Villar parece mostrar o ingresso na instituição num momento em que as credenciais de entrada eram diferentes das atuais. Nos anos 1970, o doutorado não era uma etapa obrigatória para o ingresso na carreira de professor universitário, sendo usual o exercício dessa função logo após a graduação, ainda mais em cursos profissionalizantes. A ida ao exterior para a pós-graduação também aparece como trajetória padrão em muitas disciplinas, sobretudo relativas à Administração e Finanças. A conjunção entre EAESP, empresas e depois consultoria parece coroar uma trajetória típica do administrador, passando por consultor até chegar a conselheiro (comitês financeiros e conselhos de administração). Por outro lado, a trajetória de Dagoberto Hélio Lorenzetti mostra um perfil mais acadêmico (no sentido usual), marcado pelo curso de graduação no ITA e as gestões no Instituto de Energia Atômica. Com um perfil especializado em uma área de ponta, gestão de energia e meio ambiente, vai atuar em empresas públicas e privadas, no Brasil e no exterior, a partir dessa especialização e inserção. A atuação como professor é pela ultra-especialização e pela raridade das credencias acadêmicas e profissionais, o que também corrobora sua atuação em consultorias e coachings. O perfil de Juracy Gomes Parente é interessante por apresentar um caso intermediário.

A trajetória de Juracy Gomes Parente mostra como a vinculação precoce com a FGV (logo após o MBA, em 1972) foi fundamental para o desenvolvimento profissional, aliando a trajetória acadêmica a uma área de especialização. Como Abilio Diniz afirma em sua entrevista, ele procurou professores da EAESP para compor a direção do Grupo Pão de Açúcar (CPDOC, 2011), cooptando perfis de administradores especializados. Parece ser o caso de Parente que consegue investir numa carreira acadêmica bem-sucedida, tornando-se referência na área de estudos sobre varejo, com publicações e pesquisas na área. Tal posição

lhe permite nuclear a área no interior da FGV, vendendo serviços pela instituição, ao mesmo tempo que permite sua atuação em outras instituições universitárias.

José Carlos Guimarães Alcântara (CP; EP) formou-se em Administração de Empresas pela EAESP em 1967. Ele realiza um MBA entre 1969 e 1970 na Universidade de Michigan State nos Estados Unidos e um doutorado entre 1996 e 1998 na Universidade da Califórnia (com dupla titulação com a EAESP) na área de Finanças.

Com um currículo Lattes desatualizado, conseguimos levantar que atualmente divide seu tempo como chefe do Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da FGV-EAESP e Coordenador do Curso de Finanças Corporativas com foco na Geração de Valor (curso de curta duração). Além disso, possui ampla experiência profissional como executivo de Finanças nos setores de fertilizantes, cimento, papel e celulose, energia e mineração, como diretor financeiro administrativo da Corretora de Câmbios e Títulos do BANESPA (Banco do Estado de São Paulo).

Além disso, foi um dos divulgadores de um índice que avalia a rentabilidade de empresas chamado GVA – Geração de Valor ao Acionista, formulado pela FGV, BGC (The Boston Consulting Group), empresa internacional de consultoria, e a BOVESPA. Só sob sua supervisão, o índice foi implementado nas seguintes empresas: Albras, Alunorte, Banco Votorantim, Biorigin, Citrovita, Companhia Brasileira de Alumínio, Companhia Níquel Tocantins, CPFL Energia, Companhia Vale do Rio Doce, Grupo Zillo Lorenzetti, Marcopolo, Mineração Rio do Norte, Sabesp, Saraiva, Siderúrgica Barra Mansa, Siderúrgica Nacional (CSN), Votorantim Celulose e Papel, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Química, Sabesp.

José Carlos Guimarães Alcântara é o melhor exemplo de como não há contradição, mas sim complementariedade entre a atuação na EAESP e no mercado profissional. A vinculação com a FGV, assim como uma internacionalização precoce (na década de 1960 havia uma parceria entre a EAESP e a Universidade de Michigan) permitiram uma carreira muito bem-sucedida. Atualmente, ocupa posição de destaque no Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da FGV-EAESP, assim como tem posições de destaque no mercado de trabalho. A importação e difusão de um índice estadunidense parece ser uma das muitas formas que a FGV utiliza para se posicionar no mercado e a trajetória de João Carlos Guimarães Alcântara nos mostra como essa inserção se dá por meio de um agente consagrado em ambos os espaços.

Parece-nos que esse grupo de professores formados na década de 1960 tem como vantagem comparativa um diploma universitário valorizado socialmente que lhes permite o acesso a posições de destaque no universo empresarial, como também na docência, em tempo parcial ou exclusivo, principalmente numa instituição reconhecida pelo contato com o mundo

executivo, como a EAESP. Mas demonstra também como esse tipo de instituição não está regulada pelo acadêmico no sentido estrito, mas pelas regras que comandam as profissões de negócios.

2.5.4.2 As novas funções da EAESP: os professores dos anos 1990 – 2000

O grupo de professores que começaram suas graduações nas décadas de 1990 e 2000 é muito menos homogêneo do que os professores anteriores. Como demonstramos nas tabelas XVIII e XX a proporção nas últimas décadas dos professores que se graduam na EAESP e na USP em relação aos professores que vêm de outras instituições se mantém relativamente estável, com aproximadamente metade dos professores vindo da EAESP e da USP e a outra oriunda de instituições menos prestigiosas.

O grupo dos professores da USP representa um terço dos professores desse período (20 professores de 62). Nesse grupo, há dois perfis muito distintos: um de professores que vem de outras disciplinas que não a Administração e a Economia e, portanto, lecionam matérias específicas na graduação sem realizar nenhuma atividade paralela, além da pesquisa. Por outro lado, o grupo de professores formados em Administração e Engenharia não se distingue muito daquele dos professores formados em outras instituições no mesmo período, mantendo uma forte vinculação com o mundo dos negócios.

Em oposição ao grupo de professores formados na USP, há um grupo muito numeroso de professores (30 casos) que não fez a graduação nem na USP nem na EAESP. Esse grupo é aquele com maior porcentagem de professores com engajamento profissional (16% dos professores são classificados como tendo um engajamento profissional). Observemos dois perfis desse grupo de professores:

Libiania Rangel de Alvarenga Paes (CA: EP) é professora e consultora nas áreas de Tecnologia da Informação e Operações. Academicamente, após formar-se em Comunicação Social pela ESPM em 1996, realizou duas especializações em Administração Hospitalar, uma pela Universidade São Camilo (1998) e outra pela EAESP (1999), realizando o mestrado (2001-2002) e o doutorado na mesma instituição (2005-2009). Em 2007 começa a lecionar na EAESP (no 3º ano do doutorado). Atualmente, leciona em cursos de pós-graduação do SENAC e nos cursos de graduação em AE e AP, pós-graduação, MBAs e educação executiva.

Profissionalmente, ela é sócia-diretora da Woz Tecnologia e Comunicação, uma empresa de consultoria. Além disso, segundo seu currículo, atuou nas áreas de Tecnologia de Informação, Gestão de Projetos, Comércio Eletrônico e Comunicação para empresas como Accenture, Accor, Chilli Beans, Conteúdo Expresso, Editora Abril, Fleury Medicina e Saúde, Hospital Albert Einstein, Kodak e Pernambucanas (não foram encontradas datas para a participação nas empresas).

Carlos Eduardo Lourenço (CP; EP) é formado em Engenharia de Materiais pela UFSCAR em 1995. Após formado, Lourenço alternou passagens na área de Marketing de grandes empresas como a filial brasileira da 3M, prestigiosa empresa alemã (1996-2004), a Embratel (2005), a AveryDennison (2005-2007), e a Chery, empresa automobilista chinesa (2012-2014) e empresas menores como ViaBrasil Dispositivos Plásticos (2009-2011), na qual foi sócio-proprietário. No começo da década de 2010 há uma mudança de sua trajetória: vira assistente de pesquisa na FGV em 2011, e inicia o doutorado na EAESP, em 2012. Concomitante ao doutorado, ele começa a lecionar em diversas faculdades privadas de São Paulo, como a Fundação Padre Anchieta (2009-2014), SENAC (2011), o Mackenzie (2011-2012).

Atualmente é professor na ESPM (desde 2013), na FECAP (desde 2011) e principalmente na EAESP (desde 2014, no último ano de seu doutorado), onde leciona para a graduação e para mestrados profissionalizantes em Gestão em Competitividade e Gestão Internacional. Além disso, é coordenador do programa de presidentes FGV/YPO, uma associação mundial de executivos.

Ambos os professores vêm de instituições de destaque (ESPM e UFSCAR). Carlos Eduardo Lourenço representa a proximidade entre os campos de Administração e Engenharia: com seu diploma consegue cargos na área de Marketing em grandes empresas internacionais. A passagem para o universo de ensino não é muito clara, mas mostra como títulos de pós-graduação não são necessários em faculdades privadas para lecionar aulas (exceto a EAESP, onde mesmo já sendo assistente, só ministrará aulas no último ano de seu doutorado). O

engajamento profissional evidencia-se nesse perfil com a instituição capitalizando-o como porta-voz legítimo dentro de associações de executivos e na internacionalização da gestão. Além disso, sua participação em especializações e mestrados profissionalizantes explica-se pelo saber “prático” adquirido ao longo de 19 anos de profissão. Por sua vez, a entrada de Libiana Paes na EAESP se dá pela especialização em gestão hospitalar e depois por diplomas de pós-graduação na instituição. Libiana atua de maneira paralela na EAESP e no mercado de trabalho, construindo um capital acadêmico, mas também uma empresa de consultoria. Em ambos os casos, observamos trajetórias que passam ou estão na EAESP, mas não parecem ter como prioridade a carreira docente, embora tenham pouco tempo na instituição. Os dois casos a seguir mostram outra forma de interação com a EAESP.

Fernando Coelho Martins Ferreira (CA; EA) é professor da FGV desde 2008. Ele possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996-2000). Teve sua única experiência no mercado de trabalho entre 1999 e 2002 quando trabalhou na empresa DaimlerChrysler como estagiário. Realizou o mestrado (2003-2005) e o doutorado (2005-2009) na EAESP em Administração de Empresas. Durante esse período, começa a lecionar em diversas faculdades privadas: na FECAP entre 2003 e 2005 e na própria FGV, em 2008, com o doutorado em andamento. Após a conclusão do doutorado, leciona nos cursos de Administração de Empresas da UFMG (2010-2011) e do Mackenzie (2014-2015). Atualmente continua na FGV e leciona também na ESPM. Recebeu sete prêmios em congressos de Administração por seus artigos.

Não há informações sobre se leciona em cursos de pós-graduação e de formação continuada.

Claúdio Luis Carvalho Larieira (CA; EA) é professor da EAESP desde 2011. Formado em Administração de Empresas pelo Mackenzie em 2000. Após a graduação, cursa um mestrado profissional em Engenharia da Computação (2001-2006), concomitante a consultorias em informática por empresas como PROCKWORK (2002-2005) e ISD Brasil (2005-2006) e leciona em faculdades privadas como Universidade Cruzeiro do Sul (2001-2002), Faculdades Associadas de São Paulo (2002), Mackenzie (2002-2007), Faculdade Batista de Administração e Informática (2002- Atual). Após a conclusão do mestrado profissional continua no ramo da consultoria como sócio-diretor da APEL Consultoria (2007-2016) e como coaching para diversas empresas.

No mesmo ano que entra no doutorado em Administração de Empresas na EAESP (2010) começa a lecionar em faculdades privadas mais prestigiosas como a FIA (2010-2011) e o INSPER (2010-2012). No ano seguinte, vira professor visitante da EAESP, com o doutorado ainda em andamento. Em 2012, torna-se Coordenador dos MBAs In Company nas turmas da Fidelity e Aché.

Atualmente é professor extracarreira da EAESP, sendo também professor visitante no IPT, professor visitante na Fundação Dom Cabral e colaborador da Academia de Marketing, onde ministra treinamento de Gestão de Projetos para a PepsiCo (empresa transnacional de bebidas e alimentos).

Os perfis de Fernando Ferreira e Claúdio Larieira mostram outro lado desse grupo exterior à USP e à EAESP. Ambos são formados em Administração de Empresas e atuam brevemente no mercado de trabalho (um como estagiário, outro como consultor). Os mestrados de ambos são a porta de entrada para diversas faculdades privadas de Administração. No caso dos dois, assim como da maioria dos professores desse grupo, a entrada no corpo docente da EAESP é concomitante ao curso de doutorado na instituição. Diferentemente de Carlos Eduardo Lourenço e Libânia Rodrigues, eles parecem nuclear sua atuação dentro da instituição de duas formas: no caso de Larieira lecionando não só na graduação, mas em turmas específicas de MBAs In Company (cursos de MBA dados dentro da própria empresa) e de especializações e pós-graduações, e no caso de Fernando Ferreira, na pesquisa acadêmica no sentido estrito, com a produção de artigos acadêmicos e na orientação de alunos. Nesses dois casos, representativos de outros 22 perfis, constatamos a expansão do sentido do “engajamento acadêmico” como podendo conter tanto o pesquisador da Ciência Administrativa na EAESP como aquele professor docente em cursos de especialização e formação para empresas dentro dos programas de educação continuada da FGV. Se observarmos os perfis de Felipe Zambaldi e de Pedro Pinto Zanni, notamos que eles têm perfis semelhantes:

Felipe Zambaldi (CA; EA) formou-se em Administração de Empresas pela EAESP em 2000 e em Ciências Sociais pela USP em 2003. Teve uma breve passagem pelo mercado de trabalho como estagiário e analista no final da graduação e no começo dos anos 2000 em empresas de Telecomunicações: BCP (1999-2000), Siemens (2000-2001) e Credicard (2001-2003). Zambaldi começa o doutorado em Administração na FGV em 2004 e no mesmo ano já começa a trabalhar como professor na EAESP. Na segunda metade dos anos 2000, além de ser professor na EAESP, ele leciona Administração em diversas faculdades privadas de São Paulo como a Universidade de Santo Amaro (2005), Faculdade Sumaré (2006), Universidade de Sorocaba (2007), Universidade Metodista (2008-2009) e FEI (2009-2012).

Na EAESP, notabiliza-se pela produção de diversos artigos e capítulos de livros, além de material didático. Ele é vice-coordenador do curso de graduação (2015- Atual), além de lecionar na graduação, nos programas de mestrado e doutorado e nas especializações. Desde 2007 é editor da RAE, principal revista de Administração de Empresas vinculada à FGV.

Pedro Pinto Zanni (CA; EA) é professor da EAESP desde 2005. Formado em 2000 pela EAESP, foi gerente de empresas de Saneamento. Em 2005, logo após concluir seu mestrado, torna-se professor do Programa de Educação Continuada (GVPEC) da FGV-EAESP e professor da FAAP (2005-2010). Desde 2009, quando entrou no doutorado na instituição, é professor extracurricular do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos (ADM) da EAESP e leciona nos programas de graduação, pós-graduação e educação executiva. Além de atuar como consultor de empresas em projetos de Estratégia Empresarial e Liderança (não informa as empresas).

Os professores oriundos da EAESP são talvez o grupo mais interessante. Mesmo sendo um grupo relativamente pequeno, com apenas 12 professores, eles são muito homogêneos, todos tendo cursado a graduação da EAESP nas décadas de 1990 e 2000 e realizado relativamente rápido o doutorado⁴¹. Os casos de Zanni e Zambaldi ilustram bem o perfil desse grupo que completa rapidamente a sua formação e se mantém na instituição durante toda a sua formação. Entretanto, cabe distinguir Zambaldi que atua como um

⁴¹ Na descrição dos professores que entraram no ensino superior nas décadas de 1990 e 2000, preferimos não utilizar nenhuma das biografias de professores que entraram no ensino superior depois dos anos 2000. Há uma dificuldade de analisar trajetórias tão recentes, pois esses professores entraram há muito pouco tempo na EAESP, não ficando clara sua atuação nem as tendências que seguirão. Nesse sentido, só indicamos que o perfil dos professores que entraram no ensino superior depois de 2000 é praticamente idêntico àqueles que entraram na década de 1990. Como veremos, há em quase todos os casos dos professores da EAESP uma passagem extremamente rápida (2-3 anos em média após o término da graduação) no mercado de trabalho antes do ingresso no mestrado. Ora, percebemos que não há nenhum professor que fez a graduação na EAESP na década de 2000. Acreditamos que exatamente por essa pausa nos estudos (que os professores vindos da USP e de outras faculdades não tem) que há uma sub-representação dos professores da EAESP no último período estudado.

acadêmico no sentido tradicional, ou seja, publicando artigos, orientando dissertações e teses e sendo editor de uma revista acadêmica, do perfil Zanni, que trabalha muito mais lecionando no GVPEC e nas especializações e pós-graduações da EAESP.

O grupo de professores formado na EAESP é majoritariamente classificado como tendo um engajamento acadêmico (10 professores de 12). Porém, os perfis dos outros tipos de engajamento (uma professora com engajamento profissional e outra com engajamento outro) esclarecem como entender essas categorias. Abaixo vemos o perfil de Maria Angélica Lecione Pedretti:

Maria Angélica Lecione Pedretti (CP; EP) é mestra em Administração de Empresas pela EAESP. Após concluir a graduação em Administração em 1995, trabalhou na PriceWaterhouse Auditores Independentes (1994-1996) como auditora e começou o mestrado em Administração pela EAESP (1997-1999). Trabalha até hoje como analista de planejamento estratégico na Camil Alimentos (1999-Atual) e é sócio-diretora de uma empresa de consultoria desde 2010. Desde o fim dos anos 1990, leciona em faculdades privadas como as Faculdades Integradas Cantareira (1999-2006), Faculdade Oswaldo Cruz (2000 - Atual) e a FIA (2013-Atual).

Na EAESP, Pedretti dá aulas de Geração de Valor e Contabilidade para a graduação e, principalmente, nos programas de educação continuada da GVPEC. Entre as turmas específicas para empresas, constam em seu currículo as seguintes empresas: Algar, FebraFarma, CrediNestlé (ramo financeiro da empresa Nestlé), Telefônica e Unibanco.

À primeira vista, não parece haver uma grande diferença entre o perfil de Pedretti e o de Zanni ou mesmo de Larieira, professores formados em instituições prestigiosas de São Paulo. Entretanto, ela é a única professora que só tem um mestrado (e não está cursando o doutorado) entre os professores que entraram no ensino superior após 1990. Assim, suas credenciais derivam principalmente de uma atividade profissional distintiva na área de Auditoria e na área de Planejamento Estratégico. Mais do que títulos acadêmicos, o nome de Pedretti traz o reconhecimento profissional para os programas de Educação Continuada da FGVPEC. Talvez por isso que ela parece dedicar-se ainda muito fortemente ao mercado de trabalho, sendo analista de planejamento na Camil Alimentos e diretora de uma empresa de consultoria. Essa dedicação ao mundo profissional explica o título de engajamento profissional dado a ela pela instituição.

A forma de interação no mercado de trabalho na trajetória de Pedretti é a típica da geração de professores formados após 1990: a integração entre uma ou mais faculdades privadas e a consultoria e o coaching. Entretanto, a trajetória de Alexandra Strommer indica uma forma ligeiramente mais complexa de relação com o mercado e na própria estruturação da EAESP:

Alexandra Strommer de Farias Godoi (CO; EO) é doutora pela Escola de Economia da FGV e professora da FGV desde 2005. Alexandra Strommer cursou a graduação em Administração de Empresas entre 1994 e 1997 e em seguida foi trabalhar no mercado financeiro. Após uma bem-sucedida passagem pelo banco de investimentos J.P. Morgan (1996-2003) acompanhada de uma extensão universitária em análise financeira com uma estadia, entre 1998 e 2000, na sede do J.P Morgan em Nova Iorque, Alexandra Strommer retorna ao Brasil e é eleita, em 2000 e 2001, como melhor analista de renda variável no setor de energia elétrica.

Em 2003, ela retorna para a FGV para o doutorado na Escola de Economia e vira assessora do professor Yoshiaki Nakano, além de auxiliar na divulgação do índice de inflação IPC-SP, elaborado pela FGV. Em 2004, começa a lecionar no mestrado profissionalizante da EESP. Após a conclusão do doutorado, em 2007, começa a lecionar na FIA e na FGV (tanto na Escola de Economia quanto na Escola de Administração) as matérias de Microeconomia. Na FGV, além dos cursos na graduação, pós-graduação e especialização (CEAG), ela coordena a formação em Microeconomia Aplicada.

Alexandra graduou-se na FGV, porém nela percebemos claramente as oposições presentes desde a década de 1960 na instituição, a saber, uma influência muito forte da ciência econômica no curso de Administração. Kluger (2016, p. 503-504) afirma que, durante a ditadura militar, a criação de um departamento de economia em São Paulo foi vetada pela direção da FGV no Rio de Janeiro, pois tal departamento teria quadros que “flertavam com a subversão”⁴². Nesse sentido, Alexandra, tendo cursado Administração de Empresas entre 1994 e 1997, é a última geração de alunos que não pode cursar Economia na EESP. A passagem pelo mercado financeiro na área, assim como uma especialização no exterior complementam uma formação já prestigiosa que resulta em prêmios outorgados por revistas

⁴² A expressão refere-se a Luiz Carlos Bresser-Pereira, Eduardo Suplicy, Luiz Antônio de Oliveira Lima e Yoshiaki Nakano. Essas figuras têm uma relação ambígua com esta dissertação. Foram citados no primeiro capítulo como professores importantes, tanto expondo a história da EAESP como a protagonizando. Entretanto, com a criação da Escola de Economia (EESP) vão progressivamente abandonando a EAESP e, principalmente, sua graduação. Mesmo não constando como nomes de professores atuais, eles representam uma época semelhante à que investigaremos com Fernando Dell’Acqua e Peter Spink, no próximo capítulo.

especializadas do mercado financeiro. A volta ao universo de pesquisa se dá numa posição muito específica, assessora do professor Yoshiki Nakano, diretor da EESP para a divulgação de índices econômicos produzidos pela FGV. A entrada no doutorado, assim como o início da docência pelo mestrado profissionalizante (e não pela graduação) mostram um envolvimento e credenciais muito valorizadas pelo público empresarial que procura na EAESP uma forma de atualização e legitimação de seu saber. O perfil de Alexandra esboça essa intersecção não muito clara entre Economia e Administração, entre o universo acadêmico dessas duas disciplinas fortemente vinculadas à pesquisa aplicada, à consultoria e à atuação no seio das empresas.

Descrevendo os perfis dos professores do curso de graduação de AE, percebemos como os processos de expansão e de diversificação da escola estão representados nos perfis dos professores. Nas últimas duas décadas, notamos um aumento progressivo da contratação de professores com “engajamento acadêmico”, que representaram, em média, mais de 80% das contratações de professores. Nesse sentido, conclui-se que a diferença entre um engajamento dito profissional e um engajamento dito acadêmico não é a dedicação exclusiva à EAESP, pois praticamente todos os professores têm um ou mais empregos, seja em outras faculdades, seja em consultorias ou empresas, mas há uma dedicação predominante a atividades profissionais externas ou internas à EAESP.

Ao estudar o perfil dos professores de pós-graduação em Administração no Brasil, Engelmann constata:

Há a combinação da atuação na esfera acadêmica predominantemente com atividades de consultoria e, em segundo lugar, também com a direção de empresas públicas e privadas. Embora, isoladamente predomine a carreira acadêmica com dedicação exclusiva, a inserção profissional é um dado relevante para a apreensão da diferenciação de um espaço de formação de pós-graduação e o respectivo padrão de relação com o espaço das práticas. A profissionalização na atividade acadêmica, por parte dos agentes posicionados neste espaço, implica também a legitimação de outros instrumentos de difusão do conhecimento produzido, tal como, a institucionalização de revistas acadêmicas a relação com institutos, fundações e políticas de regulação estatal do ensino universitário. (ENGELMANN, 2008, p.257).

É exatamente nessa nova geração de professores, que leciona em diversas faculdades e que tem uma passagem relativamente breve no mercado de trabalho antes de terminar sua formação (com mestrados e doutorados em instituições prestigiosas de São Paulo), que notamos a “profissionalização da profissão acadêmica”. Se constatamos na EAESP, desde a década de 1950 com o PBA-1, um trabalho de difusão acadêmica do conhecimento produzido,

por meio de revistas acadêmicas e a relação com o Estado (que abordaremos no capítulo seguinte), acreditamos que esse novo perfil parte de outra forma de difusão do saber acadêmico: as consultorias e as diversas especializações.

Conforme explicamos na introdução, o desenvolvimento da FGV criou novos espaços na década de 2000 para a educação de um público muito mais amplo que os alunos da EAESP, com a criação dos diversos programas de pós-graduação e especializações, e uma forma de parceria com o setor público e privado através da FGV Projetos, em 2005. Assumindo essas novas funções, a instituição, pela primeira vez em sua história, cria uma trajetória “nãoacadêmica” para seus professores que permite que eles trabalhem no universo da consultoria e mantenham relações com empresas e com o Estado brasileiro. Como notado, essa não é uma trajetória obrigatória, visto o número importante de professores que trabalham em grandes empresas nacionais ou internacionais ou tem suas próprias empresas de consultoria, coaching e marketing. Assim, nos parece que os engajamentos acadêmico e profissional retratam o lugar prioritário de atuação do professor: o “profissional” com o professor atuando em atividades fora da instituição e o “acadêmico” com o professor realizando as atividades de docência, consultoria e coaching dentro da própria instituição. Nesse sentido, é importante pensar a própria instituição como uma empresa que presta serviços e seus professores como seus funcionários. Sendo assim, a FGV intermediadora entre essas empresas e um conhecimento produtivo e distintivo.

A temporalidade mostra uma mudança nas credências exigidas para o exercício da docência universitária, mas ao mesmo tempo as credenciais de distinção, que correspondem às carreiras desse tipo de executivo, alto funcionário e expert que atua na interface mais profunda entre o privado e o estatal.

2.6 Algumas considerações

A análise que empreendemos no começo do capítulo acerca da expansão do sistema de ensino superior comprova uma expansão diferenciada dos cursos de graduação e das formas institucionais desses cursos. Por ser um dos cursos que mais formam alunos e com maior variedade de formas institucionais, os cursos de Administração tornam-se um espaço privilegiado para notar tais características. Nesse sentido, nota-se uma progressiva expansão do número de vagas do curso de AE da EAESP, inclusive com a abertura de uma turma no período noturno na década de 2000. Entretanto, o valor simbólico do diploma permanece

extremamente alto: a antiguidade e o nome da instituição, assim como a ideia de alunos extremamente qualificados mantem-se até hoje. Mais que isso, na expansão do mercado educacional, as credenciais (diplomas) por ela oferecidos adquirem novos sentidos com as novas formas de internacionalização.

De fato, ao analisar o perfil dos alunos nas últimas décadas, não podemos confundir o aumento de vagas com a democratização do acesso ao curso. O público que frequenta a instituição continua vindo de famílias de classe alta, extremamente escolarizadas. Em relação aos anos 1950 há claramente uma modificação, pois não se encontram apenas filhos de proprietários, mas uma miríade de trajetórias diferentes, entre sócios-proprietários, filhos de profissionais liberais ou filhos de altos funcionários públicos e privados que mantêm certa homogeneidade social, o que permite a socialização de diversas frações de elite. Entretanto, essa diversidade de frações de elites não permite retratar trajetórias típicas, mas sim um feixe de trajetórias possíveis. Nesse sentido, há claramente entre essas diversas frações uma unidade no discurso desses alunos que enfatiza a excelência, o esforço e a experiência profissional. Tal como demonstrado por Khan (2015) ao analisar as elites provenientes de um internato americano, supõe-se que a retórica individual do trabalho árduo e da ambição desses grupos seja um dos seus traços mais proeminentes. Desse modo, conjuga-se o perfil dos professores de profissionais bem-sucedidos no mercado de trabalho (mesmo com a fluidez que essa ideia possa comportar, uma vez que o mercado de trabalho é complexo e diversificado por natureza), garantidores de que as estratégias de profissionalização engendradas têm maior probabilidade de darem certos pelos exemplos vivenciados tanto na família como na instituição.

Analisando o curso de AE, acredito que a EAESP ocupa uma das posições mais “acadêmicas” no campo das instituições de ensino em Administração, mesmo que ao mesmo tempo mais voltadas para o mercado de trabalho. Essa aparente contradição entre a faculdade profissionalizante do empresariado paulista e uma instituição reconhecida pela produção e divulgação de conhecimento “acadêmico”, não dá conta das novas formas de integração entre academia e mundo profissional que a EAESP conseguiu desenvolver ao longo dos anos. Nesse sentido, a competência reconhecida socialmente outorgada pela instituição, na forma de diplomas ou de consultorias feitas por professores/pesquisadores capacitados e reforçada por sua história e seu recrutamento seletivo, cria o prestígio único da instituição em relação às empresas modernas, nacionais ou internacionais. A escola reforça seu valor simbólico de possuir o melhor conhecimento, o mais atual, sendo a única instituição capaz de ofertar um

curso “distinto” no Brasil e reforçado por vínculos com executivos de grandes empresas. Por sua vez, os executivos adquirem a legitimidade necessária para se manter em posições dominante. Finalmente, a escola também lucra, já que esses graduados poderão ocupar postos estratégicos, atraindo novos postulantes à instituição.

Há, portanto, uma circularidade do movimento da instituição: ao mesmo tempo que constrói simbolicamente sua posição pela vinculação com o mercado profissional (formação de executivos, CEOs, quadros de gerência alta e média), não pode abdicar da vinculação com o acadêmico, pois o conhecimento sobre Administração de peso relevante na posição e atuação da instituição encontra-se na esfera da consultoria, do planejamento e do coaching. Ademais, o selo de acadêmico também atua no processo de reprodução de novos quadros, seja para a instituição (seus novos professores e pesquisadores), seja para incrementar o valor social de experts, consultores e professores de instituições de ensino superior ou especializadas em treinamento profissional. Finalmente, um quadro de reprodução dos professores só aparece a partir do fim dos anos 2000 com a FGV formando seus programas de pós-graduação e formando seu próprio corpo docente.

Capítulo III – A outra face da EAESP: A Administração Pública e a relação com o Estado

Se o discurso científico é invocado para justificar o racismo da inteligência, não é apenas porque a ciência representa a forma dominante do discurso legítimo; é também e sobretudo porque um poder que se crê fundado na ciência, um poder de tipo tecnocrático, pede naturalmente à ciência para fundar o poder; é porque é a inteligência que legitima o governar quando o governo se pretende fundado na ciência e na competência “científica”. [...] A ciência pactua com aquilo que lhe pedem para justificar (BOURDIEU, O racismo da inteligência, 1978).

O curso de Administração Pública oferecido pela EAESP gozou sempre de menor prestígio em relação à Administração de Empresas. Nesse sentido, não há obras nem figuras notórias consagrando o curso de Administração Pública, como, por exemplo, Abílio Diniz, e parte do empresariado paulista realizam com o outro. Ademais, quando se trata de AP, as referências voltam-se à EBAPE, polo inicial voltado à formação da burocracia estatal. Para mostrar a particularidade do curso de AE, este capítulo intenciona retomar a história do curso de AP no interior da EAESP, assim como o problema do valor social deste diploma desde os anos 1960 (item 3.1). Em seguida, objetivamos reconstruir o contexto e os argumentos a favor da última reforma curricular do curso de AP (item 3.2) e, finalmente, analisar o perfil dos professores recrutados pela instituição (item 3.3). Não constitui objetivo deste trabalho obter o perfil dos alunos nem suas concepções acerca do curso, todavia, acreditamos que a partir da história e dos argumentos da última reforma, seja possível inferir as trajetórias que a instituição projeta para seus alunos.

Em comparação ao curso de Administração de Empresas, o de AP conta com uma parcela muito menor de alunos, com apenas 50 vagas de ingresso semestrais. Outra particularidade refere-se a uma dedicação exclusiva, visto que se trata de um curso integral, em que há a exigência de imersões em entidades públicas municipais, estaduais e federais ou internacionais. Nesse sentido, é interessante notar como, na própria EAESP, se reproduz a lógica de expansão da FGV pela ampliação de vagas em AE, mas com o curso de AP operando por meio de um *numerus clausus*. Da mesma forma, como podemos ver no anexo IV, há um número muito menor de formações em nível de pós-graduação voltados à Administração Pública. Sabendo-se que o curso de AE constrói e mantém seu prestígio ancorado na formação de quadros para o mercado profissional, bem como pelo selo

acadêmico, indaga-se: que objetivos a instituição busca com a formação em Administração Pública?

3.1 O curso de Administração Pública na EAESP: origens e contradições

Se há uma grande quantidade de pesquisas sobre o curso de Administração de Empresas da EAESP e como ele configura-se num polo difusor desse conhecimento para outras faculdades, há, em contrapartida, pouquíssima literatura sobre o curso de Administração Pública da EAESP, sendo que ela se volta, sobretudo, para o curso do EBAPE, filial carioca da FGV, e polo irradiador do conhecimento nesse domínio.

A criação e desenvolvimento do curso de AE da FGV como centro da EAESP deve ser contraposto ao de Administração Pública, criado em 1969. Enquanto no capítulo anterior buscamos reconstruir a Fundação, o público e a nova inserção dos professores de AE, por meio de um diálogo quase que orgânico entre a instituição e o empresariado paulista das décadas de 1950, 1960 e 1970 e com o grande capital estrangeiro (COUVRE, 1981), o curso de AP aparece como a face menos visível da instituição. Este curso é originário de uma parceria da Fundação Getúlio Vargas com o governo do Estado de São Paulo visando a formação de quadros públicos qualificados para a administração estadual. Entretanto, tal proposta é rechaçada pelos alunos de AE, que fazem uma greve em 1969. Em um relatório no qual retoma-se a história do curso de Administração Pública da FGV, Fonseca e Silva (2008) afirmam que o fato da criação do curso beneficiar-se de dinheiro público (para sustentar sua gratuidade) de um governo ilegítimo fez com que os estudantes de AE, aglutinados em um centro acadêmico de esquerda, fossem totalmente contrários ao curso. Na visão dos autores,

Não bastasse a oposição interna dos alunos de AE, a FEA postou-se contrariamente ao curso, o que fez que o curso de AP sofresse um paradoxo: de um lado fora criado a partir da iniciativa do governo do estado de São Paulo em parceria com a direção da Escola (portanto dois polos de poder), e de outro fora rejeitado pelos alunos de AE e pelos professores da FEA/USP (SILVA apud FONSECA, 2008, p. 9).

A esses problemas políticos da instituição, devemos associar uma série de problemas da institucionalização dos cursos de AP Brasil afora. Coelho (2006) afirma que a retração dos bacharelados em AP, no período, são fruto tanto da atuação estatal quanto da econômica. A forma de intervenção do Estado brasileiro, através da criação de empresas estatais, de

secretárias e órgãos de planejamento privilegiava os conhecimentos econômicos, deixando poucas vagas em concursos públicos para administradores. Enquanto isso, a Administração Pública era relegada. O curso de Administração de Empresas servia tanto para as empresas (pessoas jurídicas de direito privado) quanto para as organizações públicas. Além disso, o sistema de promoções por mérito na burocracia federal continuava restrito (e a implementação dele em nível municipal e estadual era ainda mais fraca): só era possível ascender pelo mérito até os cargos de baixa gerência, ao passo que outros escalões eram reservados à indicação política (SCHNEIDER, 1994; 1999). Além disso, o milagre econômico privilegiou o desenvolvimento dos cursos de AE durante a década de 1970, com o Plano Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE) do SEPLAN. Na realidade, de acordo com Coelho,

a aderência entre economicismo e planejamento governamental – estendido às políticas públicas – e o vínculo entre gerencialismo e empresa pública, projetava os bacharelados em economia e AE como cursos apropriados para a estrutura administrativa do Estado Autoritário e indicados para a conjuntura econômica (e empresarial) nacional. (COELHO, 2006, p.57).

Nos depoimentos de professores e ex-alunos evidenciam-se como a AP era um curso secundário frente à AE, considerando a imagem da EAESP como sendo uma escola de negócios do empresariado paulista. Como compreender a decisão da fundação em criar um curso em Administração Pública nesse contexto? O curso de AP seria financiado em parte por rendimentos de um fundo gerido pela FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) numa parceria para a preparação de quadros para o governo de São Paulo. A gratuidade do curso, que tinha seus gastos cobertos pelo fundo, gerou resistência da presidência da Fundação, no Rio de Janeiro, para aceitar seu funcionamento. Armando Cunha, vice-diretor de ensino da EBAP assim relata a briga entre a EAESP e a Presidência da Fundação:

Prevaleceu a ideia de que já existem muitos cursos de graduação [em Administração] no Brasil. [...] A presidência [da FGV] dizia que tínhamos que fazer aquilo que os outros não podiam fazer. [Além disso], a questão era não crescer e, para não expandir, tínhamos que abrir mão de alguma coisa. (CUNHA apud COELHO, 2006, p.62).

Apesar das disparidades entre as posições da EAESP e da presidência, o curso é fundado em 1969 com poucas vagas e pouca perspectiva de expansão, tendo como contrapartida, para sanar as contas, uma redução do número de disciplinas optativas, bem

como do quadro de professores extracurricular (professores que dão um número variável de aulas segundo suas obrigações didáticas). Aqui talvez fosse importante perguntar o que a FGV “fazia que os outros não podiam fazer”, ou, em uma perspectiva relacional, em que posição distintiva a Administração Pública da FGV encontrava-se e que caráter específico ela assumia. Como trabalhado em diversas teses, a EBAP-RJ configurou-se como polo produtor de quadros para o setor público e difusor de conhecimento de Administração Pública no Brasil. E o curso de AP da EAESP, qual seu diferencial?

Na década de 1980, em face da diminuição das possibilidades de financiamento internacional, do aumento das taxas de juros internacionais e da crise econômica expressa no descontrole da inflação, o Brasil é assolado pela crise econômica, esta, na visão de Bresser Pereira (1996), era uma crise fiscal que diminuiu a possibilidade de agir do Estado brasileiro e questiona sua forma de organização. Frente a esse quadro, a expansão do Estado e de seu intervencionismo na economia e na sociedade estagna mostrando, de um lado, um esgotamento político-administrativo do pacto político que sustentava a ditadura militar e, de outro, uma ausência de reformas administrativas e de concursos. Nesse sentido, é compreensível o concomitante fechamento de cursos de graduação em Administração Pública (notadamente o da EBAP, em 1981) e o deslocamento da formação específica do administrador público para a pós-graduação. Apesar disso, e não tendo conseguido achar alguma explicação, o curso de graduação em AP, em São Paulo, continua funcionando.

O deslocamento do nível de formação do administrador público para a pós-graduação baseia-se na institucionalização da Administração Pública enquanto campo de saber específico, ou seja, distinto da Administração de Empresas. Como afirma Coelho (2006):

Sem o autoritarismo, o insulamento (tecno)burocrático se desfazia, reintegrando o processo político na gerência pública: conciliar demandas sociais, conviver com as relações de poder entre governos e atores sociais, negociar (e legitimar) decisões e viabilizar a ação coletiva perfariam um rol de capacidade política tão importante para o administrador público quanto a competência técnica. (COELHO, 2006, p.60).

Em seu estudo sobre a produção em Administração Pública no Brasil, Keinert (1992, p.46-48) reconhece dois períodos distintos na institucionalização da Administração Pública. Em um primeiro momento, no começo do ano de 1980, há uma contribuição forte da Ciência Política para a discussão da Administração Pública. Keinert relata que, nesse período, “surtem estudos relacionados à questão do poder estatal, dando menos ênfase à eficiência que à equidade e à adequação social. Começa-se a identificar obstáculos políticos à própria

eficiência” (KEINERT, 1992, p.46). Com a Constituição de 1988 haveria um novo paradigma da Administração Pública enquanto Administração Pública. Nesse sentido, Keinert (1992, p.46) reforça o surgimento da noção de “cidadania”, a participação da sociedade civil na gestão pública e uma redução do papel interventor do Estado. A essa mudança do papel estatal deve-se acrescentar as privatizações, as propostas de descentralização e as formas alternativas de gestão como as parcerias público-privadas. Mesmo com um texto de 1992, os movimentos descritos por Keinert são totalmente condizentes com os diagnósticos de que o país precisa “administradores aptos a gerenciar a crise e garantir a democracia, em uma economia moderna” (FISHER, 1993 apud COELHO, 2006, p.71). As críticas ao “enrijecimento burocrático” e ao “ethos paternalista” foram canalizadas após o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) em um “consenso político de caráter liberal” que tinha como tripé uma estratégia de desenvolvimento dependente, soluções neoliberais para a estabilização da economia e estratégias administrativas voltadas para uma reforma do Estado. Nessa direção de reforma do Estado, surge a figura de Luiz Carlos Bresser-Pereira, professor da EAESP e ex-ministro da Fazenda no governo Sarney, que, em 1994, é nomeado ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE).

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da EAESP. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em administração de empresas pela Michigan State University, doutor e livre docente em economia pela Universidade de São Paulo. Ele foi professor visitante na Universidade de Paris I (1978), no Departamento de Ciência Política da USP (2002/03), na Oxford University (1999 e 2001) e no Instituto de Estudos Avançados da USP (1989). Desde 2003, oferece regularmente um seminário, que tem a duração de um mês, na École d’Hautes Études em Sciences Sociales, em Paris.

De 1963 a 1982, enquanto mantinha suas atividades acadêmicas, foi vice-presidente do grupo de varejo Pão de Açúcar. Em 1983, com a eleição de André Franco Montoro ao Governo do Estado de São Paulo, Bresser -Pereira foi convidado para o cargo de presidente do Banco do Estado de São Paulo e Secretário de Governo. Em abril de 1987, em meio à crise provocada pelo fracasso do Plano Cruzado, tornou-se Ministro da Fazenda, no governo Sarney. No governo de Fernando Henrique Cardoso foi Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998), quando iniciou a Reforma da Gestão Pública de 1995, e, em 1999, Ministro da Ciência e Tecnologia. Desde 1999 ele se dedica exclusivamente à vida acadêmica. É membro do conselho de administração de diversas organizações sem fins lucrativos e da Le lis Blanc.

Partindo da experiência inglesa e dos conhecimentos do new management americano, Bresser-Pereira propôs o Plano Diretor da Reforma do Estado, em 1995, sob a égide da agilidade e da eficiência. Ele mesmo resumiu a reforma como uma descentralização política, um meio de transferências de recursos e atribuições para os níveis regionais e locais, isto é, uma descentralização administrativa que delega autoridade para os administradores públicos estabelecerem objetivos a serem atingidos através de indicadores de desempenho. A reforma do Estado organizou uma separação das atribuições do Estado em “exclusivas” e “não exclusivas”. As funções exclusivas do Estado são as funções associadas à formulação, ao controle e à avaliação de políticas públicas. Por outro lado, as funções não exclusivas são as de execução dessas políticas públicas, que poderiam ser realizadas tanto por empresas estatais como por empresas públicas não-estatais. Nesse sentido, em vez de intervir, o Estado foi caracterizado como o “**catalisador** de energias e potencialidades governamentais e comunitárias” (KEINERT, 1992, p.46)⁴³. Essa distinção na nova forma de ação do Estado teve consequências nas carreiras que ele abriu. Como afirma Ana Paula Paes de Barros:

A política de recursos humanos proposta pelo MARE mantém a diferenciação entre os escalões governamentais, pois tenta fortalecer a alta burocracia por meio do projeto de contratação e formação de especialistas, e procura isentar o Estado do recrutamento, formação e qualificação dos escalões inferiores, que seriam idealmente transferidos para a responsabilidade do setor privado e não-estatal. (BARROS, 2005, p.45).

A política de recursos humanos proposta pelo MARE manteve a diferenciação entre os escalões governamentais, pois tentava fortalecer a alta burocracia por meio do projeto de contratação e de formação de especialistas, e procurou isentar o Estado do recrutamento, da formação e da qualificação dos escalões inferiores, que seriam idealmente transferidos para a responsabilidade do setor privado e não-estatal (BARROS, 2005, p.45).

Com essas diretrizes, nota-se a volta dos cursos de Administração Pública, uma vez que o Estado deveria se preocupar com a formação de quadros para a alta administração. Em 1995, havia 13 cursos de graduação em Administração Pública no Brasil, com esse número subindo para 78 em 2006. Assim, Coelho (2006, p.86) afirma que a reforma do Estado propiciou um “macro ambiente favorável para o ensino de Administração Pública”, constituindo um “pró-ciclo público” no Brasil. Apesar de corretas, acredito que há uma

⁴³ Esta formulação citada por Keinert é originária do conceito de "governo empreendedor" desenvolvido por OSBORNE, David, GAEBLER, Ted. *Reinventando o Governo*, MP Comunicações/ENAP, Brasília, 1994.

segunda mudança importante: essa nova formação pressupôs um afastamento dos cursos de AP em relação aos cursos AE, ao qual o ensino esteve dependente durante os anos 1970 até o começo dos anos 1990. Também se percebe uma formação para agências distintas, se na década de 1940 os cursos de AP eram considerados técnicos ou profissionalizantes para todos os escalões da burocracia, hoje eles visam a formação do alto-escalão governamental. Em um texto publicado para discussão na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Levy (1997, p.6) caracteriza as categorias que essa nova administração necessita como “quadros com capacidade de negociação entre os diversos atores e o poder público”. Em relatório sobre a história do curso de Administração Pública da FGV, Fonseca (2008, p. 60) constata que: “Embora tenha havido, desde a década de 1990 no Brasil, um grande processo de privatizações e um enxugamento das máquinas públicas, o emprego público estaria se expandindo em razão da própria ampliação do conceito de setor público”. Com o andamento da reforma do Estado e a expansão desse novo paradigma da Administração Pública, importado e divulgado pela EAESP, o conceito de setor público foi alterado. As parcerias público-privadas, as concessões de serviços públicos e o “terceiro setor” se tornaram novas áreas de atuação para o administrador público. A respeito desse novo paradigma da Administração Pública, Keinert sintetiza a nova composição disciplinar desta área, em sua concepção:

Surge, assim, um enfoque paradigmático na formulação, execução e avaliação de planos governamentais e no manejo de interesses (e pressões de organizações políticas e sociais) que se encontram em conflito. O paradigma emergente parece apontar para a necessidade de se pensar em uma Teoria de Governo que, aliando a ciência política à administrativa (com especial ênfase na Análise Organizacional) corresponda às expectativas sociais de um Estado democrático e eficiente. [...] Como consequência, a Administração Pública surge como uma disciplina híbrida, com ligações orgânicas com a Ciência Política e com a Análise Organizacional. Amplia, ainda, seu *locus* (objeto empírico de análise) das distinções tradicionais entre setores público e privado para abranger todas as questões que se refiram ao interesse coletivo. (KEINERT, 1992, p.47).

Nesse momento de transição, nos fins de 1990 e começo da década 2000, as mudanças no Estado e no objeto dos estudos da Administração Pública modificaram os públicos interessados nos, ainda, poucos cursos de mestrado em AP (EBAP, EAESP, UFBA e UFRGS), recebendo tanto aqueles interessados em ensino e pesquisa da disciplina, quanto os profissionais atraídos pelo setor público, não necessariamente formados em cursos de graduação em Administração Pública em busca de aperfeiçoamento (COELHO, 2006, p.60).

Porém, a formação anterior do Administrador Público, transferida para a pós-graduação, constituía então um empecilho para os cursos de graduação, que ora não conseguiam adentrar a especificidade da análise política em seus cursos parciais, ora não conseguiam cumprir sua proposta de formação de quadros públicos. Nesse sentido, o professor Benedito Duarte dirá que, nos anos 1990 e 2000, na EAESP:

90%, uma quantidade enorme de alunos formados em pública vai trabalhar em empresas. Acho que é água e vinho. Empresas é um tremendo sucesso. O curso de pública é muito bom [...] é um qualificado curso de administração. O que fracassou não é o curso, é a proposta [...]. Estou me referindo ao fracasso no sentido do intento político da proposta, de ser uma ferramenta de melhoria da administração pública e [para] contribuir com o Brasil. O curso de administração pública é um ótimo curso de administração, muito semelhante ao que é o de empresas, os profissionais que são formados e os professores são parecidos, são os mesmos professores. (DUARTE apud FONSECA, 2008, p.18).

Esse diagnóstico de descompasso entre a proposta do curso de Administração Pública e o interesse pela área no começo da década de 2000 foram os principais fatores que iniciaram o debate que reformou o curso de Administração Pública em 2010.

3.2 A reforma de 2010 e o novo curso de AP da EAESP

Em 2008, visando a discussão de uma reforma estrutural do curso de Administração Pública, Francisco César Pinto da Fonseca, professor da EAESP, produz um relatório que sistematiza diversas entrevistas realizadas com professores da EAESP⁴⁴, muitos deles com passagem pela administração pública, e que permitem reconstruir as impressões quanto às potencialidades da instituição e os rumos que ela deveria tomar. O primeiro ponto a ser ressaltado é que não há, na representação dos professores nem na da instituição, uma dualidade entre os dois cursos. É o que afirma Fonseca ao observar que

Em nenhum momento da fala do professor Djair, assim como em nenhuma das entrevistas realizadas, houve qualquer sentido ou sentimento de disputa

⁴⁴ Os professores entrevistados são Gustavo Sá e Silva, Benedito Duarte, ex-presidente do diretório acadêmico e ex-presidente da Ex-GV, Peter Spink, Ruben Keinert, Marta Farah, Bresser Pereira, Djair Picchiai, Haroldo Giacometti, Henrique Fingermann, Ricardo Bresler, e Regina Pacheco

entre os setores privado e público e, conseqüentemente, entre os cursos de AE e AP. Ao contrário, aponta-se fortemente o caráter complementar de ambos – reforçado, aliás, pela recente discussão sobre as parcerias público/privado -, mas que, na Escola, teria se constituído como dicotômico: a área privada (AE) como exemplo de sucesso e a área pública (AP) como fracasso. (FONSECA, 2008, p.52).

Além dos alunos, há nas entrevistas com os professores, uma frustração quanto ao potencial desperdiçado da instituição (FONSECA, 2008, p.52). Em sua entrevista, o professor Peter Spink associa a influência da EAESP no setor público aos “anéis de Saturno”, pois além de ser o centro articulador de diversas iniciativas da área pública (como a FUNDAPE), ela também foi provedora de diversos quadros intelectuais para “governos progressistas”⁴⁵. Entretanto, essa influência não teria sido suficiente para a EAESP ser considerada um “centro de referência em termos de pesquisa e produção acadêmica e aplicada” (FONSECA, 2008, p.22). O depoimento de Regina Pacheco é esclarecedor nesse sentido:

A escola não acolhe na volta, acho que isso também é parte [dos aspectos contrários aqueles] que gostariam de trazer isso para o ensino.... Uma vez, conversando com o Bresser Pereira, ele me disse que nunca ninguém na EAESP perguntou a ele, ou pediu a ele para contar como tinha sido a experiência dele, o que ele aprendeu como ministro nas três vezes que ele foi ministro [...] E acho que isso tende a se acentuar na medida em que emplaca essa visão academicista aqui dentro. Quanto mais academicista se torna (eu estou [...] usando essa palavra [propositadamente] de maneira pejorativa) [...] [mais distante ficamos de uma profissionalização da área como alternativa] [...]. Fundamentalmente, acho que a Escola, como posição majoritária, nunca considerou que valesse a pena separar e prestigiar uma área de administração pública. (PACHECO apud FONSECA, 2008, p.73).

Em oposição ao academicismo predominante durante as décadas de 1990 e 2000 Regina Pacheco e Bresser-Pereira refletem sobre os sentidos de ter um curso de graduação em AP voltado estritamente ao acadêmico. Para eles, deveria haver uma definição clara do papel do curso de AP, assim como da relação que a EAESP teria com o setor público. Para ambos, somente dessa forma a escola conseguiria receber e aplicar essas experiências, assim como

⁴⁵ Peter Spink menciona a participação muito forte de alunos e docentes, no início e no meio do ano de 1980, em meio à redemocratização, em governos “progressistas, com forte discurso social e participacionista, em municípios paulistas e no Governo do Estado de São Paulo.” (FONSECA, 2008, p.23). Nesse sentido, são citados, mais de uma vez, por todos os entrevistados, os governos de Franco Montoro (1983-1987), Orestes Quécia (1987-1991) e Mario Covas (1995-1999) e as prefeituras de Luiza Erundina (São Paulo, 1989-1993) e Celso Daniel (Santo André, 1989-1993).

incentivar os professores e alunos à realiza-las (FONSECA, 2008, p.72-74). Bresser Pereira defende a rearticulação da área pública, pensando não somente o Estado, mas todas as instituições não-estatais onde o gestor público pode atuar. Para ele,

A área pública, portanto, é que deveria como um todo ser repensada e rearticulada na Escola, o que implicaria criar um novo curso para esta área. Esse novo curso teria como premissas as arenas estatal e não-estatal, a revisão dos estágios, a articulação orgânica com outros saberes, a ampliação do público potencialmente interessado. (FONSECA, 2008, p.72).

Em quase todos os depoimentos e na conclusão do relatório há uma reflexão sobre o quão prejudicial é a hegemonia do curso de Administração de Empresas e como ela pode contribuir para o não estabelecimento de um *ethos* do administrador público na escola. Nesse sentido, argumenta-se que a própria gratuidade do curso de AP foi deturpada, servindo para atrair ingressantes não necessariamente interessados pela área pública, mas que se aproveitavam do currículo quase idêntico e do prestígio da EAESP (FONSECA, 2008, p. 80-82).

Com o objetivo de solucionar esses problemas, a FGV reformula drasticamente seu curso de AP, recebendo sua primeira turma em 2010. Como afirmado anteriormente, são ofertadas apenas 50 vagas por semestre⁴⁶. Houve, desde o início, o intuito de distinguir as formas de ingresso. Enquanto o curso de AE possui um vestibular próprio, o de AP utiliza, para a primeira fase, a nota do ENEM e uma carta de motivação, em que o candidato expõe as suas experiências e os motivos que o incentivaram a ingressar no curso ; na segunda fase, é realizada uma entrevista com o candidato.

Além dessa forma de ingresso diferencial, umas das grandes novidades da grade curricular é a organização dos semestres em “eixos transversais”. Esses eixos transversais é uma unidade temática que une as disciplinas do semestre. Além disso, nos 4 anos (8 semestres de curso) há 4 imersões, que são períodos de 1 a 2 meses, em que os alunos realizam estágios em entidades públicas federais (Imersão federal após o terceiro semestre),

⁴⁶ No ano de 2017, essas 50 vagas foram divididas entre 41 vagas pelo ENEM e 9 vagas por uma seleção internacional. A primeira fase seleciona os alunos segundo as notas dos diversos vestibulares (ENEM, Bacalaureat, ARBITUR, IB). A previsão de vagas para alunos com diplomas internacionais é surpreendente e indica uma atenção do curso para alunos com uma internacionalização precoce. Ademais, não é vetado a estes a concorrência tanto pelo ENEM como pelos vestibulares internacionais. Assim, podemos inferir algo implícito na análise de Viana (2017, p.86-87; p.145-150), a saber: como uma parcela considerável dos alunos vêm dos colégios bilíngues e dos colégios internacionais e como esse capital linguístico e cultural é um traço distintivo dos grupos que frequentam esse espaço.

locais (Imersão subnacional após o quinto semestre), e internacionais ou governos nacionais de países latino-americanos (Imersão Sul Sul, após o sexto semestre). Esses períodos de estágio e a preocupação com as entidades internacionais é o grande diferencial do curso de AP da EAESP em relação aos seus concorrentes paulistas, pois permitem escapar do “academicismo” criticado por Regina Pacheco ao mesmo tempo que valorizam o caráter profissionalizante da formação. No site do curso de AP, há a descrição dessas atividades:

Nas atividades de imersão e conexão, os alunos irão observar e analisar o dia a dia do funcionamento de um órgão ou entidade pública municipal, estadual, federal ou internacional, acompanhando projetos e potencialmente ajudando a refletir sobre as soluções para as questões e problemas detectados. (FGV, 2017).

O caráter assumidamente profissionalizante que a reforma pretendia dar ao curso de graduação visava a combater dois problemas diagnosticados pelos professores do curso: a indefinição do curso de AP, que fazia com que ele fosse confundido com o curso de AE e o forte academicismo da instituição. Assim, procurava-se restaurar a formação dos professores e técnicos e a participação histórica deles nos governos.

3.3 Os professores do curso de AP

Nas seções anteriores, tentamos reconstruir a estrutura do curso de Administração Pública da EAESP retomando a história de sua fundação conturbada e às discussões acerca de sua reformulação na segunda metade da década de 2000. Dado o caráter pouco profissional do curso, não achamos nenhum trabalho que abordasse o perfil socioeconômico dos alunos⁴⁷. Na última etapa dessa análise, que investiga o valor simbólico do curso de Administração Pública, analisaremos os perfis dos professores de graduação da instituição. As trajetórias desses professores possibilitam a compreensão de certas características que lhes são peculiares e da imagem que a FGV tenta passar de seu novo curso como uma outra faceta da instituição. Diante disso, cabe indagar: Além de uma escola de negócios como vislumbramos ao estudar a AE, qual o papel simbólico desempenhado pelo curso de AP da EAESP?

⁴⁷ Os dados do ENADE 2012, utilizados no capítulo anterior, referem-se somente aos alunos de Administração de Empresas.

3.3.1 Os cursos de graduação dos professores de AP: Um recrutamento exterior da instituição

Apesar da importância histórica da FGV para o desenvolvimento da administração pública no Brasil, o recrutamento de seus docentes evidencia a dependência de outras instituições. Dos 36 professores de graduação⁴⁸, apenas um quarto (9 de 36) deles fez sua graduação na EAESP. Sendo que a grande maioria dos seus professores vem de universidades públicas paulistas, com destaque para a USP, na qual são formados 20 dos professores⁴⁹.

Além disso, os professores de Administração não é a maioria, sendo representados apenas por 10 professores, ou seja, menos de um terço do corpo docente tem uma graduação em Administração. Uma parcela considerável dos professores é recrutada de outras disciplinas, tais como as Ciências Sociais (10), o Direito (5), a Economia (3), a Engenharia (3), a Psicologia (2) a Informática e a Engenharia da Informação (2). Porém, dos professores oriundos da Administração, praticamente todos⁵⁰, são alunos da EAESP, tendo realizado todos os seus estudos nessa instituição. Além disso, notamos que entre os 10 professores formados em Administração, 6 são formados em AP e 4 em AE. Podemos perceber esses perfis na tabela abaixo, onde é listado os professores por ordem de entrada na instituição

PROFESSOR	ENTRADA ENSINO SUPERIOR	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	ANO DE ENTRADA NA FGV	ÁREA DE ATUAÇÃO
MARIA CECILIA SPINA FORJAZ	1964	1964 -1968: Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.	Doutor em Ciências Sociais, 1982, Fac. Letras e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	1972	Gestão Pública

⁴⁸ Como há apenas 36 professores, evitaremos ao máximo o uso de porcentagens.

⁴⁹ Há 3 professores que constituem um caso específico fazendo simultaneamente graduações na USP e na FGV.

⁵⁰ Nosso método de análise prezou pelo levantamento quantitativo de informações referentes à graduação dos professores da instituição, como os cursos e as Universidades em que estudaram. Assim, o único caso discrepante é o da professora Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha, que tem duas graduações: a primeira em Informática e a segunda em Administração. Sua atuação, tanto profissional quanto acadêmica, esteve sempre vinculada à área de sistema de Informações, sub-área da Administração, que é um conhecimento específico, próximo da Engenharia computacional. O seu perfil- mulher, vinda de uma universidade não paulista - é muito distinto dos outros professores que tiveram uma graduação em Administração.

PETER KEVIN SPINK	1962	1962 - 1965: Bacharelado em Psicologia, Universidade de Londres	Ph.D em Psicologia Organizacional, 1976, University of London, Londres, Inglaterra	1980	Gestão Pública
ORLANDO CATTINI JUNIOR	1968	1968 -1972: Graduação em Engenharia Naval e Oceânica, USP	Doutor em Administração de Empresas, 1999, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	1985	Administração da Produção e de Operações
ALVARO DA SILVA	1976	1981 Bacharel em Direito -USP 1980 Bacharel em Administração – EAESP	Mestre em Administração, 1986, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	1987	Gestão Pública
REGINA SILVIA VIOTTO MONTEIRO PACHECO	1975	1975 - 1979: Graduação em Arquitetura e Urbanismo - USP	Doutor em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 1985, Université de Paris XII, Val-de-Marne, Créteil, França	1987	Gestão Pública
JOSE ERNESTO LIMA GONÇALVES	1970	1970-1974: Graduação em engenharia mecanica, Universidade de São Paulo	Mestre em Administração, Fac. Economia, Administr. e Cont. da USP, 1984, São Paulo, Brasil	1990	Organizações, Pessoas e Estratégias
MARTA FERREIRA SANTOS FARAH	1971	1971 - 1974: Graduação em Ciências Sociais, USP	Doutor em Sociologia, 1992, Facul. Fil. Letras e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	1990	Gestão Pública
CLOVIS BUENO DE AZEVEDO	1977	Ciências Sociais pela USP (1978-1982) Administração Pública (1977-1980)	Doutor em Ciência Política, 1998, Fac. Fil. Letras e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	1992	Gestão Pública

FERNANDO MAIDA DALL ACQUA	1966	1966-1970: Graduação em Agronomia ESALQ	PH.D in Economics, 1982, University of Wisconsin, Madison, EUA	1992	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração
MARCOS FERNANDES GONÇALVES DA SILVA	1981	1981-1984: Graduação em Economia, Universidade de São Paulo.	Doutor em Economia: Teoria Econômica, 1994, Fac.de Economia, Adminstr. e Cont. Da USP, São Paulo, Brasil	1993	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração
FRANCISCO HUMBERTO VIGNOLI	1976	1976: Graduação em administração pública EAESP-FGV	Mestre em Administração, 1984, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	1994	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração
FERNANDO LUIZ ABRUCIO	1987	1987-1990: Graduação em Ciências Sociais USP	Doutor em Ciência Política, 2000, Fac.Fil.Letras e Ciên.Humanas da USP, São Paulo, Brasil	1995	Gestão Pública
FRANCISCO CESAR PINTO DA FONSECA	1983	1983-1988: Graduação em Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica - SP	Doutor em Ciências: Histórica Social, 2001, Universidade de São Paulo, Brasil	1995	Gestão Pública
LIGIA MAURA FERNANDES GARCIA DA COSTA	1981	1981-1986: Graduação em Direito, Universidade de São Paulo	Doutor em Direito Internacional, 1993, Universite de Paris X- Nanterre, França, Paris	1995	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração
MARIO AQUINO ALVES	1987	1987 – 1996: Graduação em Direito, USP 1987 – 1991: Graduação em Administração Pública. EAESFGV-SP	Doutor em Administração de Empresas, 2002, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	1998	Gestão Pública

ANA CRISTINA BRAGA MARTES	1977	1977 - 1981: Graduação em Ciências Sociais – UNESP	Doutora em Ciência Política, 1998, Fac.Fil.Letras e Ciên.Humanas da USP, São Paulo, Brasil	2000	Gestão Pública
CARMEN AUGUSTA VARELA	1983	1983 - 1987 Graduação em Ciências Biológicas. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.	Doutora em Economia de Empresas, 2000, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2000	Gestão Pública
ANTONIO GELIS FILHO	1985	- Direito pela Universidade de São Paulo (1991 -1995) - Medicina pela Universidade de São Paulo (1985 - 1990).	Doutor em Administração de Empresas, 2005, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2001	Organizações, Pessoas e Estratégias
MARIA ANGELICA LENCIONE PEDRETI	1992	1992-1995: Graduação em Administração de Empresas, EAESP-FGV	Mestre em Administração de Empresas, 1999, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2001	Contabilidade, Finanças e Controle
CIBELE FRANZESE	1996	Direito pela Universidade de São Paulo (1996-2000)	Doutora em Administração Pública e Governo, 2010, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2003	Gestão Pública
TIAGO LUIS CORBIER MATHEUS	1984	1984 - 1988: Graduação em Psicologia, PUC-SP 1986 - 1993: Graduação em Filosofia, USP	Doutor em Psicologia, 2006, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	2003	Gestão Pública
LAURO EMILIO GONZALES FARIAS	1991	1991-1995: Graduação em Administração Pública, EAESP-FGV	Doutor em Economia de Empresas, 2007, Fundação Getulio Vargas- EESP, São Paulo, Brasil	2004	Contabilidade, Finanças e Controle

FERNANDO BURGOS PIMENTEL DOS SANTOS	2002	2002-2005: Graduação em Administração Pública EAESP-FGV	Doutor em Administração Pública e Governo, 2013, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2006	Gestão Pública
MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA	1995	1995: Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo	Doutor em Ciências Sociais: Política, 2004, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	2006	Gestão Pública
CLAUDIO GONCALVES COUTO	1988	Ciências Sociais USP 1988 -1991	Doutor em Ciência Política, 2000, Universidade de São Paulo, Brasil	2007	Gestão Pública
FERNANDO DO AMARAL NOGUEIRA	1995	1995-1998: Graduação em Administração de Empresas EAESP-FGV	Doutor em Administração Pública e Governo, 2014, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2007	Gestão Pública
MARCUS VINICIUS PEINADO GOMES	2001	2001-2005: Graduação em Administração Pública, EAESP –FGV	Doutor em Administração Pública e Governo, 2014, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2010	Gestão Pública
EDUARDO DE REZENDE FRANCISCO	1992	Ciência da Computação USP 1992 -1999	Doutor em Administração de Empresas, 2010, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2011	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração
SERGIO LUIZ DE MORAES PINTO	1975	1975 - 1979: Graduação em Engenharia Civil, USP	Doutor em Administração Pública e Governo, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2011	Gestão Pública
ALEXANDRE ABDAL CUNHA	2001	2001 -2005: Ciências Sociais USP	Doutor em Sociologia, 2015, Fac./Fil, Letras e Ciên.Humanas da USP,São Paulo, Brasil	2012	Gestão Pública

ANDRE PEREIRA DE CARVALHO	1993	Engenharia da Informação UNICAMP - 1993-1998	Doutor em Administração de Empresas, 2012, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	2012	Administração da Produção e de Operações
GUSTAVO ANDREY DE ALMEIDA LOPES FERNANDES	2000	2000-2003: Graduação em Economia, Universidade de São Paulo	Doutor em Economia, 2012, Universidade de São Paulo, Brasil	2012	Gestão Pública
MARIA ALEXANDRA VIEGAS CORTEZ DA CUNHA	1980	1980 – 1982: Graduação em Informática, Universidade Federal do Paraná. 1983- 1987: Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná	Doutor em Administração, 2000, Universidade de São Paulo, Brasil	2014	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração
RENATO SÉRGIO DE LIMA	1991	1991 - 1995: Graduação em Ciências Sociais, USP	Doutor em Sociologia, 2005, Universidade de São Paulo, Brasil	2014	Gestão Pública
JULIANA INHASZ	2001	2001-2005: Graduação em Economia, Universidade de São Paulo	Doutor em Teoria Econômica, 2013, Universidade de São Paulo, Brasil	2016	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração

3.3.2 Tempo na EAESP

Ao analisar o tempo médio dos professores de AP da EAESP, constatamos que eles tinham, em média, 16 anos de permanência na instituição no começo de 2017. Essa média é dois anos maior que a dos professores de AE. Conforme constatado, não há uma grande disparidade entre o tempo de permanência dos professores de AP e de AE na EAESP. Enquanto 9 (25%) professores tem menos de 5 anos na instituição, apenas 3 professores fazem parte, há mais de 30 anos, do corpo docente. Destaca-se que a maioria dos professores do curso de AP tem entre 10 e 25 anos de EAESP, com a graduação inclusa.

A maior estabilidade dos professores de AP parece contraditória, principalmente se indagarmos a reforma do curso de AP em 2007: Houve alguma variação do perfil dos professores contratados? Ao realizar uma análise dos professores, notamos que, após 2007 (data da aprovação da reforma), um terço dos professores foi contratado, ou seja, já tinha em vista o novo projeto pedagógico e os novos objetivos da instituição. Dos 12 professores contratados após essa data, não se nota um perfil muito distinto daquele já presente no corpo docente, com o predomínio de professores oriundos das Ciências Sociais (4), professores da área de Computação da Estatística e do Direito Administrativo (3). Há, portanto, uma semelhança com os professores de AE que se constitui em engenheiros (1), economistas ou bacharéis com mestrado na FGV (2) e ex-alunos do curso de AP da EAESP (2). Assim, num primeiro momento, podemos observar na AP um perfil semelhante à AE, porém com maior permanência na instituição. Cabe então, perguntar o porquê dessa maior estabilidade num curso que acaba de passar por uma reformulação?

3.3.3 Credenciais e qualificações: Um perfil “acadêmico”

O percurso acadêmico do professor é fundamental para a sua contratação mais de dois terços são considerados qualificados pelas suas credenciais e engajamento acadêmico. Em comparação aos cursos de Administração que tem professores com menor grau de formação, o curso de AP da EAESP destaca-se pela quase totalidade de seus professores ter doutorado (31) ou mestrado (4). Além disso, as instituições que outorgaram tais títulos são extremamente prestigiosas, são elas: a USP, sendo responsável por 15 desses títulos, e a FGV, por 14 deles. O restante dos professores terminou seus estudos fora do país, traço distintivo de internacionalização, ou em universidades de menor prestígio, como a PUC-SP, por exemplo. Se, como vimos acima, há poucos professores que se graduaram na EAESP, praticamente metade deles (14) ingressa na instituição para concluir sua formação.

Além disso, essas 31 trajetórias acadêmicas vêm acompanhadas de três perfis distintos que reforçam a posição de prestígio da instituição. Apesar dos professores terem, em média, um longo tempo de EAESP (16 anos), 31 dos 36 professores leciona ou lecionou em outras instituições de ensino superior. Essas trajetórias podem ser de três tipos: (1) professores que passaram o começo da carreira em universidades particulares de baixo prestígio acadêmico e social, que constituem a maioria das instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, até a

efetivação na EAESP-FGV e o posterior desligamento dessas instituições; (2) os professores que, além de atuarem na EAESP-FGV, dividem sua carga horária com outras universidades particulares, como a Pontifícia Universidade Católica, INSPER ou a FAAP; , (3) e os professores de perfil mais acadêmico, que conseguiram cargos de professores temporários na USP e depois a efetivação na EAESP-FGV, assim como a participação em núcleos de pesquisas acadêmicos não vinculados à FGV e em cursos de curta duração em instituições públicas, como a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)⁵¹. Mesmo que os professores pertencentes ao terceiro perfil entrem mais cedo na EAESP-FGV, percebemos que os três perfis indicam que a instituição procura indivíduos experientes, muitas vezes já conhecidos nos campos de ensino, e voltados para o ensino e pesquisa acadêmicos: os mesmos 31 professores com doutorado lecionam ou lecionaram em outras instituições de ensino superior. Esse critério é ainda mais forte se pensarmos que apenas 14 trabalham ou trabalharam em empresas privadas, 15 em empresas públicas e 6 em organismos internacionais ou de cooperação.

A oposição do senso comum entre “práticos” “acadêmicos”, no sentido proposto por Engelmann , assim como em toda a literatura sobre a institucionalização das ciências no Brasil, não parece dar conta das relações complexas que os professores dos cursos de administração, principalmente aqueles da EAESP-FGV, estabelecem entre o universo acadêmico e o mundo profissional. Como mencionado anteriormente, Engelmann (2008) dirá que no caso dos professores de Administração dos programas de pós-graduação a docência é acompanhada geralmente de atividades de consultoria ou de direção de empresas privadas ou públicas (ENGELMAN, 2008, p.257). Mesmo que Engelman discuta o perfil geral dos professores dos programas brasileiros de pós-graduação em Administração, o perfil observado é muito semelhante àquele dos professores de graduação da FGV, ou seja, em vez de meros práticos, o saber acadêmico é extremamente valorizado dentro da instituição desde o começo da formação. Uma explicação provável para essa antecipação é que o “diferencial” da instituição está exatamente na “qualidade” do ensino e do conhecimento associado à FGV. Nesse sentido, mais do que a associação à EAESP, como instituição vinculada à administração de Empresas, pensa-se nos economistas ao serviço do Estado e na participação da FGV nos governos federais e locais. Como estudado por Carvalho (2014), a FGV aparece

⁵¹ A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é uma escola de governo, fundada em 1986 pelo Poder Executivo federal, que oferece formação e aperfeiçoamento em Administração Pública a servidores públicos federais.

como pauta importante das discussões sobre as novas teorias das organizações e constitui-se como um dos polos principais, no Brasil, na produção e divulgação desse saber.

Esse reconhecimento acadêmico fora da instituição pode ser vislumbrado pelo alto número de professores com premiações em eventos acadêmicos próprios da Administração, como o ENAPAD (Encontro Nacional de Pesquisa em Administração), como eventos das Ciências Sociais. 16 professores têm algum tipo de premiação acadêmica ao mesmo tempo que tem um ou vários livros publicados

3.3.3 Os grupos de professores da AP

Constatamos três traços distintivos dos professores de AP⁵²: formação majoritária fora da área de Administração; maior estabilidade; credenciais e engajamentos acadêmicos⁵³. Nesse sentido, nota-se uma aproximação com o que Engelmann observa nos programas de pós-graduação nos cursos de Administração de empresa (mas em um raciocínio que pode ser estendido para a AP). De acordo com ele,

o peso das disciplinas ‘puras’, ‘reflexivas’ ou ‘teóricas’ que funcionam como recurso nas disputas no interior do campo da formação acadêmica, em especial como recurso dos dominados na divisão do trabalho intelectual. (ENGELMANN, 2008, p.247).

Essa afirmação, aliada a um histórico de formação do Administrador Público na pós-graduação, explicita novamente a tensão entre uma formação “academicista” e uma formação mais voltada para a prática. Por um lado, a contratação de professores das disciplinas “puras” ou “teóricas” é necessária para a produção e ensino na AP, que se constitui como uma disciplina que integra diversas ciências sociais puras em sua reflexão. Keinert (1994, p.45-46) afirma que “consolida-se o conceito de cidadania, a noção de direitos e ocorre, conseqüentemente, o fortalecimento da cultura democrática”. Nesse sentido, parece-nos que há uma participação cada vez maior do Direito e das Ciências Sociais, (assim como da Estatística e da Psicologia) na produção sobre AP. Por outro lado, como visto acima, há uma vontade por parte dos professores do curso de retomar a influência anterior do curso na gestão

⁵² A lista completa dos professores de AP, assim como parte de suas informações está no apêndice B.

⁵³ O uso do termo acadêmico ainda será explorado no perfil dos professores de AP. Entretanto, notamos aqui a participação em congressos acadêmicos que eram minoritários nos professores de AE. Nesse sentido, o uso de “acadêmico” aqui é mais próximo do sentido original do produtor de conhecimento científico.

pública, nesse sentido há ainda a necessidade de professores formados em Administração Pública e que participem do mercado de trabalho.

Diferentemente da análise que realizamos com os professores de AE, o aspecto geracional tem menos peso, tendo em vista o tempo maior de permanência dos professores e o fato de que a contratação de professores das ciências sociais, do Direito, da Estatística e da Psicologia são pouco numerosas para que analisássemos a sua frequência por década. Nesse sentido, a descrição dos perfis dos professores considerará as suas graduações de origem, um indicador significativo para compreensão de suas trajetórias e engajamentos futuros.

A partir das informações levantadas acima, separamos os professores em seis grupos. Eles se distinguem pelo tempo na FGV e em outras instituições, distinguem-se também pelos cursos de graduação e pela atuação no mundo público e/ou privado. Poderíamos lidar com um corpo professoral heterogêneo, porém os doutorados e os períodos de internacionalização indicam os principais perfis de professores que analisaremos nas seções a seguir.

3.3.3.1 Os cientistas sociais

A trajetória mais comum dos professores da Administração Pública⁵⁴ é a formação nos cursos de Ciências Sociais da USP ou da PUC. Essa formação é extremamente prestigiosa, com todos eles tendo recebido títulos de doutorados da FFLCH ou da PUC-SP. Como afirmado anteriormente, nos anos 1980 e 1990, o paradigma da Administração Pública aproxima-se da Ciência Política, logo vemos um movimento constante dado pela contratação desses professores.

O ingresso na EAESP ocorre geralmente após o término do doutorado. Em alguns casos, há a passagem anterior por universidades privadas de baixo prestígio social. Nesse sentido, é interessante notar como não há quase nenhum tipo de atuação profissional no mundo empresarial, tanto público quanto privado, e que o reconhecimento (medido através de prêmios e da formação de relações com universidades estrangeiras) só se concretiza com a entrada na EAESP. Entretanto, o perfil é muito diversificado quanto à produção e à integração na área acadêmica: há professores que se mantêm muito vinculados a sua área de origem

⁵⁴ Os professores que atribuímos a esse grupo são: Alexandre Abdal Cunha, Ana Cristina Braga Martes, Claudio Gonçalves Couto, Fernando Luiz Abruccio, Francisco Cesar Pinto Fonseca, Marco Antonio Carvalho Teixeira, Maria Cecilia Spina Forjaz, Marta Ferreira Santos Farah, Renato Sergio de Lima.

(principalmente os provenientes da área de ciência política), obtendo posições de destaque na ANPOCS, enquanto outros se afastam da produção acadêmica das ciências sociais, dirigindo-se para as consultorias nas ciências aplicadas.

Eis uma trajetória que corrobora esse perfil:

Fernando Luiz Abrucio (CA; EA) é formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1987-1990), além de ter interrompido uma graduação em Comunicação Social pela ESPM (1987-1989). Em 1991, inicia sua dissertação de mestrado no Departamento de Ciência Política da USP, que resultou no livro *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira* (1998) que foi premiado tanto como a melhor dissertação de mestrado (1998) do programa de Ciência Política da USP como o melhor trabalho em Administração Pública pela ANPAD (1998). Durante o mestrado, trabalhou como jornalista na Gazeta Mercantil (1994-1995).

Desde 1995, data de término do mestrado, é professor da EAESP. De 1996 até 2008 foi professor da PUC-SP. Em 2000, Abrucio obteve o título de Doutor pelo Departamento de Ciência Política da USP com uma tese sobre as relações federativas no Brasil.

Foi colunista político da revista *Valor Econômico* entre 2000 e 2006 e da Revista *Época* de 2007 a 2013.

Na EAESP, ocupou o cargo de coordenador do Mestrado e Doutorado em Administração Pública e Governo (2006-2010) e desde 2011 é coordenador do curso de Graduação em Administração Pública. Ele leciona nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado de Administração Pública.

Foi Coordenador do GT Poder Político e Controles Democráticos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, entre 2005 e 2006, e ocupou novamente a posição desde 2013. Abrucio pesquisa temas nas áreas de Ciência Política, Administração Pública, Políticas Públicas e Política Comparada, tendo publicado 19 artigos em periódicos e publicado 2 livros.

O grupo dos cientistas sociais varia muito pouco segundo a época de formação de seus professores. Há professores de todas as faixas etárias e com ingresso em diversos momentos das últimas quatro décadas. As únicas diferenças perceptíveis é a já conhecida “extensão dos circuitos de legitimação” (BOURDIEU, 1989), que faz com que os professores recentes sejam recrutados pela instituição somente após a conclusão do doutorado e algum tipo de experiência acadêmica em outras instituições.

Francisco César Pinto da Fonseca (CA; EA) é professor da EAESP desde 1995. Formado em Ciências Sociais pela PUC-SP (1983-1987), ele trabalhou como técnico da Secretária do Estado do Meio Ambiente e da CETESB entre 1989 e 1997. Fonseca realizou um mestrado em História entre 1990 e 1994 na UNICAMP. Durante o mestrado, em 1992, ele começou a lecionar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e, em 1995, ao final de seu mestrado, virou professor da EAESP. Entre 1996 e 2003, foi professor de Ciências Sociais na PUC-SP. Fonseca fez uma tese de doutorado em História Social na USP, analisando a influência da grande mídia na constituição da Agenda Ultraliberal no Brasil.

Em 2005, ele realiza uma pesquisa, junto à Secretária Nacional de Segurança Pública, sobre segurança pública. Além disso, em seu currículo consta, sem especificar a data, que Fonseca elaborou boletins semanais de Análise de Conjuntura Políticas e Econômica sobre a Realidade Brasileira para a UNESCO

Pela EAESP, é professor de Ciência Política nos cursos de Graduação e pós-graduação no programa de Administração Pública e Governo. Além disso, desde 2012, coordena cursos pela FGVInCompany. Os citados em seu currículo incluíam: Curso de Recursos Humanos na ALESP (2015), curso de Políticas Públicas de trânsito no DETRAN/RS (2014), curso de Políticas Públicas para a ciência e tecnologia INPE (2013) e cursos de gestão pública, (2010 e 2015-2016), curso de Parcerias Público Privadas (2012) e curso de contabilidade jurídica (2015) para a prefeitura de Ipatinga/MG.

O perfil de Fonseca apresenta diferenças significativas do perfil de Abruccio. Apesar de graduados no mesmo curso (Ciências Sociais), com quatro anos de diferença, e terem ingressado na EAESP no mesmo ano Abruccio possui um perfil muito mais acadêmico, no sentido tradicional do termo, tendo recebido premiações e atuado exclusivamente no ensino e na pesquisa na área da Ciência Política. Além disso, ele se dedicou a estudar um tema central para a Administração Pública: a relação federativa brasileira. Fonseca, por sua vez, trabalha em consultorias para secretarias nacionais, e na EAESP leciona e coordena os cursos da FGVInCompany, cursos de vertente prática contratados por empresas ou órgãos públicos. Nesse sentido, Fonseca se assemelha muito mais a um consultor para órgãos estatais. Esse perfil é o mais discrepante dentre aqueles dos professores oriundos das Ciências Sociais. Entre todos esses casos, não constatamos nenhum tipo de atuação no universo empresarial nem no estado, os trabalhos centram-se principalmente em grupos de pesquisa da própria FGV como em centros de pesquisa externos, a exemplo do CEBRAP.

3.3.3.2 Os professores oriundos de cursos profissionalizantes

Em oposição aos professores formados em Ciências Sociais, aqui reuniremos 19 professores formados em cursos profissionalizantes⁵⁵. Apesar de certa unidade do grupo no que concerne a uma formação em cursos tradicionais – Administração de Empresas, Administração Pública, Direito, Engenharia ou Economia – e à atuação no mercado de trabalho privado e público, há uma diferença geracional muito forte que implica as formas de atuação na instituição e de integração no Estado e no mercado de trabalho. Nesse sentido, tentaremos reconstruir essas mudanças descrevendo os tipos ideais de três períodos de formação: as décadas de 1960 e 1970, a década de 1980 e as décadas de 1990 e 2000.

É interessante notar como cada vez mais se constata uma reprodução dos ex-alunos da EAESP virando professores da própria instituição. Assim, o primeiro grupo tratará de engenheiros que viraram administradores, o segundo, de alunos que cursaram concomitantemente USP e EAESP nas décadas de 1970 e 1980 e os últimos dois grupos indicam o estado contemporâneo desse movimento e as perspectivas futuras da instituição.

3.3.3.2.1 A geração dos anos 1960 e 1970: Os engenheiros

Este grupo é o menor contando apenas com 3 professores⁵⁶ que se formaram na Escola Politécnica da USP nas décadas de 1960 e 1970. Como veremos adiante, é o único dos grupos que vem exclusivamente da escola Politécnica, polo mais acadêmico no ensino da Administração, segundo Grun (1990), durante os anos 1960, período no qual esses três professores entram no ensino superior. Eis um perfil típico desse grupo:

⁵⁵ Os professores atribuídos a esse grupo são: Álvaro da Silva, Antonio Gelis Filho, Carmem Augusta Varela, Cibele Franzese, Claudio Gonçalves Couto, Clovis Bueno de Azevedo, Fernando Burgos Pimentel dos Santos, Francisco Humberto Vignoli, Gustavo Andrey de Almeida Lopes Fernandes, José Ernesto Lima Gonçalves, Juliana Inhasz, Lauro Emilio Gonzales Farias, Ligia Maura Fernandes Garcia da Costa, Marcos Fernandes Gonçalves da Silva, Marcos Vinicius Peinado Gomes, Maria Angelica Lecione Pedretti, Mario Aquino Alves, Orlando Cattini Junior e Sergio Luiz de Moraes Pinto.

⁵⁶ Os professores desse grupo são: José Ernesto Lima Gonçalves, Sergio Luiz de Moraes Pinto e Orlando Cattini Junior.

O professor **Sergio Luiz de Moraes Pinto**, professor do departamento de Gestão Pública é muito elucidativo dos dilemas de tal grupo. Formado na Escola Politécnica na turma de 1975, ele vira professor da EAESP em 2011, após 26 anos como inspetor fiscal da Prefeitura de São Paulo e professor de universidades privadas, tais como UNIFEO e São Judas Tadeu. Essa trajetória no setor público permite que ele consiga virar coordenador de Estudos Econômicos da Secretaria de Planejamento, Gestão e Orçamento da PMSP (entre 2009 e 2013). A entrada na FGV, em 2011, coincide com outras formas de atuação: a direção da Escola Municipal de Administração Fazendária (2013-2015) e como consultor junto ao Banco Mundial (2016).

Diferentemente dos outros grupos, todos esses professores são contratados pelo seu “engajamento profissional”. Como a razão das contratações é o “engajamento profissional”, evidencia-se o tempo de maturação profissional. Enquanto Sergio Pinto é um concursado da prefeitura há mais de duas décadas, Orlando Cattini Junior trabalha como técnico em diversas empresas privadas, como a Itaú (1976-1987), e como gerente na Duratex (1989-1994). Nesse sentido, não há uma tendência para uma atuação no setor público ou privado. Em todos os casos, a contratação pela instituição é tardia: todos os professores esperam no mínimo 13 anos após o fim da graduação para serem contratados. Eles apresentam um perfil muito semelhante à maioria dos professores dos cursos de pós-graduação em administração no Brasil: não possui dedicação exclusiva para com a instituição, e termina sua formação durante a atividade acadêmica. Assim, dos três professores, apenas José Ernesto Lima Gonçalves termina seu mestrado antes de sua contratação, sendo que os outros dois começam seus doutorados, na própria instituição após sua contratação.

A passagem pela iniciativa privada como funcionário ou pelo concurso público são as principais fontes de renda – que serão complementadas com os rendimentos de cursos em faculdades privadas (São Judas Tadeu, FEI, IDORT, FECAP, são alguns exemplos) ou com a atuação em cargos por indicação – antes da contratação pela GV. Nesse sentido, nota-se como a formação acadêmica é deixada de lado: a pouca preocupação com os currículos Lattes, a ausência de prêmios acadêmicos e a ausência de livros publicado, manuais e participação na imprensa e na mídia.

As formas de atuação profissional também são marcadas historicamente: as interfaces entre o Estado, as empresas e a GV, nesse caso, dão-se, sobretudo, pela CLT ou pelo concurso público, ou seja, pela contratação e atuação direta nas instituições, diferentemente dos

professores mais jovens que, através da FGV Projetos, fazem consultorias às empresas (públicas e privadas) do interior da própria GV.

3.3.3.2.2 A geração dos anos 1980-1990: Os administradores públicos

Esse grupo, composto de 4 professores da graduação⁵⁷, constitui-se como próprio de um período político brasileiro específico. Formados em Administração Pública pela FGV e tendo cursado, concomitantemente, outro curso na USP (Economia ou Direito), durante o meio ou o fim dos anos 1970 e o começo da década de 1980, é um grupo que presencia a retomada histórica da Administração Pública no começo da década de 1980 e consegue, portanto, unir um início de trajetória na função pública (logo após ou durante o fim da graduação) com uma carreira docente tanto na FGV como em outras instituições de prestígio, como a PUC-SP.

Francisco Humberto Vignoli (CP; EP) formou-se em Administração Pública pela EAESP em 1976. Após a graduação, lecionou no curso de Administração da Universidade São Francisco de Assis até 1985, enquanto cursava o mestrado em Administração de Empresas na EAESP (1978-1984). Após a conclusão do mestrado, ocupa diversas posições no setor público (posições não concursadas). Entre 1985 e 1986, Vignoli foi assessor do Grupo de Planejamento Central da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Em 1989, ele assumiu a Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Santo André. Entre 1990 e 1992 ele foi diretor do Departamento de Licitações e Materiais da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo e entre 1993 e 1996 foi Secretário de Finanças da Prefeitura de Diadema.

Entre 1987 e 2003, ele foi professor do Departamento de Economia da PUC-SP e desde 1994 ele é professor da EAESP. Na EAESP, lecionou disciplinas de Macroeconomia, Economia Brasileira, Política Fiscal, Economia Aplicada e Economia da Saúde em cursos de graduação e pós-graduação tanto para Administração Pública quanto para a Administração de Empresas. Publicou dois livros sobre Planejamento e Orçamento Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em seu currículo, constam mais de 100 consultorias ligadas à elaboração de projetos tributários, modernização da gestão e assessoria na área orçamentária para municípios brasileiros, principalmente paulistas (não fica claro se estas foram feitas pela FGVProjetos ou por uma empresa de Consultoria).

⁵⁷ Os professores desse grupo são: Álvaro da Silva, Clovis Bueno de Azevedo, Francisco Humberto Vignoli e Mario Aquino Alves

As carreiras na área pública geralmente começam como funcionários de carreira ou pesquisadores juntos à FUNDAP e depois avançam para cargos mais elevados (e de indicação), como secretários municipais ou chefes de gabinetes. Se a entrada desse grupo na academia é nos anos 1990, seu perfil está muito vinculado ao término do regime militar e ao processo de redemocratização da sociedade. É interessante ver a atuação desse grupo em secretarias de municípios ou do Estado de São Paulo até o meio da década de 2000. Em seu relatório para a reforma do curso de AP, Fonseca (2008, p. 19) dirá que “a experiência do governo Covas teria sido marcante tanto para a sociedade como para o curso de AP da Escola, tendo em vista o número de professores e mesmo alunos de pós-graduação que ocuparam cargos no primeiro e segundo escalão”. Como veremos adiante, nem todos esses professores compartilham desse perfil, mas aqueles que o têm demonstram o auge de seu envolvimento com a área pública nesse período, visto que a institucionalização dessas formas de atuação sofreria um retrocesso com o governo Alckmim (FONSECA, 2008, p.19).

O caráter unitário do grupo aparece ainda mais fortemente quando, entre 2007 e 2008, frente às pressões pela reforma do curso, esses professores, representados por Mario Aquino Alves (representante mais jovem e mais acadêmico deles), reivindicam uma participação na sociedade semelhante àquela dos anos 1990, quando tanto professores como alunos participavam do governo, desta vez em secretarias municipais e das fundações de pesquisa.

3.3.3.2.3 Os professores das décadas de 1990 e 2000.

Este grupo composto por 12 professores, formados apenas na USP ou na EAESP, é muito semelhante ao anterior. Todavia, estes parecem aproveitar de espaços de atuação abertos e consolidados pelos professores da geração posterior. Neste sentido, mesmo que eles atuem também na interface entre o Estado e o mundo acadêmico, as formas de integração no Estado são distintas. Observemos dois perfis típicos desse grupo:

Cibele Franzese (CA; EA) se formou em Direito pela Universidade de São Paulo em 2000. Entre 2001 e 2003 participou da elaboração do Planejamento estratégico da Prefeitura de São Carlos, enquanto Diretora da Gestão do Governo. Entre 2003 e 2005 realiza seu mestrado em Administração Pública e Governo com uma dissertação sobre as relações intergovernamentais brasileiras na EAESP. Concomitante ao doutorado, que inicia na mesma instituição em 2006, Franzese leciona na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP) na área de políticas públicas (2005-2010) e na ENAP, entre 2007 e 2010.

Desde 2008, o terceiro ano de seu doutorado, Franzese leciona na EAESP. Ela leciona na graduação de Administração Pública e nos cursos de especialização lato sensu de Administração do Terceiro Setor e Excelência em Gestão para Profissionais da Justiça da GVPEC. Além disso, em sua página no site da instituição, consta que ela leciona nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo.

Mais recentemente, Franzese foi convidada para ser Secretária Adjunta de Gestão Pública (2011-2012) e secretária de Planejamento e Desenvolvimento Regional (2012-2015) do Governo do Estado de São Paulo.

Gustavo Andrey de Almeida Lopes Fernandes (CA; EA) cursou Economia na Universidade de São Paulo entre 2000 e 2003. Não obtivemos informações de suas atividades entre 2003 e 2005, mas em 2005, Fernandes começou seu mestrado em Economia na USP. Em 2007, tornou-se assessor técnico do Tribunal de Contas de São Paulo, cargo que ocupa até hoje. Quando terminou o mestrado tornou-se professor assistente do INSPER (2007-2010). Em 2008, iniciou o doutorado em Economia na USP ao mesmo tempo que coordenou a Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Ao fim do doutorado, em 2012, Fernandes foi contratado pela EAESP, primeiro como professor extracurricular e, desde 2014, como professor assistente.

Na EAESP, lecionou disciplinas para as graduações de AP e de AE sobre microeconomia, desenvolvimento brasileiro e Instituições Públicas e políticas comparadas. Na pós-graduação (não especificado o curso), Fernandes lecionou sobre Política e Gestão da Educação no Brasil. Em 2015, Fernandes realizou um pós-doutorado no King's College de Londres e, em 2016, em Harvard. Desenvolveu pesquisa de políticas públicas, tratando especialmente dos temas de educação e desenvolvimento.

Os perfis de Cibele Franzese e Gustavo Andrey Fernandes exemplificam as trajetórias desse grupo de professores formados pela USP. Diferentemente dos professores formados na

década de 1980, eles cursaram apenas a USP, para, logo em seguida, irem para a função pública (concursada ou não). É interessante notar como em ambos os casos, há a procura por uma especialização ou mestrado após 2 ou 3 anos nos cargos. Em ambos os casos, a entrada na instituição acontece no fim do doutorado, sempre realizado na própria EAESP. Entretanto, há em comum o fato de que ambos trabalharam na Administração pública municipal e estadual e, atualmente, atuam na pós-graduação e nos cursos de educação continuada da EAESP. A institucionalização desses espaços é uma esfera de influência na vida pública que a geração anterior de professores não possuía, por isso permaneceu tanto tempo no serviço público ou em instituições externas à FGV.

Fernando de Amaral Nogueira (CA; EA) formou-se em Administração de Empresas pela EAESP em 1995. Após a graduação, não é muito precisa sua trajetória, mas ele trabalhou em diversas instituições do mundo empresarial, como na Fundação W.K.Kellogg (1999-2000), GIFE, Amcham e CDI. Em 2002, Nogueira realizou um MBA em Gestão Executiva e começou a trabalhar em Fundações com Comitê para a Democratização da Informática (2001-2002), a Câmara Americana de Comércio (2002-2003) e para a FUNDAP (2003-2005). Em 2004, Nogueira começou o mestrado que permitiu que ele, como mestre, começasse a lecionar na EAESP, em 2007. Na mesma época lecionou em outras faculdades particulares como a FIAP (2007-2009) e a ESPM (2009-2016). Em 2010, ele iniciou o Doutorado na EAESP, realizando um intercâmbio na New School, nos Estados Unidos.

Na EAESP, lecionou nos cursos de graduação em Administração de Empresas e Administração Pública e foi editor da Revista GVCasos sobre o ensino de Administração.

Ele realizou consultorias em gestão de associações sem fins lucrativos (não especificando as associações nem a forma).

Atualmente, ele é Coordenador de Projetos de Inovação Pública na Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo, sob a “gestão” do Prefeito João Dória

O caso de Fernando Amaral Nogueira distingue-se dos anteriores por ter cursado toda sua formação na EAESP e por ter se voltado ao terceiro setor em vez do Estado. Nogueira exemplifica bem esse perfil de professores, descrito no capítulo anterior, que consegue, do interior da instituição e na interface com consultorias, uma forma de atuação própria da FGV, que alia centralização das atividades de formação e de consultoria dentro de seu seio a partir do começo da década de 2000. Como discutimos no capítulo anterior, essa atividade é denominada na instituição de “acadêmica”, porém ela age como fator de diferenciação dos

espaços de formação em Administração (ENGELMANN, 2008, p.257) e reforça o valor simbólico de seus cursos de graduação, assim como a influência da instituição na elaboração de políticas públicas.

Além disso, enquanto os primeiros cursam tanto a USP como a FGV, estes só cursaram os cursos de Administração na GV e ficaram exclusivamente na instituição durante toda a sua formação, que é a mais longa, porém menos intervalada. Enquanto os professores mais antigos apresentavam uma formação intervalada, com uma saída para o mercado de trabalho logo após o fim da graduação, esse grupo percorre todas essas etapas da formação acadêmica bem mais rápida, com no máximo uma passagem curta (1 ou 2 anos) no mercado de trabalho. Essa precocidade na obtenção de título de doutor indica tanto uma entrada mais cedo na instituição, não necessariamente como professor extracarreira, como também uma entrada pelo polo “acadêmico” da instituição.

Dentro desse grupo de professores é importante mencionar aqueles formados na própria EAESP no final dos anos 1990 e no começo dos anos 2000. Eles apresentam o perfil mais acadêmico, já tendo publicado livros, assim como obtiveram prêmios da instituição. Dessa maneira, parecem ser os mais adequados ao “espírito da instituição”. Se ainda não há um grande reconhecimento no campo da administração, pode-se supor que a precocidade destes ainda não os fez alcançar o auge da carreira. O estudo da continuação dessa trajetória mostra-se interessante para refletirmos quais os caminhos que esse novo professor da GV pode alcançar tanto no universo público como no universo empresarial.

3.3.3 Os dois perfis dos professores de Administração Pública

Dada às descrições apresentadas, é possível afirmar que há dois tipos principais de professores no curso de AP da EAESP: o primeiro, representativo de professores formados nas Ciências Sociais, principalmente na Ciência Política, e o segundo formado por todos os professores com graduações em cursos mais tradicionais, entre eles Engenheiros da USP e Administradores formados tanto na USP e na EAESP ao longo das décadas. Essa oposição entre os dois grupos de professores pode ser reposta na oposição entre o ensino e a pesquisa em disciplinas “puras” ou “teóricas” e o ensino e a prática.

A atuação por parte dos professores de todas as gerações seja os engenheiros, os administradores das décadas de 1970 e 1980 ou aqueles das décadas de 1990 e 2000 constitui

uma prática baseada e legitimada pela série de conhecimentos que eles adquirem em suas formações prestigiosas e suas trajetórias profissionais dentro e fora da instituição. Nesse sentido, gostaríamos de aproximá-los do termo “expert”. Estudando a intelectualidade francesa, Sapiro (2009) propõe uma tipologia das modalidades de engajamento dos intelectuais. Para Sapiro: “*o expert é aquele que informa as decisões dos poderes políticos e fornece os fundamentos científicos das políticas públicas*” (2009, p.27, tradução nossa). Ora, essa figura só existe pela posse de um saber cientificamente certificado e pela elaboração de um diagnóstico que segue procedimentos determinados e que garantem sua “neutralidade” (SAPIRO, 2009, p. 11; 27). Assim, a posse dos títulos de instituições de ensino superior prestigiosas (USP, EAESP), assim como as passagens em instituições públicas são fundamentais.

A partir dessa definição, percebemos uma dupla dependência na estrutura do corpo docente do curso de AP da EAESP. Por um lado, o valor simbólico do corpo docente depende de sua inserção no mercado de trabalho público (estatal ou não-estatal), visto que os alunos procuram reproduzir as posições de seus professores. Nesse sentido, haveria uma valorização dos professores mais integrados a este mercado. Por outro lado, a diminuição de oportunidades de trabalho no setor estatal frente à Reforma do Estado, aliado à formação do Administrador Público na pós-graduação, até o começo da década de 2000, privilegiou perfis “acadêmicos”, aqueles voltados à instituições produtoras de expertise. Da mesma forma, a aproximação disciplinar com as Ciências Sociais, principalmente através de uma agenda comum (desigualdades, políticas públicas, segurança pública) privilegiou a aproximação ainda maior de professores mais acadêmicos. Esse movimento de aproximação entre professores pesquisadores e a criação de diversos centros de pesquisa legitimou a instituição, por meio de seus agentes, como *think tank*, atribuindo um forte valor simbólico mesmo aos professores mais voltados à docência. Nas últimas duas décadas, a EAESP conseguiu construir uma série de espaços que permitiram o maior contato, dentro da instituição, entre as instituições públicas (estatais e não-estatais) e os professores, conseguindo realizar a influência que a EAESP tinha no serviço público, na atualidade por meio de seu sistema de consultorias e prestação de serviços especializados.

3.4 Algumas considerações

A análise histórica que empreendemos no começo do capítulo dá conta do lugar comumente secundário do curso de Administração Pública no seio da EAESP. Diferentemente dos cursos de AE, que sofreram uma expansão enorme e praticamente ininterrupta desde a década de 1960, os cursos de AP sofrem uma retração até a década de 1990, quando a formação dava-se exclusivamente pela pós-graduação. O curso da EAESP é um dos poucos que permaneceu funcionando durante todo esse período. Entretanto, o diagnóstico feito pelos professores da instituição é de um descompasso entre os interesses dos alunos e dos professores frente a um novo cenário de atuação estatal.

Segundo o relato dos professores, a Escola teria tido o auge de sua importância na formação de quadros públicos e de pesquisa aplicada na área pública entre o final da década de 1980 e a década de 1990. Nesse período, a instituição teria agido como um polo irradiador do saber acadêmico direcionado para governos municipais e estaduais progressistas. Ao mesmo tempo, há um discurso que argumenta que a EAESP não soube aproveitar essas experiências, por não ter espaços institucionais para a produção de um diagnóstico acerca delas. Além do que, os professores acreditam que o curso de Administração Pública era muito próximo daquele de Empresas, visto que muitos dos alunos iam trabalhar no setor empresarial. Em resumo, há nos discursos dos professores que foram analisados um sentimento de “potencial desperdiçado”⁵⁸.

A reforma do curso de AP, que é implantada em 2010, cria uma divisão muito mais clara entre os cursos de AP e AE. Neste sentido, a redução de vagas, a forma de ingresso específica (que privilegia alunos com diplomas internacionais e escolhe, por meio de uma prova oral, os perfis mais adequados para o curso) e um programa intensivo de estágios em organismos nacionais e internacionais constituem medidas para a formação de um curso de elite que visa a produção de agentes preparados para assumir um papel de destaque na arena pública. Porém, esta não é mais entendida como a atuação no Estado, mas sobretudo em ONGs, empresas do terceiro setor, Organizações Sociais (OS)⁵⁹ e todos os outros tipos de

⁵⁸ A constituição de um mal-estar com a perda do papel de destaque da Administração Pública em São Paulo indica uma crença no valor intrínseco da contribuição da EAESP ao desenvolvimento da administração pública paulista. Nesse sentido, é interessante indicar que tanto nas falas dos professores entrevistados por Fonseca (2008) como em todas as obras históricas publicadas pela FGV que tratam da história da Administração Pública, a FGV aparece como a expressão da modernidade que deve convencer a todos da justeza de sua proposta enfrentar as forças do atraso brasileiras.

⁵⁹ OS é o título que o Poder Executivo outorga a uma entidade privada sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do setor público para realizar seus fins (que devem ser de interesse social,

instituições públicas não estatais criadas com a Reforma do Estado, cuja responsabilidade coube a Bresser-Pereira, professor da instituição.

Como já afirmamos, não há pesquisas disponíveis acerca do perfil dos alunos interessado por tais cursos, porém a partir dos discursos analisados e do perfil dos professores, podemos inferir duas coisas: há uma proximidade social entre os alunos de AP e AE até a década de 2000 e há também um circuito de reprodução cada vez mais pronunciado no interior da EAESP. Nesse sentido, imaginamos um público muito semelhante ao descrito no segundo capítulo, de um grupo relativamente diverso de alunos, com um feixe de trajetórias voltando-se para o setor público, como exposto no projeto político-pedagógico do curso. Por outro lado, haveria o mesmo discurso, que aglutina diversas frações de classe, que enfatiza a excelência, o esforço e a experiência profissional. Tal como analisado por Khan (2015) acerca das elites provenientes de um internato nos Estados Unidos, acredito que a retórica individual do trabalho árduo e da ambição desses grupos seja um dos seus traços mais proeminentes. Como diz Gustavo de Sá Carneiro no relatório de Fonseca (2008)

‘Vocês ficam aí às vezes com medo do futuro, vocês estão condenados ao ‘sucesso’, e não é porque vocês estão estudando em uma grande Escola, é porque vocês entraram nessa Escola e para entrar nessa Escola você precisa ser um animal feroz e não importa onde vocês façam o curso ou não façam o curso. Vocês são do tipo de ser humano que está provavelmente condenado ao sucesso’. (FONSECA, 2008).

Por fim, há uma excepcionalidade do curso de AP que parece reforçar o lugar da EAESP como uma das posições mais “acadêmicas” no campo das instituições de ensino em Administração Pública. Diferentemente do curso de AE, não há uma oposição tão pronunciada entre o mundo profissional e o mundo acadêmico, como podemos perceber nas figuras dos professores. A escola reforça seu valor simbólico de possuir o melhor conhecimento, o mais atual, sendo uma das únicas instituições capazes de ofertar um curso no Brasil que insere profissionalmente seus alunos nos órgãos públicos, sejam municipais, estaduais federais ou internacionais.

Há uma circularidade do movimento da instituição: ao mesmo tempo que ela constrói simbolicamente sua posição pela vinculação com o mercado profissional de agentes estatais e não-estatais das arenas nacionais e internacionais (OS, ONG etc.), reforça essa mesma

dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde) conforme exposto na Lei Federal n. 9637 de 18.05.1998.

posição por meio da hegemonia na oferta de estudos, análises e formulações de políticas públicas dados pelo DAPP e pela FGV Projetos. O selo de acadêmico também atua no processo de reprodução de novos quadros, seja para a instituição (seus novos professores e pesquisadores) seja para incrementar o valor social de experts, consultores e professores de instituições de ensino superior ou especializadas em treinamento profissional. Como enunciado no fim do capítulo II, esse quadro de reprodução se intensifica ainda mais, a partir do fim dos anos 2000, com a FGV formando seus programas de pós-graduação e formando seu próprio corpo docente.

Conclusão

Nesta dissertação tentamos analisar a FGV como um caso exemplar de vinculação entre o processo de formação universitária (o mercado educacional), o setor profissional e as funções do Estado. Esses vínculos aparecem de maneira clara no corpo docente dos cursos de AE e de AP da EAESP. Há semelhanças no perfil dos professores de ambos os cursos, que combinam a docência na EAESP com a docência em outras faculdades, a consultoria, a expertise e a direção de empresas públicas e privadas.

Entretanto, é marcante a diferença quantitativa entre os dois cursos: o de AE contando com 164 professores e o de AP com 36, o que evidencia as primeiras diferenças. Entre os professores de AE, há um corpo docente muito desigual, com um tempo na instituição igualmente desigual (em média 14 anos) e professores oriundos de instituições prestigiosas academicamente e de faculdades privadas. Nesse sentido, nota-se como os professores da década de 1960 e 1970 conseguiram, com uma carreira profissional de sucesso, conciliar a docência e a atividade na empresa. Hoje a maioria encontra-se em posições de destaque, seja na consultoria, na intermediação com o mercado financeiro ou como expert em agências regulatórias (como a do meio ambiente).

Por outro lado, há um corpo docente menor e mais homogêneo na AP, com a maioria dos professores oriundos de faculdades prestigiosas, tais como a USP, a EAESP ou a PUC-SP. O corpo docente da AP tem mais títulos acadêmicos (31 doutores, sendo que 7 com pós-doutorado no estrangeiro). No entanto, não é a inserção no mercado de trabalho privado que age como escala na hierarquia dominante, mas sim o prestígio no Estado e nas agências de pesquisa do Estado, tal como a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP)⁶⁰. Nesse sentido, percebemos que cada geração de professores interage com o Estado de uma forma diferente.

Talvez a maior similaridade entre os dois grupos possa ser encontrada entre os professores mais novos, que cursaram suas graduações no final dos anos 1990 e no começo de 2000. Esses professores, que são formados pela FEA-USP ou pela EAESP, lecionam em diversas faculdades, têm uma passagem relativamente breve no mercado de trabalho antes de terminar sua formação (com mestrados e doutorados em instituições prestigiosas de São Paulo), sendo exemplos típicos da “profissionalização da profissão acadêmica”. Assumindo

⁶⁰ A FUNDAP é um órgão estadual paulista que foi criado em 1974. Ele é uma instituição de capacitação, pesquisa e consultoria. Em 2015, ela foi extinta no governo Alckmin.

novas funções, a instituição, pela primeira vez em sua história, cria uma trajetória “não acadêmica” para seus professores que permite que eles trabalhem no universo da consultoria e mantenham relações com empresas e com o Estado brasileiro no seu interior. Essas consultorias podem ser tanto no setor público quanto no setor privado, por isso não há quase diferença entre esses professores.

No segundo capítulo, caracterizamos a EAESP como a escola do empresariado paulista pela representação simbólica de Abilio Diniz e por todo um histórico de formação de empresários e gerentes. Entretanto, à luz dessas informações, tornou-se indispensável caracterizar melhor esse empresariado e os setores sociais atraídos pela EAESP. Como tentamos mostrar tanto na introdução quanto no capítulo 1, a FGV se favorece enormemente de sua relação com o Estado brasileiro, o que nos permite afirmar que o curso de Administração de Empresas, através dos seus professores mais prestigiosos, ensina a ser o administrador que aproveita essa relação com o Estado. Da mesma maneira, o curso de AP acompanha essa relação com o Estado e, sob o prisma da Reforma do Estado, redireciona as possibilidades de atuação em suas agências regulatórias e em toda a gama de organizações públicas não estatais. Nessa direção, faz sentido aproximar ambos os públicos do que Francisco de Oliveira classifica de uma nova classe social, caracterizada como:

A nova classe tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semi estatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. (OLIVEIRA, 2003, p.148).

Não se trata, porém, de uma relação patrimonialista, ou seja, de imbróglio entre o público e o privado na relação com o Estado, mas de uma crença forjada simbolicamente por meio da importação de discursos estrangeiros – ressignificados no espaço nacional –, e inculcada em seus mais de 100 mil alunos espalhados pelo Brasil.

Apesar da análise do perfil de 200 professores, essa pesquisa não conseguiu abordar a totalidade da FGV, em seus cursos de graduação, pós-graduação, extensão e especialização, nem suas atividades de pesquisa e consultoria. Nesse sentido, a análise desses múltiplos setores, de seus pesquisadores-professores-funcionários, de seu público e de seus institutos de pesquisa seria fundamental para compreender o papel que a FGV exerce hoje como *think tank* e a influência na agenda política e econômica brasileira. Em trabalho de 1993, Grun (p. 27) já apontava a EAESP como local neutro que atraía diversas frações da elite. Mas precisaríamos pensar, ainda, nas novas elites do capitalismo financeiro (Hey; Grimaldi-Chirstensen; Savage,

2017) e como elas estariam ou não representadas na instituição. Nesse sentido, poderíamos pensar na produção de uma ideologia dominante (BOURDIEU, 1976) no seio da FGV, inculcada em seus alunos e transmitida para toda a sociedade através de sua posição de prestígio.

Como esboçado na introdução, a FGV é uma instituição demasiada complexa para que conseguíssemos tratá-la em sua totalidade em uma dissertação. O trabalho realizado a partir da análise de dados dos professores dos cursos de graduação de AE e AP poderia ser expandido para os cursos de especialização e de pós-graduação oferecidos pela EAESP. O pertencimento aos mestrados e doutorados acadêmicos e profissionalizantes mudaria as formas de atuação dos professores? Haveria um perfil diferenciado no recrutamento destes docentes? Cabe lembrar que os novos professores ingressam inicialmente no corpo docente dos mestrados profissionalizantes, privilegiando um intercâmbio ainda mais forte entre o mercado de trabalho e a instituição de ensino. Assim, uma análise mais detida dos públicos desses cursos poderia indicar a capilaridade da FGV dentro do mercado de trabalho e de setores específicos da economia?

A escolha da análise do perfil dos professores para reconstruir as estratégias de expansão e interação da EAESP com o mundo empresarial, acadêmico e estatal mostrou-se acertada no momento que nos permitiu identificar o empenho da instituição com a construção de parcerias com o setor empresarial e estatal na forma de consultorias, coachings e formação de quadros para a moderna empresa e o moderno Estado brasileiro. Todavia, a escolha dos agentes privilegiou o enfoque desses espaços criados pela própria FGV, os quais permitem a seus professores atuarem no mercado de trabalho e na docência por meio da tutela da instituição. Pode-se continuar a pesquisa tentando identificar mais claramente os “clientes” da instituição. Da mesma forma que a posição de Abilio Diniz possibilitou o emprego de professores de AE no Pão de Açúcar e a de Peter Spink permitiu a atuação de professores de AP na FUNDAP. Ademais, pode-se aprofundar a análise no sentido de verificar quais empresas, setores estatais e não-estatais, partidos políticos e outros setores sociais se beneficiaram com a expansão da EAESP. Ou seja, investigações que a aproximassem mais diretamente com o campo do poder pela análise da circulação de agentes pela instituição e pelos espaços sociais dominantes em São Paulo.

Finalmente, como constata Silveira (2009), a importação de conhecimento estrangeiro e acordos de cooperação econômicos e científicos, com a vinda de professores estrangeiros e o intercâmbio de alunos da FGV para estudar nos Estados Unidos, foram fundamentais para o

lugar de destaque da FGV no ensino e pesquisa em Administração e em Economia no Brasil. Ademais, como o trabalho de Viana (2016) indica, a EAESP atrai para suas graduações alunos internacionalizados (tendo estudado em colégios bilíngues ou internacionais) ou em busca de internacionalização. Como isso se dá entre os professores? Frente às aproximações com o campo do poder e as reflexões de Dezalay e Garth (2002) sobre a busca de recursos internacionais nas disputas entre elites nacionais, a internacionalização do corpo docente e do conhecimento da instituição configura-se como ponto fundamental para continuar e aprofundar a discussão acerca do papel da FGV enquanto um exemplo privilegiado do modo de relação entre o Estado, o setor empresarial e o mercado educacional.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Yves-Marie. Du souci scolaire au sérieux managérial, ou comment devenir un « HEC ». *Revue française de sociologie*, vol. 48-1, p. 37-66, 2007.

ALCADIPANI, V.; BERTERO, C. Guerra Fria e Ensino do *Management* no Brasil: o Caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 3, p. 284-299, 2012.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. Uma Escola Norte-Americana no Ultramar? Uma historiografia da EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 54, n. 2, p. 154-169, 2014.

BARROS, Ana Paula Paes de. *Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social*. RAE (Impresso). São Paulo, v. 45, n.1, p. 36-49, 2005.

BAUZER, Riva. Formação para a administração pública: um estudo sobre escolha ocupacional e preparação profissional. *Cadernos de Administração Pública – EBAP*, n. 77, p. 1-144, 1970.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luiz Felipe F.C; REGO, José Marcio. Desenvolvimento do Ensino de Economia no Brasil. In. BIDERMAN, Ciro (Org.). *Conversando com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996, p.14-30.

BONEMY, H.; MOTTA, M. (Orgs.). *A Escola que faz Escola EBAPE 50 anos: Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

BOLTANSKI, L. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. In : *Revue française de sociologie*. 1973, 14 -1, p. 3-6.

BOLTANSKI, L. *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1982.

BOURDIEU, P. ; BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 127-144.

_____. La production de l'idéologie dominante. *Actes de la recherche en sciences sociales*. vol. 2, n.2-3, junho, p. 3-73, 1976.

BOURDIEU, P. The forms of Capital. In. RICHARDSON, J. *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press. 1986.

_____. *Homo Academicus*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. *La Noblesse d'Etat: grands écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit. 1989a.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989b.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2008.

BROADY, Donald; BÖRJESSON, Mikael; PALME, Mikael. Go west! O sistema de ensino sueco e os mercados transnacionais. In: ALMEIDA, Ana Maria F. de; NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.). *A escolarização das elites. Um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, p. 192-222.

BRESSER-PEREIRA, Luis C. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. Burocracia Pública e Classes dirigentes no Brasil. In. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, 28, p.9-30, jun., 2007.

CAMPOS, R. Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. *Cadernos de Administração Pública*, n. 2, 1954.

CANAL FGV, 2013

CARLOTTO, Maria. *Universitas semper reformanda? A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARVALHO, José Silva de. *EBAP: An experiment in institution building*. 1968. Tese (Doutorado em Administração Pública) – University of Southern California, Los Angeles, 1968.

CARVALHO, Angel Maria Carneiro de. *O “campo” dos estudos em Administração no Brasil pós anos 90: Reconfiguração de léxicos e temáticas na produção acadêmica nacional*. Tese (Doutorado) – UFSCAR, São Carlos, 2014.

CASTRO, Claudio Moura. A profissionalização do administrador e o amadorismo dos cursos. *Revista de Administração Pública*, v. 14, n. 2, p. 59-66, mar./abr.. 1974.

COELHO, F. *Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

COELHO, F.; NICOLINI, A. Como tudo começou? Apontamentos históricos sobre a implantação do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1952-1965). *Revista Temas de Administração Pública*, v. 2, n. 6, p. 1-9, 2011.

COELHO, F.; NICOLINI, A. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de administração pública no Brasil (1966-1982). *O&S*, v. 20, n. 66, p. 403-422, 2013.

COELHO, F.; NICOLINI, A. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 2, p. 367-388, 2014.

COSTA, J. G. da. *Fundação Getúlio Vargas: Pioneirismos a serviço do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 1984.

COUVRE, M.L.M. *A formação e a ideologia do administrador de empresas*. São Paulo: Vozes: 1991.

CPDOC, Escola de Ciências Sociais. *Elites empresariais paulistas: Depoimentos à FGV*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.122.

CURADO, I. *O desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo: Uma análise histórica*. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.

As empresas vão ser deles. *Revista Exame*. São Paulo, ano 31, n. 10, maio 1998.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. *The internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American states*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.

ENGELMANN, Fabiano, *Internacionalização e legitimação da formação acadêmica em administração no Brasil nas décadas de 90 e 2000*. Tomo (UFS), v. 13, p. 239-262, 2008.

_____. *Elites e instituições como objeto de estudo numa dinâmica periférica*. Teoria & Pesquisa, v. 17, p. 1, 2008.

_____. A circulação internacional dos docentes de administração: notas para uma pesquisa. *Gestão e Desenvolvimento* (Novo Hamburgo), v. 5, p. 11-20, 2008.

FERREIRA, Renato Guimarães. *Em busca de trabalho: Posições, Disposições e decisões ao termino de um curso de graduação*. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2002.

FISCHER, T. *O ensino da administração pública no Brasil, os ideais do desenvolvimento e as dimensões da racionalidade*. Tese (Doutorado em Administração) – USP, São Paulo, 1984.

FISCHER, T.; WAIANDT, C.; FONSECA, R. A história do ensino em administração: contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de agenda de pesquisa. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 4, p. 911-939, 2011.

FONSECA, Francisco C.P.F., *O curso de Administração Pública na FGV/SP: Percurso, impactos e dilemas*. São Paulo: FGV-EAESP/GVPesquisa, 2008. Disponível em: acesso em 31 de jul. 2016,

Fundação Getúlio Vargas. *Compromisso com a identidade e o desenvolvimento nacional: Relatório de atividades 2014*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, 884p.

Fundação Getúlio Vargas. *Compromisso com a identidade e o desenvolvimento nacional: Relatório de atividades 2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016, 884p.

Fundação Getúlio Vargas. *Compromisso com a identidade e o desenvolvimento nacional: Relatório de atividades 2016*. Rio de Janeiro: FGV, 2017, 884p.

GAETANI, Francisco. O ensino de administração pública no Brasil em um momento de inflexão. In: *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, n. 4, out./dez., 1999.

GARCIA, Sandrine ; POUPEAU, Frank. La mesure de la “démocratisation” scolaire. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 149, p. 74-87, 2003.

GRÜN, Roberto. *A revolução dos gerentes brasileiros*. São Carlos: UFSCar, 1993.

HEY, Ana Paula. Educação Superior e produção do conhecimento: interfaces entre atores, instituições e políticas. In: CATANI, Afrânio; Oliveira, João F. (Orgs). *Educação Superior e produção de conhecimento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015, p.231-252.

HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: A educação superior no Brasil*. São Carlos, SP: Edufscar, 2008.

HEY, Ana Paula. Elites, no plural. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 1-8, 2017.

HEY, Ana Paula; GRIMALDI-CHRISTENSEN, Anna; SAVAGE, Mike. Elites in the UK. New approaches to contemporary class divisions. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 161-179, 2017.

HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio M. A USP e a formação de quadros dirigentes. In: MOROSONI, Marília (Org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: INEP, 2006, p. 295-312.

- KEINERT, T. M. M. Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil. In. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, 1994.
- KHAN, Shamus R. The Sociology of elites. *Annual Review of Sociology*, n. 38, p.361-377, 2012.
- KHAN, Shamus R. *La nouvelle école des élites*. Paris: Agone, 2015.
- KLUGER, Elisa. Meritocracia de laços: gênese e reconfiguração do espaço dos economistas no Brasil. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 2016.
- LAMOUNIER, Bolivar (Org.) *50 anos de Brasil, 50 anos de Fundação Getúlio Vargas*. Rio De Janeiro: FGV, 1994.
- LEVY, Evelyn. Formação e capacitação na construção de um novo Estado. Texto para Discussão ENAP (n.19), Brasília: ENAP, 1997.
- LOPES, Luiz Simões. Entrevista com o Dr. Luiz Simões Lopes. In. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 24(3): 5-7, jul., 1984.
- _____. Uma entrevista do presidente da DASP. In. *Revista do Serviço Público*, 1(3):80-2, mar., 1941.
- MARTINS, Carlos B. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983). *Revista Educação e Sociedade*, v. 12, n. 34, p. 663-676, jul., 1989.
- MACHADO, M. *O ensino de administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.
- MEDVETZ, Thomas, Les think tanks aux États-Unis. L'émergence d'un sous-espace de production des savoirs, *Actes de la recherche en sciences sociales* (n. 176-177), p. 82-93, 2009/1.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920- 1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MOTTA, Fernando Prestes. A questão da formação do administrador. *Revista de Administração de Empresas*, v. 23, p.53-55, out./dez., 1983.
- NICOLINI, A. *Aprender a governar: aprendizagem formal e informal no contexto de carreiras do governo*. Tese (Doutorado em Administração) – UFBA, Salvador, 2007.
- NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? *Revista de Administração de Empresas*, 43, p.44-54, abr./maio/jun., 2003

ORIGENS da Fundação Getúlio Vargas. In: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas: concretização de um ideal/ Organizadora Maria Celina D'Araújo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 334 p.

SAPIRO, Gisèle. Modèles d'intervention politique des intellectuels. Le cas français. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 176-177, p. 8-31, 2009/1

SCHNEIDER, Ben Ross. *Burocracia pública e política industrial no Brasil*. São Paulo; Sumaré. 1994.

_____. The Dessarollista State in Brazil and Mexico. In. WOO-CUMINGS, Meredith (Org.), *The developmental state*. Ithaca: Cornell University Press, 1999, p. 276-305.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.; COSTA, V.. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SHAVIT, Yossi et all, *Stratification in higher education: comparative study*. Stanford: Stanford University Press, 2007.

SILVEIRA. P.B.A. *O estado da ciência e a ciência do Estado: A Fundação Getúlio Vargas e a configuração do campo das ciências econômicas no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, E. C. L. A capacitação administrativa e a formação de gestores governamentais. *Revista de Administração Pública*, v. 36, n. 1, p. 73-88, 2002.

SPIANDORELLO, S. C. *Fragments da Constituição da Profissão de Administrador (1931-1966)*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade São Francisco, São Paulo, 2008.

STEVENS, M. L.; ARMSTRONG, E.A.; ARUM, A.Sieve, Incubator, Temple, Hub: Empirical and Theoretical Advances in the Sociology of Higher Education. *Annual Review of Sociology*, vol.34, August, 2008.

SWARTZ, David. *Culture & power: the sociology of Pierre Bourdieu*, London: The University of Chicago Press, 1997.

WAHRLICH, Beatriz M. de Sousa. *Reforma administrativo na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.

VANDENBERGHE, Frédéric. “O real é relacional”: uma análise epistemológica do estruturalismo generativo de Pierre Bourdieu. *Teoria social realista – um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

VASCONCELLOS Maria Drosila. L'internationalisation des écoles de gestion au Brésil. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 121-122, mar., p.62-65, 1998.

VIANA, Karine Dutra Rocha. *AS CRENÇAS TRANSMITIDAS POR ESCOLAS DE NEGÓCIOS: um olhar sobre a FGV-EAESP e a Chicago Booth School of Business. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Araraquara, 2016.*

WACQUANT, L. From ruling class to Field of Power: An interview with Pierre Bourdieu on La noblesse d'État. In *Theory, Culture & Society*, vol. 10, p.19-44, 1993.

WANDERLEY, Sérgio E.P.V. *Desenvolviment(ism)o, descolonialidade e a Geo-História da Administração no Brasil: A atuação da CEPAL e do ISEB como Instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação. Tese (Doutorado) – EBAPE, Rio de Janeiro, 2015.*

Apêndice A - Professores do curso de graduação de AE

Professor	Graduação	Área de Atuação	Titulação	Qualificação	Tempo na FGV-EAESP	Tempo Profissão não Acadêmica
ABRAHAM LAREDO SICSU	1970 - 1974: Graduação em Engenharia Elétrica. Escola de Engenharia Mauá, EEM, Brasil.	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Ph.D in Industrial Engineering, 1979, Stanford University, CA, EUA	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	31	32
ADALBERTO BELLUOMINI	1974 - 1978 : Graduação em Engenharia Mecânica-Aeronáutica. ITA	Marketing	Mestre em Comunicação e Semiótica, 2002, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil DOUTORADO EM ANDAMENTO	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	23	36
ADRIAN KEMMER CERNEV	1993 - 1996: Graduação em CGAE - Curso de Graduação em Adm. de Empresas. - EAESP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2010, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais: Engajamento Acadêmico	12	19
ADRIANA MIGUEL VENTURA	1987 - 1990: Graduação em Administração Pública -	Organizações, Pessoas e	Doutor em Administração de	Credenciais Iniciais	11	25

	EAESP/FGV	Estratégias	Empresas, 2004, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Profissionais; Engajamento Profissional		
ALBERTO LUIZ ALBERTIN	1977 - 1981: Graduação em Administração de Empresas - Faculdades Associadas de São Paulo, 1987 - 1989: Especialização em Administração Para Graduados.	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração, 1998, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	22	33
ALDY FERNANDES DA SILVA	1991 - 1994: Graduação em Bacharelado em Estatística. UFMG	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Engenharia de Produção, 2003, Escola Politécnica da USP, São Paulo, Brasil.	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	4	9
ALEXANDRA STROMMER DE FARIAS GODOI	1994 - 1997: Graduação em Administração de Empresas - EAESP	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Doutor em Economia de Empresas, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	9	16
ALEXANDRE AKIO MOTONAGA	1984 – 1988 Graduação em Administração – EAESP 1987 – 1993: Graduação em Direito - USP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Ciências Sociais, 2010, Pontifícia Universidade Católica- PUC, São	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	14	24

			Paulo, Brasil			
ALEXANDRE PIGNANELLI	1990 – 1995: Graduação em Engenharia Mecânica.- UNICAMP	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração de Empresas, 2011,Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	8	12
ALEXANDRE SANSONE PACHECO		Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Mestre em Direito, 2008, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	7	14
ALVARO DA SILVA	1981 Bacharel em Direito - FACULDADE DE DIREITO DA USP 1980 Bacharel em Administração - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - EAESP	Gestão Pública	Mestre em Administração, 1986, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	20	33
AMON NARCISO DE BARROS	2002 – 2006: Graduação em administração - Universidade Estadual de Montes Claros	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração, 2013, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	2	1
ANDRE CHERUBINI ALVES		Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração de Empresas, 2015,Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS,	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	0	n/a

			Brasil			
ANDRE LUIZ SILVA SAMARTINI	1990 - 1996: Graduação em Bacharel em Estatística - USP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	15	4
ANDRE PEREIRA DE CARVALHO	1993 - 1998: Graduação em Engenharia de Computação - UNICAMP	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração de Empresas, 2012, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	8	13
ANTONIETA ELISABETE MAGALHAES OLIVEIRA	1969 - 1972: Graduação em Química - UFRJ	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2010, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	20	19
ANTONIO CARLOS TEIXEIRA ALVARES	1965 - 1969: Graduação em Engenharia Mecânica - USP	Administração da Produção e de Operações	Bacharel em Engenharia Mecânica, 1969, Escola Politécnica da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	42	42
ANTONIO GELIS FILHO	1985 - 1990: Medicina pela Universidade de São Paulo 1991 -1995: Direito pela Universidade	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2005, Fundação Getulio	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento	10	13

	de São Paulo		Vargas, São Paulo, Brasil	Acadêmico		
ARICIO XAVIER DE OLIVEIRA	1973 Bacharel em Ciências Econômicas - FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SP	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Bacharel em Ciências Econômicas, 1973, Faculdade de Ciências Econômicas de SP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	26	45
ARTHUR RIDOLFO NETO	1978 - 1982: Graduação em Administração. Fundação Getulio Vargas - SP, FGV- SP, Brasil.	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2001, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	18	30
BEATRIZ MARIA BRAGA LACOMBE	1976 - 1980: Bachelor of Science in Business Administration - MICHIGAN TECHNOLOGICAL UNIVERSITY	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração, 2005, Fac. Economia, Administr. E Cont. da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	14	30
BENJAMIN ROSENTHAL	1991 - 1994: Graduação em Administração de Empresas - EAESP	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2014, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	3	16
CAIO LUIZ CIBELLA DE	1973 - 1976: Graduação em Direito	Organizações, Pessoas e	Doutor em Relações Públicas,	Credenciais Iniciais,	15	28

CARVALHO	- USP	Estratégias	Propaganda e Turismo, 2009, Escola de Comunicações e Artes da USP, São Paulo, Brasil	Acadêmicas, Engajamento Acadêmico		
CARLOS EDUARDO LOURENCO	1991 - 1995: Graduação em Engenharia de Materiais - UFSCAR	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2016, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	2	18
CELINA MARTINS RAMALHO	1988 - 1992: Graduação em Economia. - PUC/SP, Brasil.	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Doutor em Economia de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	9	22
CELSO NAPOLITANO		Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Mestre em Administração de Empresas, 2001, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	29	25
CESAR NAZARENO CASELANI	1984 – 1987: Graduação em Informática - PUCRS 1989 – 1992: Graduação em Administração de Empresas - PUCRS	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2005, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	14	10

CIRO BIDERMAN	1986 - 1990: Graduação em Administração de Empresas- FGV-SP, Brasil.	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Doutor em Economia de Empresas, 2001, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	15	21
CLAUDIA EMIKO YOSHINAGA	1999 - 2002: Graduação em Administração - USP	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2009, Fac.Economia, Administr. e Cont. da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	6	12
CLAUDIA HELENA CAVALIERI	1984 - 1988: Graduação em Ciências Econômicas - PUC/SP	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Doutor em Economia de Empresas, 1996, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	11	n/a
CLAUDIO LUIS CARVALHO LARIEIRA	1997 - 2000: Graduação em Administração - Universidade Presbiteriana Mackenzie	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2013, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	1	30
CLAUDIO VILAR FURTADO	1968 - 1971: Graduação em Ciências Econômicas. - UFRJ	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 1997, Fundação Getulio Vargas, São Paulo,	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento	42	43

			Brasil	Profissional		
CLEBER DA COSTA FIGUEIREDO	1998 - 2001: Graduação em Matemática -Universidade de São Paulo, USP, Brasil.	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Estatística, 2009, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	1	2
CLEMENS VINICIUS DE AZEVEDO NUNES		Escola de Economia	Doutorado em Economia de Empresas, 2008, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	n/a
CRISTIANE BIAZZIN	1992 - 1995: Graduação em Administração de Empresas - Universidade São Judas Tadeu	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração de Empresas, 2015, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	3	18
CYNTIA VILASBOAS CALIXTO	2002 - 2007: Graduação em Administração - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.	Administração da Produção e de Operações	Doutora em Administração de Empresas, 2017, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	n/a
DAGOBERTO HELIO LORENZETTI	1969 - 1974: Graduação em Engenharia Mecânica -Instituto Tecnológico de Aeronáutica, ITA, Brasil.	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração, 1998, Faculdade de Economia, Administração e	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento	20	40

			Contabilidade da USP, São Paulo, Brasil	Profissional		
DANIEL PEREIRA ANDRADE	1997 - 2001: Graduação em ciências sociais. - USP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Sociologia, 2011, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	10	5
DEBORA FERREIRA LEITE DE MORAES		Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, 2011, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	3	9
DELANE BOTELHO	1985 - 1989: Graduação em Engenharia Agrônoma - Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil.	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	15	6
DENISE POIANI DELBONI	1982 – 1985: Graduação em Administração de Empresas. - MACKENZIE 1983 – 1987: Graduação em Direito - USP.	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	8	27

DIANA LÚCIA DE ALMEIDA	1997 – 2000: Graduação em Administração - PUC Campinas 2001 – 2003: Graduação em Ciências Contábeis - PUC Campinas	Contabilidade, Finanças e Controle	Mestre em Controladoria e Contabilidade , 2010, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	15
DJAIR PICCHIAI	Não informado	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração Pública, 1991, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	29	38
EDGARD ELIE ROGER BARKI	1989 - 1992: Graduação em Administração de Empresas - USP.	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2010, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	8	14
EDILENE SANTANA SANTOS	1990 - 1994: Graduação em Ciências Contábeis - UFMG	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Ciências Contábeis, 2004, Fac.Economia, Administr. e Cont. da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	12	17
EDMILSON ALVES DE MORAES	1977 - 1983: Graduação em Engenharia Mecânica - Instituto de Educação Superior Santa Cecília, IESSC, Brasil.	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2005, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	12	15

EDUARDO HENRIQUE DINIZ	1979 - 1983: Graduação em Engenharia Elétrica Com Ênfase Em Eletrônica - Escola de Engenharia de Sao Carlos Usp, EESC - USP,	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2000, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	17	15
ELISA RODRIGUES ALVES LARROUDÉ	1994 - 1998: Graduação em Direito - USP	Gestão Pública	Mestre em Administração Pública e Governo, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	10	18
ELY LAUREANO PAIVA	1980 - 1986: Graduação em Engenharia Mecânica - UFRGS	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração, 1999, Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	7	13
EUGENIO AUGUSTO FRANCO MONTORO	1964 - 1968: Graduação em direito - PUC-SP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, 1974, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	47	46
FABIO GALLO GARCIA	1977 - 1981: Graduação em Administração de Empresas - Fundação Octávio Bastos, FOB, Brasil. 1977 - 1979: Graduação em	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2002, Fundação Getulio Vargas, São Paulo,	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	17	36

	Engenharia Agrimensura - Faculdade de Engenharia Agrimensura de Pirassununga, FEAP, Brasil.		Brasil			
FELIPE ZAMBALDI	1997 - 2000: Graduação em Administração de Empresas. - EAESP 1998 - 2003: Graduação em Ciências Sociais - USP	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2007, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	7	12
FERNANDO CLARO TOMASELLI	1993 - 1997: Graduação em Economia - USP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2007, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	9	4
FERNANDO COELHO MARTINS FERREIRA	1996 - 2000: Graduação em Administração de Empresas - Universidade Federal de Juiz de Fora	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração de Empresas, 2009, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	8	3
FERNANDO DE SOUZA MEIRELLES	1971 - 1975: Graduação em Engenharia Mecânica - Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 1990, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	34	40

FERNANDO DO AMARAL NOGUEIRA	1995-1998: Graduação em Administração de Empresas EAESP- FGV	Gestão Pública	Doutor em Administração Pública e Governo, 2014, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	9	12
FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA	1966-1970: Graduação em Agronomia ESALQ	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Ph.D in Economics, 1982, University of Wisconsin, Madison, EUA	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	24	40
FERNANDO MINDLIN SERSON	1989 – 1993: Graduação em Administração – EAESP - FGV 1990 – 1995: Graduação em Direito - USP	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	14	19
FRANCISCO ILSON SARAIVA JUNIOR	1995 - 1998: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2010, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	10	14
FRANCISCO JOSE ESPOSITO ARANHA FILHO	1980 - 1984: Graduação em Graduação Em Administração de Empresas - EAESP-FGV	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2000, Fundação Getulio Vargas, São Paulo,	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	21	25

			Brasil			
GILBERTO SARFATI	1990 - 1994: Graduação em Ciências Econômicas - PUC-SP	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Ciências Sociais, 2006, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	8	18
GISELE WALCZAK GALILÉA	2001 - 2004: Graduação em Administração com Habilitação em Comércio Exterior - Universidade Nove de Julho, UNINOVE, Brasil.	Contabilidade, Finanças e Controle	Mestre em Administração de Empresas, 2013, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	1	10
GUILHERME GARCIA BELLOQUE	1997 - 2002: Graduação em Graduação em Administração de Empresas - EAESP-FGV	Contabilidade, Finanças e Controle	Mestrado em Controladoria e Contabilidade, 2008 , Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	n/a
GUILHERME STOLLE PAIXÃO E CASARÕES	2002 - 2005: Graduação em Relações Internacionais. - PUC Minas,	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Ciência Política, 2014, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	14
GUSTAVO ANDREY DE ALMEIDA LOPES FERNANDES	2000-2003: Graduação em Economia, Universidade de São Paulo	Gestão Pública	Pós-Doutorado no King's College London, London, 2015 Pós-Doutorado no Center for	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	4	6

			International Development at Harvard University, Cambridge, 2016			
GUSTAVO CORREA MIRAPALHETA	1986 - 1990: Graduação em Engenharia Elétrica - UFRGS	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	7	23
HENRIQUE DE CAMPOS JUNIOR	1996 - 2000: Graduação em Administração - USP	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2014, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	2	20
HSIA HUA SHENG	1994 - 1997: Graduação em Economia - USP	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2005, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	12	13
INES PEREIRA	1980 - 1985: Graduação em Administração Pública - EAESP-FGV	Marketing	Doutora em Administração de Empresas, 1998, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	21	18

ISABELA BALEEIRO CURADO	1984 - 1987: Graduação em Ciências Sociais - USP	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2001, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	22	25
ISLEIDE ARRUDA FONTENELLE	1985 - 1990: Graduação em Psicologia - Universidade de Fortaleza	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Sociologia, 2000, Fac. Fil. Letras e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	11	10
JACI CORREA LEITE	1980 - 1984: Graduação em Economia - USP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração, 1996, Fac. Economia, Administr. e Cont. da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	24	37
JOAO CARLOS DOUAT	1973 – 1977: Graduação em Engenharia Química. - Universidade Federal do Paraná 1974 – 1977: Graduação em Administração de Empresas - Faculdade Católica de Administração e Economia, FAE, Brasil.	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 1994, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	25	33
JOÃO LUIZ CHELA	1997 - 1999: Graduação em Bacharel Em Matemática Pura.	Informática e Métodos Quantitativos	Doutor em Matemática Aplicada, 2006,	Credenciais Iniciais Acadêmicas;	2	n/a

		aplicados à Administração	Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil	Engajamento Profissional		
JOLANDA ELINE YGOSSE BATTISTI	não informado	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Mestre em Economia, 1986, University of Amsterdam, Amsterdam, Holanda	Credenciais Iniciais Profissionais: Engajamento Acadêmico	17	27
JORGE CAVALCANTI BOUCINHAS FILHO	1998 - 2003: Graduação em Direito - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Direito do Trabalho, 2012, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	3	10
JORGE MANOEL TEIXEIRA CARNEIRO	não informado	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração, 2007, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	n/a
JOSE CARLOS GUIMARAES ALCANTARA	1963 - 1967: Graduação em administração - EAESP-FGV	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 1997, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	49	38
JOSE ERNESTO LIMA	1970 - 1974: Graduação em	Organizações, Pessoas e	Mestre em Administração, 199	Credenciais Iniciais,	22	38

GONÇALVES	engenharia mecanica - USP	Estratégias	4, Facul.Economia, Admin. E Contabilidade da USP, São Paulo, Brasil	Acadêmicas, Engajamento Acadêmico		
JOSE LUIZ CARLOS KUGLER	1974 - 1978: Graduação em Engenharia Civil - Universidade Federal do Parana	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Ph.D. in Business Administration, 1992, University of Pittsburgh, EUA	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	16	35
JULIA ALICE SOPHIA VON MALTZAN PACHECO		Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Doutor em Ciência Política, 2000, Christian- Albrechts- Universität Zu Kiel, Alemanha	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	13	12
JULIO CESAR BASTOS DE FIGUEIREDO	1991 - 1995: Graduação em Física - USP	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Ciências: Física Nuclear, 2000, Instituto de Física da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	12	23
JURACY GOMES PARENTE	1964 - 1967: Graduação em Administração de Empresas - UFBA	Marketing	Ph.D. Business Administration, 1978, University of London, Londres, Inglaterra	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	44	15
KURT EBERHART VON METTENHEIM	1977 - 1979: Graduação em Filosofia - University of	Fundamentos Sociais e Jurídicos da	Ph.D in Ciência Política, 1989, Columbia University,	Credenciais Iniciais Acadêmicas,	18	26

	Washington	Administração	New York, EUA	Engajamento Acadêmico		
LAURO EMILIO GONZALES FARIAS	1991-1995: Graduação em Administração Pública, EAESP-FGV	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Economia de Empresas, 2007, Fundação Getulio Vargas- EESP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	12	10
LEANDRO ALVES PATAH	1994 - 1998: Graduação em Engenharia Mecânica - USP	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Engenharia de Produção, 2010, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	15
LEANDRO ANGOTTI GUISSONI	2003 - 2007: Graduação em Ciências Contábeis - USP	Marketing	Doutor em Administração de Organizações, 2012, USP-Ribeirão Preto, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	3	n/a
LETICIA FANTINATO MENEGON	1996 - 2000: Graduação em Administração - EAESP-FGV	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Ciências, Universidade de São Paulo, 2010, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	9	4
LIBANIA RANGEL DE ALVARENGA PAES	1993 - 1996: Graduação em Comunicação Social Com Ênfase Em Propaganda e Marketing - ESPM	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2009, Fundação Getulio Vargas, São Paulo,	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	9	23

			Brasil			
LIGIA MAURA FERNANDES GARCIA DA COSTA	1981 - 1986: Graduação em Direito - USP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Direito Internacional, 1993, Université de Paris X- Nanterre, França, Paris	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	18	19
LUCAS SCIENCIA DO PRADO	2004 - 2008: Graduação em Administração de Empresas - USP	Marketing	Mestre em Ciências, 2011, Faculdade de Economia, Adm. e Contabilidade de Ribeirão Preto, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	2	10
LUCIANA MARQUES VIEIRA	1988 - 1994: Graduação em Administração de Empresas Habilitação Comércio Exterior - UNISINOS	Administração da Produção e de Operações	Pós-Doutorado no Institute of Development Studies, IDS, Grã-Bretanha	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	12
LUCIANA STOCCO BETIOL	1994 - 1998: Graduação em Direito - PUC-SP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Direito, 2012, Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	2	13
LUIS FERNANDO PINTO DE ABREU	1982 - 1987: Graduação em Engenharia de Produção - USP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à	Mestre em Engenharia de Produção, 1997, Escola Politécnica da USP, São Paulo,	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	25	28

		Administração	Brasil			
LUIS HENRIQUE PEREIRA	1983 - 1988: Graduação em Engenharia Civil - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2005, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	12	12
LUIS HENRIQUE RIGATO VASCONCELLOS	1990 - 1995: Graduação em engenharia de produção - FEI	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Engenharia de Produção, 2010, Escola Politécnica da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	9	17
LUIZ ARTUR LEDUR BRITO	1972 - 1976: Graduação em Engenharia Química - UFRGS	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração de Empresas, 2005, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	13	26
LUIZ AUGUSTO MARTITS	1987 - 1990: Graduação em Administração de Empresas - EAESP - FGV	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2008, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	7	13
LUIZ CARLOS DI SERIO	1967 - 1972: Graduação em Engenharia Mecânica - UNESP	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Engenharia, 1985, Escola de Engenharia de São	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento	24	21

			Carlos, Brasil	Acadêmico		
LUIZ TADEU ARRAES LOPES	1982 - 1987: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 1999, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	12	25
MAISA CRISTINA DANTE FAGUNDES	1998 - 2002: Graduação em Direito - Faculdade de Direito de Franca	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Mestre em Direito, 2005, Universidade de Franca, Franca, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	3	10
MARCELO DE ANDRADE PINHEIRO	1988 - 1992: Graduação em Psicologia - UNIP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento, 2002, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	12	28
MARCELO GALLETTI FERRETTI	2003 – 2007: Graduação em Psicologia - USP 2008 – 2011: Graduação em Filosofia - USP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Filosofia, 2014, Universidade Estadual de Campinas, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	1	7
MARCELO MARINHO AIDAR	1982 - 1986: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo,	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento	16	20

			Brasil	Profissional		
MARCELO OLIVEIRA COUTINHO DE LIMA	1983 – 1986: Graduação em Administração Pública – EAESP-FGV 1984 – 1987: Graduação em Comunicação Social - USP	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Sociologia, 2002, Facul. Fil. e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	11	25
MARCIO ANTONIO RODRIGUES SANCHES	1986 - 1990: Graduação em Ciências Econômicas - UNICAMP	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	10	28
MARCIO FERNANDES GABRIELLI	1990 - 1994: Graduação em Engenharia Mecânica - USP	Contabilidade, Finanças e Controle	Mestre em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais: Engajamento Acadêmico	12	9
MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA	1995: Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo	Gestão Pública	Doutor em Ciências Sociais, 2004, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	10	20
MARCO AURELIO LIMA DE QUEIROZ	1982 - 1985: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2010, Fundação Getulio	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento	8	25

			Vargas, São Paulo, Brasil	Acadêmico		
MARCOS FERNANDES GONÇALVES DA SILVA	1981-1984: Graduação em Economia, Universidade de São Paulo.	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Pós-Doutorado na University of London, 1998, Inglaterra	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	18	n/a
MARIA ANGELICA LENCIONE PEDRETI	1992-1995: Graduação em Administração de Empresas EAESP-FGV	Contabilidade, Finanças e Controle	Mestre em Administração de Empresas, 1999, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	15	18
MARIA JOSE TONELLI	1972 - 1980: Graduação em Psicologia - PUC-SP	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutora em Psicologia, 2000, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	28	5
MARIA TEREZA LEME FLEURY	1968 - 1971: Graduação em Ciências Sociais - USP	Organizações, Pessoas e Estratégias	Livre-Docência, 1986-Universidade de São Paulo-São Paulo- Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	8	32
MARINA AMADO BAHIA GAMA	1999 - 2003: Graduação em Administração com Ênfase em Comércio Exterior - Mackenzie	Administração da Produção e de Operações	Estudante PHD, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento	0	n/a

				Profissional		
MARIO PRESTES MONZONI NETO	1984 - 1988: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração Pública e Governo, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	11	26
MARTA DE CAMPOS MAIA	1981 - 1985: Graduação em Administração de Empresas - FAAP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	12	10
MARTHA SAVASTANO	1976 - 1981: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Marketing	Mestre em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	13	33
MATEUS CANNIATTI PONCHIO	1999 - 2002: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	8	9
MAURICIO GERBAUDO MORGADO	1983 - 1988: Graduação em Administração de Empresas - USP	Marketing	Doutor em Administração de Empresas, 2003,	Credenciais Iniciais Acadêmicas;	12	33

			Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Engajamento Profissional		
MAYRA IVANOFF LORA	1997 - 2001: Graduação em Engenharia de Produção - USP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Estatística, 2008, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	12	n/a
MIQUELI MICHETTI	2000 - 2003: Graduação em Ciências Sociais - bacharelado e licenciatura - UNESP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Sociologia, 2012, Universidade Estadual de Campinas, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	4	n/a
NELSON LERNER BARTH	1976 - 1980: Graduação em Engenharia Elétrica - USP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	14	31
NEWTON MONTEIRO DE CAMPOS NETO	1994 - 1999: Graduação em Ciências Contábeis - PUC-SP	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração, 2010, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	2	20
NICOLAU ANDRE DE MIGUEL		Marketing	Doutor em Psicologia, 2002, Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento	18	37

			Doutor em Administração de Empresas, 2004, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Profissional		
NORBERTO ANTONIO TORRES	1967 - 1971: Graduação em Engenharia Mecânica de Produção - USP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração, 1982, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	44	39
OLIVIERO ROGGI	1989 - 1994: Graduação em Economia e Commercio - Università degli Studi di Firenze	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Economia, 1998, Università degli Studi di Bologna, Itália	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	n/a
ORLANDO CATTINI JUNIOR	1968 -1972: Graduação em Engenharia Naval e Oceânica, USP	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração de Empresas, 1999, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	31	35
OSCAR AUGUSTO GUELLI NETO		Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Bacharel em Matemática, 1974, Inst. de Matemática e Estatística da USP, São Paulo, Brasil Bacharel em Pedagogia, 1988, F.F.C.L.Nove de	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	25	45

			Julho, São Paulo, Brasil			
OSCAR LUIZ MALVESSI	1970 - 1973: Graduação em Administração de Empresas - Universidade de Caxias do Sul	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2001, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	34	n/a
OTAVIO PROSPERO SANCHEZ	1976 - 1980: Graduação em Engenharia de Produção - FEI	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	12	12
PATRICIA DA CUNHA TAVARES	1987 - 1992: Graduação em Administração Pública - EAESP-FGV	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	21	14
PATRICIA LEAL DA CUNHA	2000 - 2003: Graduação em Matemática Aplicada e Computacional - UFRGS	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Pós-Doutorado em Matemática, 2012, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	4	n/a
PAULA SARITA BIGIO SCHNAIDER	2005 - 2009: Graduação em Administração -USP	Administração da Produção e de Operações	Doutorado em Administração, 2016, Universidade de São Paulo, São	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento	0	n/a

			Paulo, Brasil	Acadêmico		
PAULO BELTRAO FRALETTI	1974 - 1977: Graduação em Engenharia Civil - Universidade Federal do Paraná	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração, 2004, Fac. Economia, Administr. E Cont. da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	12	34
PAULO DOUGLAS BARSOTTI	1974 - 1977: Graduação em Sociologia - Fundação Escola de Sociologia e Política	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em História Econômica, 2002, Facul. Fil. Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	21	35
PAULO RENATO SOARES TERRA	1986 - 1988: Graduação em Administração de Empresas - UFRGS	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2002, MCGILL University, Montreal, Canadá	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	2	8
PAULO ROBERTO ARVATE	1982 - 1985: Graduação em Ciências Econômicas - FAAP	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Doutor em Economia, 1999, Fac. Economia, Administr. e Cont. da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	24	45
PAULO SERGIO JOÃO	1970 - 1974: Graduação em Direito - PUCSP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da	Doutor em Direito das Relações Sociais,	Credenciais Iniciais Acadêmicas;	25	5

		Administração	1998, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	Engajamento Profissional		
PEDRO PINTO ZANNI	1996 - 2000: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2013, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	7	13
PHOKION SOTIRIOS GEORGIOU	1984 - 1988: Graduação Administração - University Of Missouri Kansas City	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doctor of Philosophy in Behaviour in Organisations, 2004 , University of Lancaster, Lancaster, Inglaterra	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	12	24
PLINIO BERNARDI JUNIOR	1992 - 1996: Graduação em Ciências Econômicas - Universidade de Sorocaba	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Doutor em Administração de Empresas, 2008, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	8	10
PRISCILA LACZYNSKI DE SOUZA MIGUEL	1990 - 1995: Graduação em Engenharia Química - UNICAMP	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração de Empresas, 2012, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	5	17

RENATO GUIMARAES FERREIRA	1980 - 1983: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2002, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	21	14
RENATO JOÃO ORSSATTO	1984 – 1988: Graduação em Administração - UFRGS 1985 – 1990: Graduação em Engenharia Civil - PUC-RS	Administração da Produção e de Operações	Pós-Doutorado- 2007, Institut Europeen D'Administration Des Affaires, INSEAD, França Pós-Doutorado, 2004, Lund University, LUND, Suécia	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	5	20
RICARDO DO VALLE DELLAPE	1970 - 1974: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Contabilidade, Finanças e Controle	Master of Business Administration, 1977, Michigan University, East Lansing, EUA	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	18	31
RICARDO MEIRELLES DE FARIA	1986 - 1989: Graduação em Administração de Empresas - EAESP- FGV	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	Doutor em Economia de Empresas, 2006, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	2	n/a
RICHARD SAITO	1981 - 1985: Graduação em Eng de Aeronáutica- ITA	Contabilidade, Finanças e	Ph. D in Engineering - Economic	Credenciais Iniciais, Acadêmicas,	20	33

		Controle	Systems, 1995, Stanford University, Stanford, EUA	Engajamento Acadêmico		
ROBERTO FRANCA DE VASCONCELLOS	1989 - 1993: Graduação em Direito - Mackenzie	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Direito Econômico e Financeiro, 2003, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	9	19
ROSA MARIA VIEIRA	1969 - 1978: Graduação em Ciências Sociais - USP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em História Social, 2003, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	28	n/a
ROSAURA ELY MORGANTI MANTOVANINI	1977 - 1981: Graduação em Engenharia Civil	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	15	17
ROSELI MORENA PORTO	1983 - 1986: Graduação em Administração de Empresas	Organizações, Pessoas e Estratégias	Doutor em Administração de Empresas, 2006, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	11	25
RUBENS MAZON		Administração da Produção e de	Doutor em Saúde Ambiental, 1996, University of	Credenciais Iniciais, Acadêmicas,	25	n/a

		Operações	Cincinnati, EUA	Engajamento Acadêmico		
SERGIO AMAD COSTA	1981: Graduação em Administração de Empresas - EAESP-FGV	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Mestre em Ciências Sociais, 1984, Fac. Fil. Letras e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	31	30
SERGIO GOLDBAUM	1989 - 1992: Graduação em Economia- USP		Doutor em Economia de Empresas, 1997, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	14	12
SILVIA VIANA RODRIGUES	1996 - 2001: Graduação em Ciências sociais - USP	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Doutor em Sociologia, Fac. Fil. Letras e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	3	5
SUSANA CARLA FARIAS PEREIRA	1984 - 1988: Graduação em Engenharia Civil - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Administração da Produção e de Operações	Doutor em Administração de Empresas, 2003, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	13	21
SYDNEI MARSSAL DE OLIVEIRA	1999 - 2003: Graduação em Engenharia Mecânica de Automação e Sistemas - USP	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à	Doutor em Engenharia de Produção, 2012, Escola Politécnica	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento	4	10

		Administração	da USP, São Paulo, Brasil	Acadêmico		
TANIA MODESTO VELUDO DE OLIVEIRA	1996 - 2000: Graduação em Administração - USP	Marketing	Doctor of Philosophy in Business Studies, 2010, Cardiff University, Cardiff, UK	Credenciais Iniciais, Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	6	7
VITOR ORQUIZA DE CARVALHO	2005 - 2010: Graduação em Psicologia - Universidade Estadual de Maringa	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	Mestrado em Filosofia, 2013, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	n/a
VIVIAN APARECIDA BLASO SOUZA SOARES CESAR	1998 - 2001: Graduação em Comunicação Social (Habilitação Relações Públicas) - Centro Universitário Newton Paiva	n/a	Doutorado em Ciências Sociais, 2016, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	0	n/a
WESLEY MENDES DA SILVA	1995 - 2000: Graduação em Administração de Empresas - Universidade Católica de Pernambuco	Contabilidade, Finanças e Controle	Doutor em Administração, 2010, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	5	11
ZILLA PATRICIA BENDIT	1974 - 1977: Graduação em Administração de Empresas -	Marketing	Doutor em Administração de Empresas,	Credenciais Iniciais Acadêmicas;	29	36

	EAESP- FGV		2011, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Engajamento Profissional		
ZILMA BORGES DE SOUZA	1983 - 1986: Graduação em Administração - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Gestão Pública	Doutor em Ciências Sociais, 2009, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	11	13

Fonte: Currículo Lattes. Elaboração própria.

Apêndice B - Professores do curso de graduação de AP

Professor	Área de Atuação	Graduação	Titulação	Qualificação	Tempo na FGV- EAESP	Tempo Profissão não Acadêmica
ALEXANDRE ABDAL CUNHA	Gestão Pública	2001 -2005: Ciências Sociais USP	Doutor em Sociologia, 2015, Fac./Fil, Letras e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	3	7
ALVARO DA SILVA	Gestão Pública	1981 Bacharel em Direito - USP 1980 Bacharel em Administração - EAESP	Mestre em Administração, 1986, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	19	33
ANA CRISTINA BRAGA MARTES	Gestão Pública	1977 - 1981: Graduação em Ciências Sociais - UNESP	Doutora em Ciência Política, 1998, Fac. Fil. Letras e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	16	14
ANDRE PEREIRA DE	Administração	Engenharia da	Doutor em	Credenciais Iniciais	7	13

CARVALHO	ção da Produção e de Operações	Informação UNICAMP - 1993-1998	Administração de Empresas, 2012, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Acadêmicas, Engajamento Acadêmico		
ANTONIO GELIS FILHO	Organizações, Pessoas e Estratégias	- Direito pela Universidade de São Paulo (1991 -1995) - Medicina pela Universidade de São Paulo (1985 - 1990).	Doutor em Administração de Empresas, 2005, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	9	13
CARMEN AUGUSTA VARELA	Gestão Pública	1983 - 1987 Graduação em Ciências Biológicas. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.	Doutora em Economia de Empresas, 2000, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	15	12
CIBELE FRANZESE	Gestão Pública	- Direito pela Universidade de São Paulo	Doutora em Administração Pública e Governo, 2010,	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	6	14

		(1996-2000)	Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil			
CLAUDIO GONCALVES COUTO	Gestão Pública	Ciências Sociais USP 1988 -1991	Doutor em Ciência Política, 2000, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	8	n/a
CLOVIS BUENO DE AZEVEDO	Gestão Pública	- Ciências Sociais pela USP (1978-1982) - Administração Pública (1977-1980)	Doutor em Ciência Política, 1998, Fac. Fil. Letras e Ciên.Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	23	31
EDUARDO DE REZENDE FRANCISCO	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	Ciência da Computação USP 1992 - 1999	Doutor em Administração de Empresas, 2010, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	4	17
FERNANDO BURGOS PIMENTEL DOS	Gestão Pública	2002-2005: Graduação em	Doutor em Administração Pública e Governo, 2013,	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento	2	9

SANTOS		Administração Pública EAESP-FGV	Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Acadêmico		
FERNANDO DO AMARAL NOGUEIRA	Gestão Pública	1995-1998: Graduação em Administração de Empresas EAESP-FGV	Doutor em Administração Pública e Governo, 2014, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	8	12
FERNANDO LUIZ ABRUCIO	Gestão Pública	1987-1990: Graduação em Ciências Sociais USP	Doutor em Ciência Política, 2000, Fac.Fil.Letras e Ciên.Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	20	n/a
FERNANDO MAIDA DALL ACQUA	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	1966-1970: Graduação em Agronomia ESALQ	PH.D in Economics, 1982, University of Wisconsin, Madison, EUA	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	23	40
FRANCISCO CESAR PINTO DA FONSECA	Gestão Pública	1983-1988: Graduação em	Doutor em Ciências: Histórica Social, 2001, Universidade de São	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento	20	10

		Ciências Sociais Pontificia Universidade Catolica - SP	Paulo, Brasil	Acadêmico		
FRANCISCO HUMBERTO VIGNOLI	Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração	1976: Graduação em administração pública EAESP-FGV	Mestre em Administração, 1984, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	20	30
GUSTAVO ANDREY DE ALMEIDA LOPES FERNANDES	Gestão Pública	2000-2003: Graduação em Economia, Universidade de São Paulo	Doutor em Economia, 2012, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	3	6
JOSE ERNESTO LIMA GONÇALVES	Organizações, Pessoas e Estratégias	1970-1974: Graduação em engenharia mecânica, Universidade de São Paulo	Mestre em Administração, Fac. Economia, Administr. e Cont. da USP, 1984, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Profissionais; Engajamento Profissional	21	38
JULIANA INHASZ	Planejamento e Análise	2001-2005:	Doutor em Teoria Econômica, 2013,	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento	0	8

	Econômica aplicados à Administração	Graduação em Economia, Universidade de São Paulo	Universidade de São Paulo, Brasil	Acadêmico		
LAURO EMILIO GONZALES FARIAS	Contabilidade, Finanças e Controle	1991-1995: Graduação em Administração Pública, EAESP- FGV	Doutor em Economia de Empresas, 2007, Fundação Getulio Vargas- EESP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	11	10
LIGIA MAURA FERNANDES GARCIA DA COSTA	Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração	1981-1986: Graduação em Direito, Universidade de São Paulo	Doutor em Direito Internacional, 1993, Université de Paris X-Nanterre, França, Paris	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	17	19
MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA	Gestão Pública	1995: Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo	Doutor em Ciências Sociais: Política, 2004, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	9	20
MARCOS FERNANDES GONÇALVES DA SILVA	Planejamento e Análise	1981-1984: Graduação em	Doutor em Economia: Teoria Econômica,	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	17	n/a

	Econômica aplicados à Administração	Economia, Universidade de São Paulo.	1994, Fac.de Economia, Adminstr. e Cont. Da USP, São Paulo, Brasil			
MARCUS VINICIUS PEINADO GOMES	Gestão Pública	2001-2005: Graduação em Administração Pública, EAESP-FGV	Doutor em Administração Pública e Governo, 2014, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	4	7
MARIA ALEXANDRA VIEGAS CORTEZ DA CUNHA	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração	1980 – 1982: Graduação em Informática, Universidade Federal do Paraná. 1983-1987: Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná	Doutor em Administração, 2000, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	1	n/a
MARIA ANGELICA	Contabilidade	1992-1995:	Mestre em	Credenciais Iniciais	14	18

LENCIONE PEDRETI	d e, Finanças e Controle	Graduação em Administração de Empresasm EAESP-FGV	Administração de Empresas, 1999, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Profissionais; Engajamento Profissional		
MARIA CECILIA SPINA FORJAZ	Gestão Pública	1964 -1968: Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.	Doutor em Ciências Sociais, 1982, Fac. Letras e Ciên. Humanas da USP, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	43	n/a
MARIO AQUINO ALVES	Gestão Pública	1987 – 1996: Graduação em Direito, USP 1987 – 1991: Graduação em Administração Pública. EAESFGV- SP	Doutor em Administração de Empresas, 2002, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	17	21
MARTA FERREIRA SANTOS FARAH	Gestão Pública	1971 - 1974: Graduação em Ciências	Doutor em Sociologia, 1992, Facul. Fil. Letras e Ciên. Humanas da	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	25	18

		Sociais, USP	USP, São Paulo, Brasil			
ORLANDO CATTINI JUNIOR	Administração da Produção e de Operações	1968 -1972: Graduação em Engenharia Naval e Oceânica, USP	Doutor em Administração de Empresas, 1999, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	30	35
OSCAR AUGUSTO GUELLI NETO	Informática e Métodos Quantitativos aplicados à Administração		Bacharel em Matemática, 1974, Inst. de Matemática e Estatística da USP, São Paulo, Brasil Bacharel em Pedagogia, 1988, F.F.C.L.Nove de Julho, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais e Engajamento Outros	24	45

PETER KEVIN SPINK	Gestão Pública	1962 - 1965: Bacharelado em Psicologia, Universidade de Londres	Ph.D em Psicologia Organizacional, 1976, University of London, Londres, Inglaterra	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	33	n/a
REGINA SILVIA VIOTTO MONTEIRO PACHECO	Gestão Pública	1975 - 1979: Graduação em Arquitetura e Urbanismo - USP	Doutor em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 1985, Université de Paris XII, Val-de-Marne, Créteil, França	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	27	12
RENATO SÉRGIO DE LIMA	Gestão Pública	1991 - 1995: Graduação em Ciências Sociais, USP	Doutor em Sociologia, 2005, Universidade de São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas, Engajamento Acadêmico	1	22
SERGIO LUIZ DE MORAES PINTO	Gestão Pública	1975 - 1979: Graduação em Engenharia Civil, USP	Doutor em Administração Pública e Governo, 2006, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	4	31
TIAGO LUIS CORBISIER MATHEUS	Gestão Pública	1984 - 1988: Graduação em Psicologia, PUC-SP 1986 - 1993: Graduação em Filosofia, USP	Doutor em Psicologia, 2006, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil	Credenciais Iniciais Acadêmicas; Engajamento Profissional	12	23

Fonte: Currículo Lattes. Elaboração própria.

Anexo I – Orçamento da FGV por Unidade-fim do ano 2012

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA OPERACIONAL, SEGUNDO AS UNIDADES,
EVIDENCIANDO AS PREVISÕES/REALIZAÇÕES DA RECEITA, DO CUSTO/DESPESA E DO RESULTADO
MOEDA: R\$ — PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

Nº de Ordem	1	2	3	4	5	6	7	8	Nº de Ordem
	UNIDADES	Nº DE FUNC.	RECEITA		DESPESA/CUSTO		RESULTADO OPERACIONAL		
			PREVISÃO	REALIZAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	
1	UNIDADES-FIM E PROGRAMAS ESPECIAIS								1
2	IBRE	377	40.489.896,25	42.043.499,41	46.431.489,07	46.312.692,80	(5.941.592,82)	(4.269.193,39)	2
3	EBAPE	96	10.613.309,80	11.585.248,73	25.405.997,78	25.291.384,64	(14.792.687,98)	(13.706.135,91)	3
4	EAESP	330	83.590.218,22	89.342.385,14	90.667.904,06	90.494.058,49	(7.077.685,84)	(1.151.673,35)	4
5	EPGE	66	7.529.268,86	8.323.458,88	20.804.019,58	20.450.461,70	(13.274.750,72)	(12.127.002,82)	5
6	DIREITO RIO	121	18.473.832,59	17.731.686,42	26.543.989,92	26.351.412,91	(8.070.157,33)	(8.619.726,49)	6
7	DIREITO GV	101	28.283.062,16	29.283.791,55	35.638.503,10	35.613.348,43	(7.355.440,94)	(6.329.556,88)	7
8	CPDOC	56	4.357.088,24	3.174.181,29	11.836.797,80	10.281.195,65	(7.479.709,56)	(7.107.014,36)	8
9	EESP	61	18.781.848,61	20.666.083,39	29.156.644,52	28.910.779,56	(10.374.795,91)	(8.244.696,17)	9
10	EMAP	17	684.000,00	663.961,90	4.564.422,45	4.005.435,60	(3.880.422,45)	(3.341.473,70)	10
11	FGV PROJETOS	340	195.000.000,00	233.235.772,69	198.591.827,14	197.874.393,05	(3.591.827,14)	35.361.379,64	11
12	EDITORA FGV	22	7.505.040,12	6.049.331,35	6.735.272,50	5.594.193,88	769.767,62	455.137,47	12
13	IDE	549	384.929.470,24	389.289.988,38	188.970.084,26	188.619.612,08	195.959.385,98	200.670.376,30	13
14	ATIVIDADES ESPECIAIS E INSTITUCIONAIS	111	71.578.773,39	46.705.846,70	118.662.998,76	118.394.602,68	(47.084.225,37)	(71.688.755,98)	14
15	SUBTOTAL (1)	2.247	871.815.808,48	898.095.235,83	804.009.950,94	798.193.571,47	67.805.857,54	99.901.664,36	15
16	SETORES DE ADMINISTRAÇÃO-MEIO						-	-	16
17	DIRETORIA DE OPERAÇÕES — RJ	124	-	-	20.511.881,35	20.342.319,15	(20.511.881,35)	(20.342.319,15)	17
18	DIRETORIA DE OPERAÇÕES — SP	178	-	-	13.961.168,75	13.181.717,14	(13.961.168,75)	(13.181.717,14)	18
19	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	32	-	-	6.862.825,30	6.809.028,39	(6.862.825,30)	(6.809.028,39)	19
20	ASSESSORIAS CORPORATIVAS	239	-	2.200,00	34.417.426,93	34.202.486,62	(34.417.426,93)	(34.200.286,62)	20
21	SUBTOTAL (2)		-	2.200,00	75.753.302,33	74.535.551,30	(75.753.302,33)	(74.533.351,30)	21
22	TOTAL = (1 + 2)	2.820	871.815.808,48	898.097.435,83	879.763.253,27	872.729.122,77	(7.947.444,79)	25.368.313,06	22

Fonte: FGV, 2013, p.235.

Anexo II – Linha do tempo da EAESP

1954 - Início das atividades na EAESP com a instituição do Curso Intensivo de Administradores - CIA, com o objetivo de transmitir técnicas avançadas de gestão a dirigentes empresariais. Esse curso deu origem ao Programa de Educação Continuada – GVpec

1955 - Início do primeiro curso superior em Administração de Empresas do Brasil – Curso Universitário de Formação, atual Curso de Graduação em Administração

1958 - Início do Curso de Estudos de Pós-Graduação em Administração de Empresas e Negócios

1961 - Publicação da 1.^a edição da RAE - Revista de Administração de Empresas

1965 - Constituição do Fundo de Bolsas FGV-EAESP

1967 - Fundação do CLADEA em Lima, Peru, por oito escolas de pós-graduação em Administração de Empresas, dentre as quais a EAESP

1968 - Inauguração da Livraria Prefeito Faria Lima

1969 - Início do Curso de Graduação em Administração Pública

1974 – criação do CEAG-Curso de Especialização em Administração para Graduados (lato sensu) e do CMA - Curso de Mestrado em Administração (stricto sensu).

1975 - Início do Curso de Especialização em Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde - CEAHS

1976 - Início do Curso de Mestrado em Administração Pública

1976 - Filiação da EAESP ao Program of International Management - PIM

1976 - Início do Curso de Doutorado em Administração de Empresas

1977 - Início das atividades do Proahsa – Programa de Estudos Avançados em Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde, em virtude do convênio firmado entre a FGV e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP com a Fundação W. K. Kellogg

1989 - Criação do Centro de Estudos de Pós-Graduação em Administração de Serviços de Saúde, atual Centro de Estudos em Planejamento e Gestão de Saúde - GVsaúde

1989 - Criação do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo - CEAPG

1992 - Criação do Centro de Tecnologia de Informação Aplicada - CIA

1992 - Criação do Centro de Excelência Bancária - CEB

1993 - Início do Curso de Mestrado, opção Profissional - MPA

1995 - Início do Programa Doing Business in Brazil - DBB

1996 - Criação da CEMEA, atual Centro de Desenvolvimento do Ensino e da Aprendizagem - CEDEA

1998 - Criação da Coordenadoria de Relações Internacionais - CRI

2000 - Credenciamento internacional da EAESP pela AACSB - The International Association for Management Education.

2001 - Criação do Programa de Pós-Doutorado em Administração

2001 - Criação do Centro de Excelência em Varejo - CEV

2001 - Credenciamento internacional da EAESP pelo EQUIS - European Quality Improvement System, da European Foundation for Management Development (EFMD)

2002 - Início do Curso de Doutorado em Administração Pública e Governo

2002 - Início do Programa Internacional OneMBA

2002 - Criação do Centro de Estudos em Finanças - CEF

2003 - Criação do Centro de Estudos em Private Equity - GV-CEPE

2003 - Criação da Diretoria de Operações das Unidades de São Paulo - DO

2003 - Criação do Serviço de Apoio e Atendimento Psicológico e Psiquiátrico aos Alunos do Curso de Graduação em Administração – Pró-saúde GV

2003 - Criação do Centro de Estudos em Sustentabilidade - CES

2004 - Criação do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios - CENN

2004 - Criação da Coordenadoria de Avaliação Institucional - CAVIN

2004 - Criação do Centro de Estudos de Negócios da Propaganda - CENPRO

- 2004 - Criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, do sistema SINAES-MEC
- 2004 - Criação do Centro de Empreendedorismo e novos Negócios - CENN
- 2005 - Criação do Centro de Excelência em Logística e Supply Chain - CELog
- 2005 - Credenciamento internacional do MPA e do OneMBA pela AMBA - Association of MBAs
- 2006 - Criação do Centro de Estudos de Política e Economia do Setor Público - CEPESP
- 2007 - Criação do Centro de Estudos de Microfinanças - CEMF
- 2009 - Início do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas - MPGPP
- 2009 - Início do Mestrado Profissional em Gestão Internacional - MPGI

Fonte: Disponível em: <http://eaesp.fgv.br/linha-do-tempo>. Acesso em: 18 mar.2018.